

Clarissa Grahl dos Santos

**DAS ARMAS ÀS LETRAS:
OS MILITARES E A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO
MEMORIALÍSTICO DE DEFESA À DITADURA
EMPRESARIAL-MILITAR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Busko Valim.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Clarissa Grahl dos

Das armas às letras : os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial militar / Clarissa Grahl dos Santos ; orientador, Alexandre Busko Valim - Florianópolis, SC, 2016.
184 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Ditadura empresarial-militar. 3. Militares da reserva. 4. Memória. I. Valim, Alexandre Busko. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

DAS ARMAS ÀS LETRAS: OS MILITARES E A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO MEMORIALÍSTICO DE DEFESA À DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

Clarissa Grahl dos Santos

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Busko Valim (Orientador e Presidente) - PPGH/UFSC


Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte - PPGH/UFSC

Prof. Dra. Mariana Rangel Joffily - PPGH/UDESC

Prof. Dra. Carla Luciana Silva - PPGH/UNIOESTE

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt (Suplente interno) - PPGH/UFSC

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (Suplente externo) - USP



Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 19 de dezembro de 2016

AGRADECIMENTOS

Apesar do processo de escrita ter me exigido muitos momentos de reclusão, ele foi apenas aparentemente solitário. Durante a caminhada, tive a sorte de contar com pessoas que dividiram comigo seu conhecimento, experiência e amizade, fazendo com que o percurso fosse menos árduo. Dedico este espaço para prestar meus sinceros agradecimentos a elas, ainda que eu corra o risco de cometer alguma injustiça.

Ao meu orientador, Alexandre Busko Valim, agradeço pela confiança e incentivo nos momentos mais adversos da pesquisa, pelas sugestões, questionamentos e, sobretudo, pelo “empurrão” necessário à finalização deste trabalho. Estendo também o agradecimento aos membros da banca por terem aceitado ceder parte de seu tempo para ler esta dissertação e por contribuírem não apenas neste momento, mas também ao longo do percurso: à Carla Luciana Silva, que me indicou importantes referenciais bibliográficos e me fez ver o lado político da memória; ao Adriano Duarte, pelas aulas inspiradoras e críticas pertinentes (e ácidas); à Mariana Joffily, que acompanha minha trajetória acadêmica desde o final da graduação, pelas inumeráveis indicações de fontes e bibliografia, sugestões diversas, inspiração e incentivo. Aos professores Reinaldo Lindolfo Löhn e Ricardo Müller, agradeço por terem feito parte da banca de qualificação deste trabalho. Agradeço também ao programa CAPES-DS pela bolsa de estudos, o que possibilitou que eu pudesse por dois anos me dedicar integralmente ao mestrado.

Não poderia deixar de agradecer também a minha família, que apesar da distância está sempre por perto. Aos meus pais, Marici e Claudiomar, agradeço por serem o meu porto seguro, pelo amor incondicional, por todo apoio material e emocional, fundamental para que eu pudesse continuar estudando, e por compreenderem minhas ausências durante a finalização deste trabalho. Aos meus irmãos, Rafael e Pablo, agradeço pelo carinho e por todos os momentos de descontração entre a serra e o litoral catarinense. Agradeço de maneira especial ao meu sobrinho Gabriel, que na inocência de seus cinco anos ainda não pode dimensionar o quanto suas gargalhadas e brincadeiras me trazem a leveza necessária para a vida. À minha “família manezinha emprestada”, Dona Vera, Seu Marcos, Du e Kelly, agradeço pela

hospitalidade, pela parceria e pelos almoços que colocaram um pouco de barulho e de riso na rotina um tanto silenciosa de quem está escrevendo.

No mestrado, tive ainda a oportunidade de ter colegas maravilhosas que coloriram os dias mais cinzas das pressões acadêmicas e se tornaram verdadeiras amigas. Meus agradecimentos à Ale, Ana, Caru, Maysa, Nathi, Thays e, também, à nossa querida “outsider” Jenny. À Scheyla, minha conterrânea, deixo um agradecimento especial pela leitura atenta deste e de outros trabalhos, pelas longas conversas divididas entre risadas, lágrimas e cervejas, pelos conselhos acadêmicos e de vida.

Agradeço aos amigos e amigas que fiz na graduação e em outras andanças e que, apesar das idas e vindas da vida, estão sempre por perto, ainda que em alguns casos não no sentido geográfico do termo. De maneira especial à Angi, Jana, Day, Carol “ruiva” e Carol “loira”, por tudo que significam e fazem por mim; à Kelly, por ter me dado a emoção de quase presenciar um nascimento na minha própria sala e ter feito eu ampliar o meu vocabulário com o melhor das gírias mineiras; à Malu, Carol e Carlos, por serem o elo que me liga a um passado de boas e engraçadas lembranças; ao Gabriel e Fabio Ulianov, pela amizade, convicções políticas, cervejas e pelas inúmeras “correrias” de 2016 e outros anos pelo centro de uma cidade e de um país pouco democráticos; aos demais amigos e amigas do “xurras de sabadão”, ou “de rua”, ou de qualquer outro lugar – Spina, Mari, Su, Mateus, Pedro, Gabi, João, Chicano, Roni e Potter – por me fazerem desconectar deste trabalho quando isso se mostrava necessário. Ao Potter (Luiz Felipe) deixo ainda meu agradecimento especial por sua fundamental presença, constância e amizade nos momentos em que mais precisei durante esses anos de mestrado.

Por último, agradeço ao Felipe, meu companheiro de vida, de aventuras, de luta pelas “condições ideais para o amor” e por um mundo sem catracas e socialmente mais justo. Obrigada sobretudo pela compreensão, por ouvir minhas lamúrias e meus silêncios, pelo apoio e amor incondicionais, pelas longas conversas, pelos passeios de bicicleta e por dar, diariamente, um significado mais bonito, pleno e leve a minha vida. Sem você não teria sido possível concluir este trabalho.

*Who controls the present
controls the past.*

(George Orwell, 1984)

*El engaño y la complicidad
de los genocidas que están sueltos,
el indulto y el punto final
a las bestias de aquel infierno.*

[...]

*Todo está cargado en la memoria,
arma de la vida y de la historia.*

(Leon Gieco, La Memoria)

RESUMO

O presente trabalho tem como temática a constituição de um campo memorialístico de direita formado por militares da reserva que atuaram, em graus variados, em órgãos de repressão e informação durante a ditadura empresarial-militar e que consideram que, não obstante tenham ganho no campo das armas, perderam na batalha das letras e da memória. Para tal, foram selecionados cinco livros escritos por militares que defendem uma memória positiva do período: *Rompendo o Silêncio* (1987) e *A verdade Sufocada* (2006), do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra; *Nos porões da ditadura* (1998) e *1964: uma revolução perdida* (2002), do general Raymundo Negrão Torres; *A grande mentira* (2001), do general Agnaldo del Nero Augusto; *Desfazendo mitos da luta armada* (2006), do coronel Aluisio Madruga de Moura e Souza. Por meio da análise deste material, buscou-se compreender a forma como os autores se inserem na “batalha da memória”, os recursos argumentativos que utilizam para deslegitimar as esquerdas e suas memórias e a forma como avaliam o momento atual ao lançamento das obras. Dessa forma, pretendeu-se avançar no entendimento da ditadura como um passado ainda presente e como um campo vivo de disputas políticas.

Palavras-chave: Ditadura empresarial-militar. Memória. Direita política. Militares da reserva.

ABSTRACT

This study has as subject the constitution of a right-wing memorialistic formed by reserve militaries whose acted, in varied degrees, in information and repression agencies during the military dictatorship in Brasil, and considers that, despite having they win in the field of weapons, lost in the battle of letters and memory. To that end, five books written by the military that defend a positive memory of the period, have been selected: *Rompendo o Silêncio* (1987) and *A verdade Sufocada* (2006), by colonel Carlos Alberto Brilhante Ustra; *Nos porões da ditadura* (1998) e *1964: uma revolução perdida* (2002), by general Raymundo Negrão Torres; *A grande mentira* (2001), by general Agnaldo del Nero Augusto; *Desfazendo mitos da luta armada* (2006), by colonel Aluisio Madruga de Moura e Souza. Through the analysis of this material, we sought to understand the way how the authors insert themselves in the “memory battle”, the argumentative resources they use to delegitimize the lefts and their memories and the way how they evaluate the exactly moment of the books release.. Therefore, this study were aims to go further in the comprehension about the dictatorship like a past that still alive in the political contests of the present.

Keywords: Military dictatorship. Memory. Right-wing. Reserve militaries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01:	Faixa pedindo intervenção militar em protesto do dia 15 de março de 2015, Belo Horizonte – BH	162
Ilustração 02:	Cartaz anticomunista em protesto do dia 15 de março de 2015, Rio de Janeiro – RJ	163

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ADEP	Ação Democrática Popular
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AMFNB	Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais
ALN	Aliança de Libertação Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BIBLIEX	Biblioteca do Exército
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONADEP	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i>
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea
DOI-CODI	Destacamento de Operações Internas do Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ESNI	Escola Nacional de Informações
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular

MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirante
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TERNUMA	Terrorismo Nunca Mais
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A BATALHA DA MEMÓRIA E AS LETRAS COMO MUNIÇÃO DA DIREITA MILITAR	37
1.1. A REDEMOCRATIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA DAS MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS ...	39
1.2. A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA CASTRENSE E AS MEMÓRIAS EM PRIMEIRA PESSOA DOS EX-AGENTES DA REPRESSÃO	47
1.3. “SOMENTE ELES TÊM VOZ E VEZ”: RESENTIMENTO E BUSCA DE RECONHECIMENTO	66
1.3.1. “Para as Forças Armadas não restou alternativa”: o discurso do apoio civil ao golpe ..	71
1.3.2. “E eu, também não tenho os meus Direitos Humanos?”: memória, verdade e justiça no discurso militar	74
2. ALGUMAS LETRAS SOBRE O “INIMIGO”: A ATUAÇÃO DA ESQUERDA ARMADA E A REPRESSÃO VISTA PELA DIREITA MILITAR	77
2.1. O ANTICOMUNISMO COMO COMPONENTE DAS MEMÓRIAS MILITARES	78
2.2. “FIZERAM-LHES A CABEÇA E PUSERAM-LHES UMA ARMA NA MÃO”: O DISCURSO DO USO DOS JOVENS PELOS COMUNISTAS	93
2.3. “NUNCA FORAM DEMOCRATAS”: A CULPABILIZAÇÃO DAS ESQUERDAS PELA ESCALADA DA VIOLÊNCIA	101
2.4. A REPRESSÃO POLÍTICA PELOS REPRESSORES	116
3. OS “INIMIGOS” DE ONTEM E DE HOJE: DAS MEMÓRIAS DA DITADURA À ANÁLISE DO PRESENTE	133
3.1. REVANCHISMO: UMA NOVA ESTRATÉGIA DA ESQUERDA	134
3.2. OS LIVROS DOS MILITARES FRENTE ÀS POLÍTICAS DE MEMÓRIA E REPARAÇÃO	139
3.3. E OS COMUNISTAS VIRARAM “ESTRELA”: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTIDO DOS TRABALHADORES E A NOVA “TENTATIVA DE TOMADA DE PODER”	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
FONTES	167
BIBLIOGRAFIA	169
ANEXOS	183

INTRODUÇÃO

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras".

(Walter Benjamin, 1940)

No que diz respeito aos eventos recentes, a história confronta-se com a memória de pessoas que viveram o período e que narraram, ou ainda narram, os acontecimentos segundo suas perspectivas e intenções presentes, as quais não estão descoladas do lugar social que ocupam e de suas experiências naquele passado. No entanto, em que pese a vinculação entre história e memória, a primeira “se emancipa [da segunda], ao ponto de fazer da memória um de seus temas de investigação” (TRAVERSO, 2007, p. 72, tradução minha), como nos tem demonstrado os trabalhos vinculados à chamada História do Tempo Presente.

Este trabalho tem como tema central justamente a memória ou, mais precisamente, a disputa política pela memória e pela construção de uma versão socialmente aceita acerca de um período sensível de nossa história recente: a ditadura que se seguiu ao golpe de 1964. Dentro disso se busca evidenciar a formação de um campo memorialístico de direita após a redemocratização por parte de oficiais da reserva que atuaram, em graus variados, em órgãos de repressão e informação durante a última ditadura e que defendem uma memória positiva do período.

O golpe de 1964 inaugurou o mais longo período ditatorial da história republicana brasileira: foram 21 anos de governo militar e 25 de eleições presidenciais indiretas. Levando em conta a amplitude desses eventos e a relevância para a experiência política da sociedade brasileira, não surpreende que o mesmo tenha sido analisado por diversos pesquisadores, das mais variadas vertentes.

As primeiras pesquisas de fôlego a tratar sobre o golpe, ainda nas décadas de 1960 e 1970, foram desenvolvidas sobretudo por

cientistas políticos, sociólogos e economistas,¹ os quais tinham interesse em compreender as estruturas que levaram à ruptura constitucional em 1964. De maneira ampla, esses estudos destacaram as mudanças no padrão de acumulação de capital, a natureza da crise econômica da década de 1960 e o declínio do “pacto populista”.

Já no início da década de 1980 seria publicado o volumoso trabalho do historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss (1981), *1964: A Conquista do Estado*. Nesse estudo, o autor apresenta de forma minuciosa a atuação da aliança empresarial-militar na conspiração que derrubou João Goulart, detendo-se principalmente na atuação política e ideológica da burguesia por meio do complexo IPES/IBAD.² Na mesma década também é publicado *Combate nas Trevas*, livro de caráter histórico e memorialístico do militante comunista Jacob Gorender (1987). Segundo o autor, diante das propostas das reformas de base, o núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro formularam a alternativa da “modernização conservadora”. Ademais, Gorender enfatiza que o período de 1960 a 1964 marcou o auge da luta de classes no Brasil e que, portanto, o golpe da direita se definiu pelo caráter “contrarrevolucionário preventivo”.

Contudo, seria somente na década de 1990, quando transcorrido tempo suficiente desde o fim da ditadura para que debates em torno de temas polêmicos como a anistia política e o julgamento de envolvidos em graves violações de direitos humanos esfriassem, que as primeiras

- 1 O historiador estadunidense Thomas Skidmore é exceção nesse sentido, já que o seu livro *Politics in Brazil, 1930-1964* foi publicado ainda em 1966 e traduzido já no ano seguinte como *Brasil: de Getúlio à Castelo*.
- 2 O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática foram órgãos que congregaram empresários e militares e foram utilizados para fazer oposição ao governo de João Goulart e pautar, segundo Dreifuss (1987), os interesses da burguesia multinacional e associada. Para além do financiamento de propagandas anticomunistas e que visavam desestabilizar o governo, o complexo IPES/IBAD também financiou, por meio da Ação Democrática Popular (Adep), candidatos favoráveis ao seu projeto nas eleições legislativas e para o governo de 11 estados em 1962.

considerações em torno do tema da memorialística militar puderam aparecer. Nesse sentido, no que toca à produção de fontes primárias para futuros pesquisadores, foi pioneiro o trabalho do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sob a influência do crescimento da metodologia da História Oral no Brasil nos anos 1990, pesquisadores do CPDOC entrevistaram, entre 1991 e 1994, 17 militares que, embora em sua maioria não tenham tido um protagonismo destacado nos preparativos do golpe, foram “peças importantes na implementação e manutenção do regime” (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 8). Posteriormente as entrevistas foram editadas e publicadas pelos sociólogos Glauco Ary Dillon Soares e Maria Celina D'Araujo e pelo antropólogo Celso Castro em uma série de três livros: *Visões do Golpe*, publicado em 1994, versando sobre a percepção militar acerca do golpe e seus antecedentes; *Os Anos de Chumbo*, publicado no mesmo ano, abordando o aparato repressivo; por último, em 1995, *A Volta aos Quartéis*, o qual se dedicava ao período de abertura política. Mais tarde os mesmos pesquisadores entrevistaram Roberto Médici, filho do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, o que originou o livro *Médici: o depoimento* (MÉDICI, 1995), publicado à parte pelo entrevistado, e também o ex-presidente Ernesto Geisel, sendo que seu depoimento foi lançado em livro após a sua morte (D'ARAUJO; CASTRO, 1997).

As análises dessas entrevistas foram publicadas na introdução dos três volumes supracitados e serviram como fontes para trabalhos individuais dos pesquisadores que coordenaram o projeto, do qual podemos destacar o artigo de Gláucio Ary Dillon Soares, *O Golpe de 1964*, publicado em coletânea lançada na ocasião dos 30 anos de 1964 (SOARES; D'ARAUJO, 1994). Em seu texto Soares criticou as análises que deram demasiada ênfase a fatores econômicos para a explicação do golpe por desconsiderarem a importância das motivações daqueles que realmente teriam desencadeado a ação que derrubou João Goulart, ou seja, os militares. Seguindo as justificativas dadas pelos próprios entrevistados, Soares destacou os seguintes fatores como explicativos da ação golpista:

1. Caos, desordem e instabilidade;
2. Perigo comunista e subversão;
3. Crise hierárquica militar;
4. Interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militares;
5. Apoio popular ao golpe;
6. Corrupção, roubo de verba pública;
7. Sindicalismo, república sindical (SOARES, 1994, p. 30).

O autor também contrapôs em diversos momentos a literatura e os depoimentos militares às explicações então correntes nas análises acadêmicas, descartando as últimas como no fragmento que segue:

A concordância entre militares de diferentes orientações políticas e de diferentes armas a respeito do papel secundário que os fatores econômicos desempenharam não deixa lugar a dúvida: o Golpe de 64 foi essencialmente político (SOARES, 1994, p. 45).

Marcelo Badaró (2008, p. 248) critica Soares por esse tomar os depoimentos “quase que como o estabelecimento da versão definitiva sobre a participação militar” e demonstra como a sugestão de crítica à historiografia por meio das memórias militares já se encontrava presente no primeiro livro organizado pelos pesquisadores da FGV contendo o resultado das entrevistas, o que de fato podemos constatar a seguir:

A opinião militar dominante define o golpe como um resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incertezas que invadiu a corporação. Essa visão se contrapõe à interpretação predominante entre os analistas que até agora examinaram o episódio. Para estes, o golpe teria sido produto de um amplo e bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os

militares, mas também as forças econômicas multinacionais (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 16)

Certamente os relatos militares são importantes para entendermos quais são os principais argumentos mobilizados por esses atores para a justificação do golpe, da atuação política da corporação e de seu envolvimento na repressão política. Por meio da memória podemos buscar traçar também a permanência e as mudanças no discurso militar e a forma como o presente influencia o relembrar. No entanto, tomá-las como dados empíricos ou contrapô-las às análises acadêmicas como se ambas possuíssem a mesma natureza e finalidade pode ser temerário. Deve-se levar em conta que os entrevistados não estavam fazendo um esforço analítico para entender quais as condições levaram ao golpe e quais setores da sociedade o articularam, mas sim, de maneira geral, buscando legitimar sua própria participação nesse processo.

Apesar dessas considerações, devemos ressaltar que a citada série de entrevistas constituiu uma iniciativa de grande valor, principalmente tendo em vista que foi por meio delas que pudemos ter acesso, de maneira sistematizada, ao discurso de vários militares que talvez não tomariam por si próprios a iniciativa de dar seu depoimento, sobretudo no que diz respeito a temas sensíveis, como a tortura; rompiam-se o “pacto de silêncio”, conforme descreveram os próprios pesquisadores (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 9; 1995, p.11). Além disso, pode-se avançar no conhecimento de aspectos mais detalhados sobre a estrutura e funcionamento do aparato repressivo, o que viria a ser comprovado e melhor explicado em pesquisas posteriores sobre o assunto, baseadas em documentos da própria repressão.³ Outro ponto importante a se levar em conta e constantemente ressaltado pelos

3 Ver, por exemplo: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar - espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2011; JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

pesquisadores diz respeito ao fato de que não devemos considerar os militares como possuidores de um pensamento homogêneo e detentores de um projeto político acatado por todos (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1995, p. 8). Assim, durante a ditadura foram várias as divergências envolvendo diferentes grupos, sendo que muitas delas não se mostravam de forma tão clara à população.⁴ Por último, e no que toca mais precisamente ao tema deste trabalho, os autores constaram por meio das entrevistas um ponto comum no discurso militar construído após a redemocratização e que seria o gatilho para outras pesquisas futuras sobre a temática: “se [os militares] venceram a guerra contra as organizações de esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período” (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 13).

É justamente por meio desse ponto de partida que João Roberto Martins Filho (2003) inicia seu artigo cujo título, *A guerra da memória*, já demonstrava o objetivo do autor em cotejar a memória militar com a memória militante. Publicado em 2003, o artigo dividia essa “guerra” em duas etapas: a primeira iniciada com a publicação de memórias de ex-militantes da luta armada ainda durante o período final da ditadura, seguindo-se até o lançamento do *Brasil: Nunca Mais* (1985) e *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender (1987). Do outro lado da “trincheira” seguiram-se então as respostas de dois militares que aturaram na repressão: o tenente-coronel Marco Pollo Giordani, com seu livro *Brasil Sempre* (1986) e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, com *Rompendo o Silêncio* (1987). Já a “segunda campanha da guerra da memória” foi situada na década de 1990, quando, influenciados pelas “posições que a esquerda conquistou na guerra da memória” e também pela “relativa distância histórica, [pela] estabilidade democrática e [pelo] fim da guerra fria” (MARTINS FILHO, 2003, p. 8), alguns

4 Para mais informações acerca das divergências envolvendo a cúpula militar durante a ditadura, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura, 1964-1969*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995; CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

militares resolveram deixar seus depoimentos, seguindo-se uma série de publicações com entrevistas cedidas por membros das Forças Armadas – da qual o trabalho do CPDOC faz parte – bem como alguns relatos individuais, como o do general Raymundo Negrão Torres, *Nos porções da ditadura* (1998). Dessa forma, Martins Filho demonstrava o tom fortemente reativo da narrativa militar frente aos relatos de esquerda.

Outro trabalho que caminhou nesse sentido foi o livro *Criações da Memória* (2012) da historiadora Lucileide Costa Cardoso, fruto dos desdobramentos de sua tese de doutorado defendida em 2004 pela Universidade de São Paulo. Cardoso, assim como Martins Filho, também abordou a memória do golpe e da ditadura sob a perspectiva de seus defensores e críticos. No entanto, no rol do que a autora designa como “memorialistas do poder” (CARDOSO, 2012, p. 18), foram selecionados tanto civis quanto militares, os quais foram divididos em dois grupos: os que ocuparam cargos dentro do alto escalão (general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar de Ernesto Geisel e Armando Falcão, Ministro da Justiça durante o mesmo governo) e os que foram cumpridores das atividades repressivas, destacando-se a tortura (coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra; tenente-coronel Marco Pollo Giordani; Amílcar Lobo). Já no que toca aos “memorialistas dos anos de repressão” (CARDOSO, 2012, p. 20), a escolha recaiu sobre aqueles escritores que, segundo a autora, melhor clarificaram os diferentes projetos dentro da luta contra a ditadura (Fernando Gabeira; Alfred Syrkis; Frei Betto; Alípio de Freitas). O levantamento das obras realizado por Cardoso deixa claro que as divergências acerca da memória sobre o golpe e a ditadura não se encontram apenas entre seus defensores e críticos, mas também no seio de cada um dos grupos.

Por último, destacamos a dissertação de Fernanda Teixeira Moreira, defendida em 2013 pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Diferentemente dos outros dois pesquisadores, Moreira optou por analisar apenas as memórias construídas pela direita, como demonstra o título de seu trabalho: “*Só os Vitoriosos Esqueceram*”: *Intelectuais de Direita e as Disputas pela Memória da Ditadura Civil-Militar Brasileira*. O recorte das fontes, que envolve a produção do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, do coronel Jarbas Passarinho e

do civil Olavo de Cavalho, levou em conta tanto a diversidade da trajetória de cada um como o fato de que todos eles “têm uma intervenção sistemática e combativa no espaço público – algo parecido com porta-vozes de uma causa” (MOREIRA, 2013, p. 21).

Como se pode ver pelo levantamento feito pelos trabalhos aqui apresentados, o campo memorialístico que busca denunciar ou legitimar os acontecimentos transcorridos durante a ditadura é amplo. No que toca aqueles que partiram em defesa de uma memória positiva do período, destacam-se tanto civis quanto militares, envolvidos pessoalmente ou não com a repressão política.

A escolha por analisar neste trabalho apenas a produção memorialística de militares que atuaram em órgãos de informação e repressão se deu por se considerar que a experiência em comum desses militares dentro dos aparatos repressivos foi um importante fator a influenciar no lugar social que os mesmos passaram a ocupar após o processo de abertura o que, por consequência, influenciou nas suas narrativas. Assim, ainda que seus relatos não sejam marcados por um sentido justificatório, pelo qual estariam prestando contas de seus atos frente a uma parcela da sociedade, parece haver, por parte dos mesmos, a necessidade em caracterizar as esquerdas como violentas e denunciar o “perigo vermelho”, buscando legitimar, assim, suas posturas no combate travado no passado, ao mesmo tempo em que pretendem marcar posições no debate presente e se defender de denúncias e acusações.

Diferentemente dos livros de militares ou civis que atuaram no alto escalão do governo ditatorial, nos relatos daqueles que participaram mais diretamente da “comunidade de informações”⁵ é mais comum a minúcia na descrição do funcionamento dos grupos armados e de suas ações em detrimento das análises dos governos militares e das crises de cúpula. São livros de autores que resolveram tomar para si a função de apresentar uma versão para o combate às esquerdas por se sentirem, em

5 Designação que englobava tanto os órgãos voltados a atividades de informação quanto de repressão. A chamada comunidade de informações fazia parte de um “bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada mas também controlar e direcionar a própria sociedade” (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994. p. 18).

alguns casos, socialmente questionados pelas ações que eles próprios – de maneira particular – e sua instituição – de maneira ampla – desempenharam durante a ditadura.

Devido ao volume considerável de livros encontrados ao se fazer um levantamento das obras escritas por militares que atuaram na repressão,⁶ alguns recortes tiveram que ser feitos. Primeiramente, priorizaram-se os livros lançados entre o intervalo da conclusão de *Orvil* em 1987 – livro escrito por funcionários do Centro de Informações do Exército (CIE) como resposta ao *Brasil Nunca Mais* – e de sua publicação tardia no final de 2012.⁷ Tal recorte levou em conta o fato de que, em que pese a não publicação à época do que seria não apenas uma versão institucional do Exército mas também da comunidade de informações sobre a repressão e sobre a esquerda, alguns militares resolveram vir à cena pública e lançar o seu relato pessoal sobre o período; alguns desses relatos foram, inclusive, chamados pelo jornalista Lucas Figueiredo de “filhotes do *Orvil*” (FIGUEIREDO, 2009, p. 128). Em segundo lugar, escolhemos não tratar dos livros que versavam exclusivamente sobre a repressão à guerrilha do Araguaia por esses abrirem um leque de questões que dificilmente poderiam ser abordadas de maneira mais profunda em um trabalho cujo foco não fosse esse episódio em específico. A campanha militar contra a guerrilha do Araguaia marcou uma mudança de estratégia da repressão política, que desde o início passou a adotar o princípio de aniquilação (MARTINS FILHO, 2009, p. 196). Dessa forma, tal observação já valeria uma análise mais atenta nas especificidades do discurso daqueles militares que vieram a público para dar a sua versão sobre o extermínio dos guerrilheiros rurais do Araguaia e sua participação nesses eventos.

Levando em conta o que foi exposto acima, foram selecionados seis livros, de quatro autores diferentes, para constituírem o corpo

6 Ver lista dos livros no Anexo 1. É importante observar que não se trata de um levantamento completo, algo que não seria viável dada a própria natureza deste tipo de fonte. Entretanto, esta lista mesmo que parcial nos ajuda a termos um panorama, ainda que provisório, do que tem sido produzido de literatura por parte desses militares que atuaram na repressão.

7 Abordaremos melhor esse assunto no primeiro capítulo.

documental deste trabalho: *Rompendo o Silêncio* (1987) e *A verdade Sufocada* (2006), ambos de autoria do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército/SP, falecido em 2015, no decorrer desta pesquisa; *Nos porões da ditadura* (1998) e *1964: uma revolução perdida* (2002), do general Raymundo Negrão Torres, ex-membro da 2ª Seção da 5ª Região Militar e já falecido; *A grande mentira* (2001), do general Agnaldo del Nero Augusto, ex-funcionário da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) e ex-chefe da seção de informações do CIE e também já falecido; *Documentário: desfazendo mitos da luta armada* (2006), do coronel Aluisio Madruga de Moura e Souza, o qual serviu no SNI e no DOI-CODI da 6ª Região Militar (Salvador) e da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (Brasília), além de ter participado das operações de combate na guerrilha do Araguaia.

É importante chamar atenção de que o fato de todos esses militares terem pertencido ao Exército não se dá por acaso, mas sim demonstra a proeminência que essa força teve em relação à Aeronáutica e à Marinha na coordenação das atividades repressivas. Assim, pode-se citar o próprio exemplo do sistema DOI-CODI que, embora congregasse membros das três forças, bem como policiais civis e militares, era subordinado ao comandante de cada Exército (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 17-18). Isso ajuda a explicar um fenômeno das manifestações castrenses apontadas por Martins Filho (2003, p. 12-13): “o esforço de almirantes e brigadeiros para levantar a hipótese de que foi o Exército o maior responsável pelos aspectos mais sombrios do regime militar do pós-64, diminuindo assim a responsabilidade política de suas forças”. Destaca-se, contudo, que o Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA) cometeram crimes do mesmo quilate que o Exército e possuíam autonomia em relação a essa força, sendo vinculados aos seus respectivos ministérios. A relevância alcançada pelo Exército no âmbito do aparato repressivo se deve muito mais ao fato do mesmo ter uma infraestrutura mais apropriada para esse tipo de ação executada em âmbito terrestre, além de possuir um efetivo numérico muito maior do que a Marinha e Aeronáutica, do que a

qualquer predisposição democrática por parte dessas forças, como fazem parecer esses militares.

Cabe ressaltar que alguns civis que atuaram na repressão política também narraram e publicaram suas experiências. Tal foi o caso, por exemplo, de Amílcar Lobo, médico que cumpriu serviço militar obrigatório no 1º Batalhão de Polícia do Exército e no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Em 1989, quando já havia dado baixa no Exército e dois anos após perder seu registro pelo Conselho Regional de Medicina por denúncias de tortura, o antigo médico da repressão política publicou o livro *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*. Em 2012 foi a vez do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Espírito Santo e atualmente pastor da Assembleia de Deus, Claudio Guerra, ter seu depoimento publicado pelos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto em livro intitulado *Memórias de uma Guerra Suja*. Ambos os livros possuem um sentido justificatório e de tentativa de expiação de culpas, denunciando, também, alguns crimes cometidos durante a ditadura. No entanto, em que pese esse tipo de literatura também possibilitar a abertura de um importante campo de estudos, priorizaram-se aqui as obras de ex-agentes da repressão que defendessem uma memória positiva da ditadura e que, além disso, fossem escritas por militares. Essa última opção se deu por compreender que o corporativismo militar é um elemento que deve ser levado em conta na análise. Além disso, a própria presença ostensiva dos militares na política durante as Ditaduras de Segurança Nacional faz com que esses autores – militares da reserva do Exército – tenham um lugar específico na defesa de um passado em que sua instituição atuou de maneira destacada. Assim, embora os militares com os quais trabalharemos tenham escrito seus relatos como indivíduos e não como porta-vozes do Exército, o fazem ressaltando seus papéis como homens da caserna que cumpriram suas funções em nome de sua instituição, a qual por sua vez procuram defender publicamente.

A ocupação de postos chaves no governo por parte das Forças Armadas durante a ditadura, incluindo aí a própria Presidência da República por 21 anos, fez com que alguns pesquisadores optassem pelo termo “ditadura militar” para categorizar o regime político que se seguiu

ao golpe. Tal é o caso do historiador Carlos Fico (2004, p. 38) que defende que, não obstante possamos falar de um “golpe civil-militar”, a ditadura deve ser adjetivada somente como “militar” dada a crescente militarização do regime ao longo dos anos que, por sua vez, poderia ser evidenciada pela resolução das crises via *manu-militari*, pela institucionalização do aparato repressivo, pela ocupação de cargos importantes no Estado por parte dos militares e pela intervenção na economia por parte desses. Trata-se de uma escolha que enfatiza por onde passava o poder político sem, no entanto, abordar em nome de quem ele era exercido.

Por sua vez, o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2010, p. 4) defende o uso do termo “civil-militar”, alocando o componente civil para designar os apoios e cúmplicidades da sociedade ao golpe e à ditadura, fator fundamental, segundo o pesquisador, para entendermos como o regime pode durar tantos anos. Seguindo nessa linha e utilizando argumentos que lembram aqueles mobilizados pelos militares com os quais trabalharemos nesta dissertação, Aarão Reis destaca três exemplos que para ele são fundamentais para evidenciar esse apoio: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade; os altos índices de popularidade de Médici; as expressivas votações obtidas pelo partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Essa apropriação do termo civil-militar realizado por Aarão Reis, ao mesmo tempo que tem exercido bastante influência na historiografia sobre a ditadura, também tem sofrido duras críticas, como as feitas por Demian Melo (2014, p. 168, grifo do autor) que a coloca como uma “mistificação, calcada na ideia de algo como uma *cumplicidade* da 'sociedade brasileira' com a ditadura, como se fosse possível a existência de tal 'sociedade', como algo coisificado e homogêneo”.

O caráter civil-militar do golpe e da ditadura já havia sido abordado anteriormente em uma chave explicativa distinta da apresentada acima, na qual o componente civil do termo possuía o sentido de classe, explicativo dos interesses presentes na derrubada de Jango. Tal é perspectiva de Dreifuss, cujo trabalho já foi mencionado anteriormente. Para esse autor “o que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha

política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD” (DREIFUSS, 1981, p. 230). Na obra de Dreifuss a ditadura foi também caracterizada como “empresarial-militar”, designação que considero a mais adequada por dar conta das divisões de classe dentro da sociedade e evidenciar qual foi a parcela a se beneficiar da derrubada do governo Goulart e da subsequente repressão à esquerda e aos trabalhadores organizados – medidas essas que, por sua vez, foram executadas pelo aparato militar da repressão e cuja legitimidade é defendida pelos autores que aqui estudamos.

Compreender a ditadura sob essa chave analítica pode ajudar a “entender o porquê de, se a memória institucional sobre 1964 saiu derrotada na 'guerra das memórias'”, conforme apontam esses próprios militares, “o projeto político-econômico por trás do golpe e do regime – inclusive da repressão – não só prevaleceu como se tornou hegemônico” (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2014, p. 527). Dessa forma, destaca-se que se foi possível para alguns setores civis que apoiaram o golpe tentar criar uma imagem pública desvinculada da ditadura caracterizando-a de maneira geral apenas como “militar”, o mesmo não foi e nem pôde ser feito por parte da corporação militar, sobretudo entre aqueles que colocaram a “mão na massa” no combate às esquerdas. Assim, atentar para o lugar específico desse tipo de construção memorialística em nada tem a ver com considerar que a “ditadura foi apenas obra da mobilização das casernas” e que, portanto, “a memória positiva de tal período só poderia ser pautada por membros das Forças Armadas que foram agentes de diferentes esferas do estado de exceção”, conforme criticou Moreira (2013, p. 16), mas sim constitui um esforço inicial para entender qual o lugar social dessa memória em meio aos conflitos do presente em que se insere e qual suas particularidades entre tantos outros discursos de legitimação da ditadura.

Assim, por meio da leitura das fontes e da bibliografia pertinente ao tema, pode-se formular uma problemática para o presente trabalho, sendo que essa partiu dos seguintes questionamentos: quais elementos esses autores mobilizam em seus relatos para buscar reconhecimento social para sua atuação no passado? Que estratégias utilizam para tentar deslegitimar as esquerdas e suas memórias? Como

esses militares usam o passado ditatorial para se posicionar sobre questões políticas contemporâneas ao lançamento de suas obras? Não se trata, assim, de estudar os eventos em si, mas sim de analisar as memórias existentes em torno deles.

Tendo em vista o que foi apresentado, o conceito de memória constitui-se como fundamental para esta pesquisa. Segundo Tedesco (2004, p. 35), em um “sentido comum” poderíamos definir memória como “a faculdade humana de conservar traços de experiências passadas e, pelo menos em parte, ter acesso a essas pelo veio da lembrança”. Em uma análise histórica, entretanto, devemos articular esta definição básica com as mediações sociais que atuam no processo de lembrar e com a relação entre o passado rememorado e presente vivido. Assim, “lidar com memória é mexer com gente, com interpretações presentificadas e, porque não dizer, intencionalizadas” (TEDESCO, 2004, p. 32).

Maurice Halbwachs já havia, em meados da década de 1920, considerado o papel da memória coletiva para o entendimento do caráter social presente no processo de conformação das memórias individuais. De acordo com a análise do sociólogo francês durkheimiano, a memória deve ser entendida como um fenômeno social; sua tese é de que “o indivíduo se apropria dos elementos de sua memória – das lembranças – através de seu pertencimento e interação a um grupo com o qual compartilha as suas lembranças” (TEDESCO, 2004, p. 151). A interação entre memória coletiva e memória individual se daria por um processo de negociação entre essas duas esferas.

Michael Pollak (1989, p. 4), já na década de 1980, destaca uma inversão nas pesquisas sobre a memória que, ao contrário do que havia sido feito por Maurice Halbwachs, passavam a ressaltar “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva”. A memória, sob essa chave interpretativa, também seria um campo de conflitos e disputas, como poderia ser evidenciado pelas “verdadeiras batalhas da memória” ocorridas durante a segunda metade do século XX.

Segundo Enzo Traverso (2010, p. 176), ao tomarmos a memória como objeto de estudos devemos ter em mente que a mesma não é apenas uma transmissão, conforme evidenciou Halbwachs, mas sim um processo de construção social no espaço público que vai além das

instituições que repassam determinada memória de uma geração a outra, incluindo dessa forma os meios de comunicação e a indústria cultural. Partindo dessa concepção, alguns pesquisadores têm seguido uma vertente que busca ressaltar não apenas os aspectos sociais como também políticos da memória, utilizando, inclusive, os conceitos marxistas de “luta de classes” e “hegemonia” para explicar as disputas que envolvem os usos do passado no presente. Assim, Manuel Loff (2014) destaca que todas as formas de memória coletiva são também formas de projetos políticos. As políticas de memória, por sua vez, devem ser entendidas como essencial na luta pela hegemonia ideológica e simbólica na medida em que elas incidem na construção dos termos de percepção e organização da realidade social. Concepção semelhante é encontrada em Fernando Rosas que afirma ser a memória:

[...] um aspecto essencial da luta pela hegemonia política e ideológica nas nossas sociedades. Ou seja, ao convocarmos, ao *inscrevermos* a Memória nos debates de hoje, não estamos só a olhar para trás, isto é, não nos refugiamos no passado, não fugimos para a nostalgia, estamos necessariamente, seja qual for o sentido mais ou menos assumido do exercício, a discutir os conteúdos civilizacionais, as representações sociais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre o mundo de hoje e de amanhã (ROSAS, 2009, p. 85, grifo do autor)

Assim, embora a temática circunscreva-se ao campo das construções memorialísticas, não se pretende, no trabalho, limitar os livros e suas falas a um traço do passado, mas sim considerá-los como uma ferramenta de setores sociais atuantes no presente e que buscam defender suas versões em meio a combates atuais.

Eventos recentes abrangendo a ditadura, como a constituição da própria Comissão Nacional da Verdade em 2012 e o término de seus trabalhos no fim de 2014, os movimentos pela mudança de nome de ruas e instituições batizadas em homenagem a figuras públicas do regime, as

manifestações de escraches do “1º de Abril”, tornam evidente a atualidade da questão. Por outro lado, desde as manifestações que pulularam em diversas cidades brasileiras nos meses de junho e julho de 2013 temos assistido o crescimento de uma direita com conotações mais claramente fascistas e, com isso, as defesas públicas do golpe de 1964 têm se tornado mais comuns. Exemplo disso foram as tentativas de reedição das Marchas da Família com Deus pela Liberdade em 2014, na ocasião dos 50 anos do golpe, a presença de grupos pedindo intervenção militar nas manifestações contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a recepção de Jair Bolsonaro, deputado federal do Partido Social Cristão (PSC) e ex-militar da reserva, no dia 5 de novembro de 2015 no aeroporto da cidade de Recife com o canto da frase “viva 64”. Assim, é inegável que as disputas políticas atuais incidem nos debates acerca do significado da intervenção de 1964. Dessa forma, acredita-se que a análise de um dos campos dessa “batalha da memória” – nesse caso, dos militares que atuaram na repressão – pode nos ajudar no entendimento do jogo político contemporâneo.

Com a intenção de realizar a análise proposta, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado *A batalha da memória e as letras como munição da direita militar*, tem como objetivo inserir dentro da batalha pela memória do golpe e da ditadura os livros escritos por militares que atuaram na repressão política. Pretende-se mostrar a formação de um campo memorialístico de direita por parte desses militares, constituído com o anseio de lograr legitimidade e reconhecimento social de uma dada versão do passado que se coloca em contraposição à versão das esquerdas, de parte da historiografia e da mídia e dos organismos de direitos humanos.

Levando em conta que todos os autores selecionados tiveram, em maior ou menor grau, contato com os aparatos repressivos dedicados ao combate à esquerda armada, o segundo capítulo, cujo título é *Algumas letras sobre o “inimigo”: a atuação da esquerda armada vista pela direita militar*, tem como objetivo discutir o elemento comum que permeia todas as obras: a visão sobre a atuação da guerrilha, sobretudo urbana, durante a ditadura. Assim, interessa saber quais são as estratégias discursivas usadas nessas obras para deslegitimar as

esquerdas e suas memórias, ao mesmo tempo em que se busca justificar a repressão política e, por consequência, a trajetória e o papel desempenhado pelos autores durante a ditadura. Como o anticomunismo é um componente que perpassa a narrativa de todos os autores, tanto ao se referirem às esquerdas que se engajaram na luta armada como também ao analisarem a política contemporânea ao lançamento de seus livros, esse será abordado nesse capítulo como ingrediente fundamental dessas memórias militares de direita e como um elemento que, articulado nas narrativas, “constrói um sentimento de identidade coletiva do grupo e um sentido de pertencimento dos indivíduos” (TEDESCO, 2004, p. 36).

Por fim, o terceiro e último capítulo, *Os “inimigos” de ontem e de hoje: das memórias da ditadura à análise do presente*, pretende discutir como as obras se inserem no presente em que foram escritas, dando ênfase, sobretudo, a como os autores abordam as políticas de memória e reparação sancionadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os movimentos sociais que surgiram na Nova República e a chegada do PT ao governo federal em 2003. Pretende-se demonstrar como esses militares analisam as ações de atores diversos dentro do prisma de uma nova estratégia da esquerda para desmobilizar as Forças Armadas e tomar o poder de assalto.

1. A BATALHA DA MEMÓRIA E AS LETRAS COMO MUNIÇÃO DA DIREITA MILITAR

É preciso não deixar que os vencidos continuem reescrevendo a história.

(Carlos Alberto Brilhante Ustra, 2006)

Apesar do muito que já foi dito e escrito sobre essa época e sobre tudo que então ocorreu, há uma imensa lacuna histórica a ser preenchida com a verdade, doa a quem doer.

(Aluísio Madruga de Moura e Souza, 2006)

1º de abril de 1964: não há dúvidas de que essa data marcou a história republicana brasileira e que o significado dos eventos associados a ela – a derrubada do governo constitucional de João Goulart e a subsequente instalação de um regime de exceção presidido por militares – tem sido, de maneira mais ou menos intensa de acordo com a conjuntura política, alvo de disputas.

Em cerimônia realizada no dia 10 de dezembro de 2014 no Palácio do Planalto, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) entregou seu relatório final. Sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em novembro de 2011, a Comissão iniciou suas atividades no ano seguinte tendo como atribuição a investigação de graves violações aos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conforme aponta Marcos Napolitano (2014, p. 320), as “comissões da verdade” – oficiais ou extraoficiais – têm como objetivo produzir um relatório que mostre os fatos objetivos da repressão política e que se contraponha às “verdades oficiais” das ditaduras. No caso brasileiro, a Comissão da Verdade teve caráter oficial e apresentou uma versão chancelada pelo Estado.⁸

8 É importante ressaltar que outras versões em nome do Estado já haviam sido apresentadas anteriormente à Comissão Nacional da Verdade sem, talvez, a divulgação e o peso simbólico da mesma. Em 2007 foi lançado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, vinculada à

Investigando as circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes de esquerda e inimigos políticos da ditadura e reconhecendo a responsabilidade estatal nesses crimes, a CNV, embora sem o poder de punir os responsáveis, contribuiu para a afirmação de uma memória crítica à ditadura. No entanto, sem desconsiderar o peso do Estado na afirmação de uma das memórias coletivas mais fortemente constituída, a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 9), há que se ter claro que qualquer pretensão de memória monolítica é uma ficção (TRAVERSO, 2007, p. 180). Sendo assim, se admitimos as divisões existentes na sociedade – sejam elas de classe, partidos, grupos ou outras – devemos também ter em conta que numerosas serão as memórias coletivas que a compõe (POLLAK, 1989, p. 12). Nesse sentido é ilustrativa a declaração ao jornal *O Estado de São Paulo* fornecida pelo ex-ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, frente ao relatório final da CNV: “O problema é que quem está no poder cria a sua verdade, que normalmente não é a verdade verdadeira e se nós [militares] fôssemos criar uma Comissão da Verdade, com certeza a história seria outra” (MONTEIRO; TOSTA, 2014).

O objetivo dos militares cujas obras são o corpo documental desta pesquisa é justamente apresentar essa “outra história”, contrária à que tem sido escrita pelos “vencidos”. Afirmam que há uma “imensa lacuna histórica a ser preenchida com a verdade” e apresentam a si próprios como combatentes em uma das trincheiras dessa “batalha da

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o livro *Direito à Memória e a Verdade*. A publicação foi o resultado de 11 anos de trabalho da referida Comissão que, criada em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, teve como atribuição investigar as denúncias dos familiares de mortos e desaparecidos e, reconhecida a responsabilidade do Estado, aprovar a reparação indenizatória. Essa e outras medidas que se enquadram na categoria de “memória e reparação” serão analisadas junto ao discurso militar no terceiro capítulo desta dissertação. Em 2009 também foi criado, pela Casa Civil da Presidência da República do Brasil, o projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985. Vinculado ao Arquivo Nacional, o projeto reúne documentos dos mais diversos arquivos contando, também, com uma base de dados *on-line* (<http://www.memoriasreveladas.gov.br>).

memória”. Buscam disputar a opinião pública apresentando uma versão positiva do que chamam de “Contra Revolução” e, por conseguinte, legitimar o papel que desempenharam no aparato repressivo durante a ditadura.

Levando em conta que o que chamamos de “batalhas da memória” não deve ser entendido como algo ingênuo, mas sim como algo que envolve embates entre forças sociais sobre o presente e o futuro (MELO, 2012a, p. 18), devemos compreender que a memória desses militares, longe de se constituírem apenas como recordações individuais ou de um grupo que visa somente narrar sua experiência, se colocam dentro de um campo político de disputa sobre os significados do passado. Como foi constituído esse campo de disputa após a redemocratização e quais são as estratégias utilizadas por esses militares para tentar buscar legitimidade para suas versões são algumas das perguntas que este capítulo pretende responder.

1.1. A REDEMOCRATIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA DAS MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS

A promessa de abertura política e o retorno à “normalidade democrática” foi um elemento que tangenciou toda a ditadura. Na retórica dos militares, a tentativa de redemocratização ainda durante o governo do general Médici (1969-1974) foi obstada pela esquerda armada. Tal fato demonstra o ponto de vista dos militares de um projeto político de abertura limitado e conduzido pelo alto, aproveitando-se do milagre econômico e do clima de euforia com a vitória na Copa do Mundo em 1970 (SILVA, 2007, p. 259-260). Ademais, tratava-se de um argumento constituído para culpar a esquerda pela manutenção do arbítrio e pela falta de liberdade política impostos pelo próprio regime.

Foi a partir do governo do general Geisel (1974-1979), no entanto, que a abertura política passou a ser declarada e formulada em termos de uma “política de distensão”, a qual deveria ser conduzida de forma “lenta, gradual e segura”. Tratava-se de dismantelar os mecanismos mais explícitos de repressão, como os Atos Institucionais, e

incorporar algumas exigências de parte da “oposição de elite”⁹ sem, todavia, deixar de aplicar o poder coercitivo de maneira seletiva à oposição tida como intolerável (ALVES, 2005).

Fatores como a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974, a crescente mobilização popular e a pressão externa se constituíram em elementos a influenciar e pautar o ritmo da abertura. Além disso, a crise do milagre econômico ajudou a minar a credibilidade dos militares (SILVA, 2007). Por outro lado, setores castrenses vinculados aos organismos de repressão que estavam sendo lentamente desmantelados reagiram ao projeto de abertura política com diversas ações paramilitares. Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 foram executados diversos atentados à bomba, dos quais se pode citar o realizado contra a sede da OAB no Rio de Janeiro em 27 de agosto de 1980, resultando na morte da secretária Lyda Monteiro da Silva, e o malfadado atentado do Riocentro em 1981 durante um show comemorativo do Dia do Trabalhador, que acabou ocasionando a morte do sargento Guilherme Pereira do Rosário e o ferimento do capitão Wilson Dias Machado devido à explosão antecipada de uma das bombas dentro do carro onde estavam os militares.

Apesar da repressão política que continuou presente durante toda a etapa de transição, as esquerdas obtiveram avanços em termos organizacionais nesse período e ao longo da Nova República. Por meio de movimentos de base eclesiais e seculares e do novo sindicalismo, apresentavam à sociedade um modelo mais horizontal e democrático de atuação com vistas a se configurar em uma alternativa ao projeto de abertura do Governo (ALVES, 2005, p. 286).

No entanto, em que pese a dinâmica das pressões no processo de abertura política, a transição à democracia se deu de maneira pactuada, com a reorganização das elites civis que outrora apoiaram o golpe e o regime e a lenta retirada dos militares de cena. O corolário

9 Maria Helena Moreira Alves (2005) enquadra como “oposição de elite” sobretudo os setores organizados em estruturas associativas e corporativas como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

desse processo ficou registrado na aprovação da Lei de Anistia em 1979, cujo artigo que eliminou a possibilidade de punição dos torturadores por meio de uma interpretação do significado de “crimes conexos” permanece intocado até hoje.¹⁰ Além disso, quase dez anos depois nas negociações que resultaram na Constituição de 1988, manteve-se a função militar de defesa da lei e da ordem, equivalente ao que já estava previsto anteriormente na Constituição de 1967.¹¹ Tendo em vista o que foi dito, por que então alguns militares passaram a protestar contra os resultados da abertura política?

Uma frase dita pelo coronel Ustra em seu segundo livro, ao abordar o governo do general João Figueiredo (1979-1985) – o último militar a ocupar a presidência – e a rearticulação da oposição durante a abertura, evidencia que a sensação de derrota desses militares tem seu cerne na construção memorialística: “Derrotáramos a luta armada e o terrorismo, mas nos omitimos na batalha das comunicações” (USTRA,

10 É importante destacar que o Brasil foi o único país do Cone Sul onde nenhum militar ou civil foi condenado em algum grau por crimes realizados durante a ditadura. No que toca às políticas de transição dos países da região que passaram por processos de redemocratização no mesmo período, a Argentina é a mais avançada. Já em 1985, ou seja, apenas dois anos após o fim da ditadura, foi implementado no país o *Juicio a las Juntas*. No final da mesma década, no entanto, foram promulgadas as leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida*, que estabeleceram o fim dos julgamentos. Essas leis foram revogadas em 2003 pelo ex-presidente Néstor Kirshner e, desde então, já somam mais de 600 o número de condenados. Destaca-se que, diferentemente do Brasil que apresentou uma transição pactuada, a Argentina passou por um processo maior de ruptura com a ditadura, desencadeado sobretudo pela perda de popularidade dos militares após o fracasso na Guerra das Malvinas (1982).

11 Para mais informações sobre as discussões em torno do papel a ser atribuído aos militares na nova constituição durante a Assembleia Constituinte e as propostas vencidas, ver: MONTEIRO, Tiago Francisco. *A nova república e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura: homens, partidos e idéias* (1985-1990). 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

2006, p. 445). Ainda segundo esse militar, no período de abertura “a esquerda revanchista passou a escrever e a mostrar da forma que lhe convinha, a luta amada no Brasil” (USTRA, 2006, s/p). De acordo com essa visão, os relatos da esquerda e a luta por justiça e memória não apenas eram tendenciosos como estavam desrespeitando a Lei de Anistia, que deveria contribuir para o “esquecimento e a paz” (USTRA, 2006, p. 515).

Se no contexto da redemocratização esses militares estavam querendo esquecer o passado, a esquerda, por sua vez, queria narrar sua experiência e denunciar os crimes cometidos pelo Estado. Segundo Elizabeth Jelin, “as aberturas políticas, os degelos, liberalizações e transições habilitam uma esfera pública na qual se pode incorporar narrativas e relatos até então contidos e censurados” (JELIN, 2002, p. 42, tradução minha).

É importante ressaltar que ainda antes do período da abertura política algumas iniciativas pioneiras contribuíram para o enfraquecimento da cultura do medo implementada pela prática repressiva da ditadura, que por sua vez era baseada no terrorismo de Estado e nos seguintes elementos: “o silêncio, o isolamento das vítimas de uma efetiva estrutura de ajuda e a descrença na eficiência de qualquer ação” (ALVES, 2005, p. 245). Em 1966, ou seja, apenas dois anos após o golpe, Márcio Moreira Alves publicou o livro *Torturas e torturados* reunindo várias denúncias de violação de direitos humanos, algumas já publicadas pelo autor anteriormente no jornal *Correio da Manhã*. O livro foi recolhido pelo governo federal sendo liberado pela justiça somente em julho de 1967. Sua publicação ainda foi utilizada como pretexto para uma tentativa de impugnação da candidatura de Moreira Alves a deputado federal.

Os exilados e banidos também cumpriram um importante papel ao denunciarem no exterior as torturas, mortes e desaparecimentos que estavam ocorrendo no Brasil. Os familiares das vítimas, por sua vez, passaram a se organizar em redes de solidariedade e, com o apoio de parte da Igreja católica – concentrada, sobretudo, na Comissão Justiça e Paz nacional e de São Paulo –, criaram importantes instrumentos de luta e resistência como as missas em homenagem a mortos pela ditadura que

chegaram a reunir milhares de pessoas durante os períodos mais duros da repressão. A exigência de “verdade e justiça” simbolizadas na realização desses eventos impulsionaram, mais a frente, a luta pela redemocratização (TELES, 2010, p. 268).

No entanto, sem desconsiderar a importância dessas iniciativas, convém ressaltar que se tratavam ainda de vozes isoladas e de memórias que circulavam de forma subterrânea. Segundo Michael Pollak (1989, p. 4), “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. A contestação política e a rearticulação da oposição no período da abertura política contribuíram para o desencadeamento dessa crise; era o momento propício para a emergência dessas memórias subterrâneas.

Conforme aponta Flamarion Maués (2011, p. 50), a partir de meados na década de 1970 pode-se verificar a revitalização do mercado editorial de perfil marcadamente político e de oposição ao regime. Editoras como a Civilização Brasileira, Vozes e Paz e Terra voltaram a atuar de forma bem mais intensa. Além disso, nessa época surgiram outras editoras com o mesmo perfil, tais como a Alfa-Ômega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Vega e Livramento.

A partir do final da década de 1970 também começaram a surgir livros de ex-guerrilheiros que narraram a experiência da luta armada e evidenciaram os crimes cometidos pelo Estado, sobretudo a tortura, dos quais pode-se destacar *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós (1977); *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (1979); *Os carbonários*, de Alfred Syrkis (1980) e *Tirando o capuz*, de Álvaro Caldas (1981). Alguns desses livros tornaram-se verdadeiros *best-sellers*, o que demonstra que eles “responderam a um anseio de informação existente na sociedade – ao menos naquela parcela que compra livros” (MAUÉS, 2011, p. 58).

Contudo, foi na década de 1980 que surgiu a publicação que talvez seja, ainda hoje, a de maior expressão no campo da memorialística sobre a repressão política; trata-se do *Brasil: Nunca Mais*, obra organizada pela Arquidiocese de São Paulo. Com grande repercussão nacional e internacional e fundamentado em documentos

oficiais da repressão, os quais continham denúncias pungentes de tortura, *Brasil: Nunca Mais* ganhou ampla legitimidade e auxiliou na construção de uma maneira crítica de rememorar o passado ditatorial.

A história do projeto que resultou no *Brasil: Nunca Mais* tem origem na Lei de Anistia decretada em 1979, a qual abriu espaço para que advogados de presos políticos pudessem requisitar ao Superior Tribunal Militar (STM) a posse dos processos de seus clientes pelo prazo de 24 horas. Dessa forma, um pequeno grupo de juristas se articulou e resolveu elaborar um projeto clandestino, visando copiar e armazenar todo o material. A empreitada foi financiada pelo Conselho Mundial de Igrejas, sediado na Suíça, o qual contribuiu com a quantia total de 350 mil dólares (FIGUEREDO, 2009, p. 33).

Após seis anos de intenso trabalho, o projeto deu origem a um documento de 6.891 páginas, organizadas em 12 volumes, contendo relatos contundentes sobre as torturas e o funcionamento do aparato repressivo (Projeto A), bem como a um livro editado pela Editora Vozes com uma versão resumida do conteúdo para divulgação (Projeto B), o qual foi batizado de *Brasil: Nunca Mais* por influência do recém-lançado *Nunca Más* da Argentina.

Em julho de 1985, o livro, prefaciado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, um dos principais articulistas do projeto, foi colocado à disposição nas livrarias. O *Brasil: Nunca Mais* estourou em número de vendas, estando hoje na sua 40ª edição (2011).

Sendo o resultado de um projeto oriundo do clero progressista convém destacar, no entanto, que parece haver no livro a pretensão da reescrita da história da atuação da Igreja Católica durante a ditadura que, conforme aponta Caroline Silveira Bauer (2008, p. 12), contrasta com a heterogeneidade de posições dentro da instituição e com o fato da mesma, em sua maioria, ter adotado posturas anticomunistas e defendido o golpe e a ditadura. Assim é que Phillip Potter, ex-secretário do Conselho Mundial de Igrejas, afirma em prefácio escrito ao livro: “De fato, os católicos têm estado nas fronteiras da luta pelos direitos humanos na América Latina, sendo que muitos padres e religiosos foram torturados até a morte” (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 2009, p. 17).

Apesar dos relatos chocantes de casos de torturas apresentados no livro e do fato de Dom Paulo Evaristo Arns ter entregue à imprensa três meses após a publicação da obra uma lista com o nome de 444 agentes da repressão denunciados como torturadores, o livro não deixou de apresentar uma visão conciliatória que corroborava com a Lei de Anistia, conforme o trecho que segue da apresentação anônima:

Não é intenção do Projeto organizar um sistema de provas para apresentar em qualquer Nuremberg brasileiro. Não o anima qualquer sentido de revanche. Na busca da justiça, o povo brasileiro nunca foi movido por sentimentos de vingança (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 2009, p. 24).

Por último, convém destacar que, diferentemente de seu congênere argentino produzido por um órgão vinculado ao Estado – a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP)¹², o *Nunca Mais* brasileiro foi um projeto clandestino iniciado ainda durante os anos finais da ditadura. No entanto, o livro não deixou de auxiliar na construção de uma história e de uma memória sobre a tortura socialmente aceitas como legítimas e que passaram adquirir, de certa forma, ares de oficialidade (BAUER, 2008, p. 15).

Nesse período de abertura política, em meio à cacofonia de vozes críticas à ditadura, setores da elite política e empresarial que outrora apoiaram e financiaram o golpe e a ditadura também passaram a engrossar o caldo do discurso opositor, inclusive apropriando-se de maneira seletiva de algumas críticas da esquerda que, então, passavam a ganhar bastante legitimidade. Tratava-se de um momento propício para que esses setores entrassem na disputa da memória e reescrevessem sua

12 Comissão criada em 1983 pelo presidente constitucional de Raúl Alfonsín com a atribuição de investigar as violações aos direitos humanos durante a ditadura iniciada em 1976. Os resultados dessa investigação abriram as portas para os julgamentos levados a cabo em 1985 e que se tornaram conhecidos como *Juicio a las Juntas*.

história – a grande mídia, convém destacar, desempenhou um importante papel nesse sentido (SILVA, 2005; 2014).

É nesse movimento, conforme aponta Napolitano (2014, p. 319), que começa a se constituir uma memória hegemônica sobre o período. Segundo o autor, essa memória, apesar da “incorporação de elementos importantes da cultura de esquerda, é fundamentalmente uma memória liberal, que tende a privilegiar a estabilidade institucional e criticar as opções radicais e extrainstitucionais”. Assim, as características e variantes dessa memória supõem a relativização do golpe, explicado dentro do clima e das opções políticas da Guerra Fria; a equiparação moral dos golpistas com a esquerda derrotada em 1964 e da esquerda armada com a “linha dura”; a descaracterização do caráter de classe do regime; a divisão da sociedade entre “militares” e “civis” e homogeneização desses segmentos. Alguns desses elementos encontram-se presentes, inclusive, dentro de parte da historiografia sobre o tema, criticada por alguns pesquisadores como parte de uma operação revisionista que se consolidou no campo da pesquisa acadêmica sobretudo a partir de 2004, na ocasião dos 40 anos do golpe (TOLEDO, 2006; MELO, 2012).

Parte da literatura de testemunho que abundou na década de 1970 e 1980 auxiliou na solidificação dessa memória hegemônica (NAPOLITANO, 2014, p. 324). Foi o caso, por exemplo, dos já citados livros dos ex-guerrilheiros Fernando Gabeira e Alfred Sirkis. Ambos faziam, de maneiras distintas, uma autocrítica da luta armada que a colocava como uma oposição legítima em relação a um regime opressor, mas superada e equivocada do ponto de vista estratégico e ideológico.

Rodrigues e Vasconcelos (2014), ao falarem sobre o que chamam de “memória oficial” do golpe e da ditadura – que na argumentação dos autores pode ser entendida dentro do mesmo significado do que aqui está sendo designada como “memória hegemônica” – atentam para o fato de que é necessário não apenas constatar a sua existência, mas considerar os seus aspectos constitutivos e relacioná-la à conjuntura na qual foi produzida. Trata-se, neste caso, de compreender quem foram os reais beneficiados por dada construção memorialística. Assim, entendo que a memória hegemônica de caráter

liberal serviu, sobretudo, para auto absolver os segmentos civis envolvidos com a ditadura que seguiram, por sua vez, ocupando os espaços políticos após a redemocratização. Esses setores, embora tenham apoiado o golpe, a ditadura e a repressão, buscaram se distanciar do passado em um movimento que não pode ser feito pelos militares que participaram e apoiaram a implementação e consolidação da ditadura.

Por esse motivo, a memorialística militar apologética ao regime não apenas rebate os relatos da esquerda, as ações dos grupos de direitos humanos e as produções da historiografia crítica, mas também os discursos veiculados pela grande mídia e outros setores que apoiaram o golpe e que, no processo de abertura política, buscaram se distanciar da versão positiva do período.

1.2. A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA CASTRENSE E AS MEMÓRIAS EM PRIMEIRA PESSOA DOS EX-AGENTES DA REPRESSÃO

Logo no início de seu livro intitulado *Nos “porões” da ditadura*, o general Raymundo Negrão Torres queixava-se de:

[...] não ter havido da parte dos governos pós-64 o necessário empenho em apresentar, em sua verdadeira dimensão, os lances e os acontecimentos que marcaram a mais longa e mais séria tentativa de implantar no Brasil uma ditadura de inspiração marxista-leninista (TORRES, 1998, p.11).

Elizabeth Jelin (2002, p. 44, tradução minha), citando o historiador francês Henry Rousso, destaca que para que se entenda a “configuração de um discurso sobre o passado, tem que se levar em conta o fato de que esse discurso se constrói desde o começo do acontecimento”. Assim, ao analisar alguns estudos sobre a propaganda política do regime se vê, não obstante ao que foi dito pelo militar citado, que a ditadura se preocupou desde o início em escrever sua própria história, com a qual buscou justificar a quebra da ordem constitucional e

a repressão política em nome de uma pretensa democracia, bem como buscar legitimidade para impor os seus projetos. Tratava-se de apresentar a intervenção de 1964 não como o golpe, mas sim como uma “revolução” levada a cabo para proteger a democracia ameaçada pelo “perigo vermelho”. Ao mesmo tempo, construía-se um sistema de valores que buscava sedimentar a crença de que o movimento de 1964 era legítimo porque expressava o interesse não apenas de um grupo, mas do povo brasileiro (REZENDE, 2001, p. 33). O discurso de posse de Castelo Branco, o primeiro general presidente da ditadura, é exemplar nesse sentido:

Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções de vida, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras (CASTELO BRANCO apud SANTOS, 2012, p. 2).

A construção de uma memória positiva do período se deu, ao longo de toda a ditadura, por meios diversos, como pela publicidade acerca das obras governamentais, sobretudo durante o chamado “milagre econômico”, entre 1968 e 1973; pela produção de materiais impressos por parte das Forças Armadas, tais como livros e artigos voltados ao público externo (CARDOSO, 2011); pelas publicações de discursos no Noticiário do Exército direcionados aos membros da caserna (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2014), além das habituais

comemorações do aniversário da “Revolução de 1964”. Sobre essas, Celso Castro (2008, p. 131) destaca as realizadas no ano de 1965, as quais festejaram o primeiro ano da “revolução”, e a de 1974, ocasião em que foram celebrados seus dez anos. Ambas foram marcadas por festividades organizadas pelo Governo, contando com missas de ação de graças, grandes desfiles militares e concertos públicos nas principais cidades, além de concursos escolares, leitura da ordem do dia pelos ministros militares e pronunciamentos dos generais presidentes em rede nacional “realçando os feitos e projetos do regime”. Podemos ver, assim, durante todo período da ditadura, a tentativa de construção de uma memória positiva sobre o golpe de 1964. Dessa forma, “ainda que não fosse possível naquele momento a presença pública do contraditório, isto não significa que a batalha pela memória ainda não tivesse se iniciado” (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2014, p. 517).

Os discursos comemorativos por parte das Forças Armadas foram, contudo, mudando de caráter ao longo dos anos sendo que, a partir da segunda metade da década de 1970, já no contexto da distensão política, tornaram-se mais “ressentidos e queixosos”, passando a reclamar dos escritos de ex-militantes da esquerda armada e de parte da crítica historiográfica (CARDOSO, 2011, p. 22). No mesmo período, as comemorações também foram se esvaziando e perdendo seu caráter público. Se no início a celebração do 31 de março fazia parte do calendário oficial de datas festivas das instituições militares, sendo estimulada inclusive pelo governo até 1974, aos poucos foi decrescendo e restringindo-se cada vez mais ao público castrense. Em 1983, o comandante do I Exército deu ordens para que fossem convidadas apenas autoridades militares para a missa de ação de graças alusiva à data; em 1986, por meio de portaria assinada pelo então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, as comemorações passaram a ser realizadas apenas dentro das unidades militares; em 1995 teve fim a tradicional ordem do dia conjunta dos três ministros militares (CASTRO, 2008, p. 131-132); em 2011, por fim, as comemorações foram proibidas pela então presidenta Dilma Rousseff até mesmo no interior dos quartéis.

Esse processo de esfriamento das comemorações oficiais do aniversário de 1964 e de desinstitucionalização da memória castrense coincidiu com a volta da esquerda às ruas nas manifestações pelas Diretas Já¹³ e, principalmente, com a emergência do que foi designado no tópico anterior de “memórias subterrâneas”. Ainda em uma tentativa de se contrapor a essas memórias de uma maneira geral e, de maneira mais direta e específica, ao *Brasil: Nunca Mais*, o CIE chegou a ser encarregado de elaborar uma resposta oficial do Exército, a qual daria origem ao projeto batizado pelo código *Orvil* (palavra “livro” escrita ao contrário). A ideia em elaborar uma resposta oficial das Forças Armadas para bater de frente com as memórias das esquerdas correspondia a uma necessidade sentida por alguns membros da área de informações e foi explicitada dentro do CIE por um de seus funcionários em 1984, ainda antes do lançamento de *Brasil: Nunca Mais*. A autorização do ministro do Exército para que o projeto fosse efetivamente realizado, no entanto, foi dada apenas após a instituição ter conhecimento do livro escrito pela Arquidiocese de São Paulo (BRANDÃO; LEITE, 2012). O resultado do projeto, que fora coordenado pelo general Agnaldo de Nero Augusto (FIGUEIREDO, 2009, p. 74), ficou pronto no final de 1987, constituindo-se em uma volumosa obra de mais de 900 páginas sobre as várias “tentativas de tomada de poder” pelos comunistas no Brasil. O livro apresentava uma retórica fortemente vinculada à defesa daqueles

13 Movimento político em defesa da volta da eleição direta para a presidência da República, a qual havia sido delegada para o Congresso Nacional pelo Ato Institucional nº 2 de 1965 e para o Colégio Eleitoral pela Constituição de 1967. Em 1983 o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB) apresentou uma emenda constitucional que propunha o fim do colégio eleitoral e o retorno das eleições diretas para a escolha do presidente e vice-presidente marcadas para janeiro de 1985. A campanha pelas Diretas Já ganhou grandes proporções em 1985 quando comícios e manifestações tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil. Em 25 de abril de 1984 a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada pois não alcançou os dois terços dos votos da Câmara necessários para alterações constitucionais. As eleições de 1985 foram feitas de forma indireta, resultando na escolha de Tancredo Neves (PMDB) como presidente. No entanto, em virtude do falecimento de Tancredo, o vice José Sarney, ex-arenista, tomou posse em março de 1985 (MOREIRA, 2010).

militares que atuaram de forma mais incisiva na repressão política, ressentindo-se pelo pouco reconhecimento que a eles era dispensado, inclusive por seus companheiros de farda, devido às versões das esquerdas divulgadas ainda no exílio e que:

[...] alcançaram os órgãos de segurança e informações, que vinham sendo alvos dos subversivos, atingindo-os de forma sistemática e permanente. Essas informações lhes denegriam a imagem de forma irreversível, fazendo com que fossem esquecidos rapidamente os sacrifícios de seus componentes e os inestimáveis serviços prestados à Nação.

De tal ordem seria essa campanha, ao longo dos anos, identificando esses órgãos como algo a ser temido ou odiado, que as mensagens das esquerdas passaram a ser aceitas até por boa parte do público interno, que passou a ver os que lutavam contra a subversão como responsáveis pelo desgaste da própria Instituição (MACIEL; NASCIMENTO, 2012, p. 478-479).

O *Orvil* se constituía, assim, não só em uma versão militar sobre as atividades da guerrilha urbana e rural, como também, e mais especificamente, em uma versão da “comunidade de informações”. Ademais, por ter sido produzido por um órgão vinculado hierarquicamente ao Exército, tinha ares de uma resposta oficial ao *Brasil: Nunca Mais* chancelada por esta instituição.

No entanto, após finalizada a obra acabou não sendo publicada. Segundo Teixeira (2012, p. 257), o próprio ministro do Exército à época, Leônidas Pires Gonçalves, apresentou, posteriormente, duas justificativas para tal: na primeira atribuía a si próprio a autoria do veto à publicação do livro, justificando que os ânimos já estariam “serenados” naquele momento; na segunda responsabilizava o então presidente José Sarney, que teria recomendado engavetamento do livro.

Seja como for, o livro permaneceu na clandestinidade até começar a ter seus fragmentos divulgados na *internet* por círculos vinculados à direita militar, como o Grupo Terrorismo Nunca Mais (TERNUMA) e o *site* A Verdade Sufocada, de Carlos Alberto Brilhante Ustra, e ser obtido pelo jornalista Lucas Figueiredo em 2007, dando origem a uma série de artigos e a um livro (FIGUEIREDO, 2009). A publicação do projeto, todavia, esperou 25 anos para ser finalmente concretizada pela Editora Schoba em setembro de 2012, tendo como organizadores o tenente-coronel Lício Maciel e o tenente José Conegundes do Nascimento, ambos ex-funcionários do CIE. Para se adaptar ao novo contexto e ao seu objetivo de ser uma resposta também Comissão Nacional da Verdade, foi acrescentado ao livro um epílogo intitulado “Atuais ameaças ao Estado Brasileiro”, contendo várias críticas ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Iniciava-se assim a Nova República com as comemorações oficiais do aniversário do golpe cada vez mais voltadas para o público interno e sem uma defesa formal do Exército quanto às acusações que pesavam sobre a instituição e sobre alguns de seus membros.

No caminho inverso dessa paulatina desinstitucionalização da memória castrense do golpe e da ditadura, alguns militares resolveram vir à cena pública e lançar o seu relato pessoal sobre o período. Ao considerarem que apesar de terem ganho na batalha das armas haviam perdido na batalha da comunicação, partiam para um novo *front*, cujas letras passavam a ser a principal munição. Surgiam, assim, os relatos em primeira pessoa dos ex-agentes da repressão.

Em agosto de 1985, ao compor a comitiva que acompanhou o presidente José Sarney em sua viagem oficial ao Uruguai, a atriz e então deputada Elizabeth Mendes reconheceu o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que então estava desempenhando as funções de adido militar naquele país, como seu torturador nos dias em que esteve presa no DOI-CODI de São Paulo em 1970. Ao retornar ao Brasil, Bete Mendes escreveu uma carta aberta ao presidente pedindo o afastamento do coronel de seu cargo. O episódio teve grande repercussão nacional e internacional, mas Ustra acabou não sendo exonerado devido à intervenção de Leônidas Pires Gonçalves, que determinou que o Centro

de Comunicação do Exército informasse a todos “escalões subordinados” que o coronel Ustra gozava de toda a confiança e que permaneceria no Uruguai “até completar o período regulamentar” como adido militar (USTRA, 1987, p. 29).

Dois anos após o episódio, Ustra, que havia sido comandante do DOI-CODI do II Exército (São Paulo) de 1970 a 1974, período no qual foram registradas ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados naquela instituição segundo o relatório final da CNV (2014), lançou seu primeiro livro, *Rompendo o Silêncio*, publicado pela Editerra.

O autor buscava com sua publicação defender-se das acusações recentemente sofridas e apresentar a sua versão sobre os fatos. Atribuindo a si o papel “de bode expiatório em mais uma tentativa para denegrir a imagem do Exército” (USTRA, 1987, p. 310), o coronel afirmava escrever o livro em um momento em que estava sendo “caluniado, achincalhado, vilipendiado, chamado de monstro e comparado com assassinos nazistas que horrorizaram a humanidade” (USTRA, 1987, p. 15). Entretanto, fazia questão de destacar que as denúncias se inseriam “num contexto amplo de fabricação de nossa História Contemporânea”. (USTRA 1987, p. 337). Sendo assim, afirmando ter o objetivo de “restabelecer a verdade” (USTRA 1987, p. 15), Ustra dedicava várias páginas do seu livro à descrição do funcionamento das organizações armadas e de suas ações, embasando-se principalmente em documentos oriundos da própria repressão. Buscava também enaltecer o papel dos organismos de repressão e de seus membros que, em que pese as condições precárias de trabalho, lutavam para “manter a tranquilidade do país contra alguns brasileiros que, através de atos de banditismo e de terrorismo, tentavam implementar o caos” (USTRA, 1987., p.135).

Ustra, que constava na lista dos torturadores divulgadas pelo Projeto Brasil Nunca Mais, onde também era citado pelo seu codinome no DOI, Dr. Tibiriçá, apresentou em seu livro uma lista das “vítimas da guerrilha” no início de uma seção intitulada “Terrorismo: Nunca Mais”, a qual, por sua vez, deixava clara a intenção de se contrapor ao livro da Arquidiocese de São Paulo.

Apesar de ter publicado seu primeiro livro enquanto ainda estava na ativa, o autor não foi punido. Segundo o Estado-Maior do Exército, essa decisão se deveu aos “relevantes serviços prestados pelo coronel” e por ter fornecido “declarações em defesa própria” (CORONEL, 1987, p. 6).

Segundo Figueiredo (2009, p. 128), *Rompendo o Silêncio* chegou a sua terceira edição com cerca de 4.000 exemplares vendidos, “o que para o mercado brasileiro é um resultado, apesar de pequeno, satisfatório”. Já o próprio Ustra, em seu segundo livro, afirma que a obra teve três edições, em um total de 10.000 exemplares, sem especificar, no entanto, quantos foram efetivamente vendidos. Seja como for, tratam-se de números significativos sobretudo considerando que a divulgação da obra foi feita de forma independente e sem o apoio de grandes livrarias.

No entanto, os relatos de militares favoráveis à memória positiva do golpe e do regime e a criação de espaços para a difusão dos mesmos tomariam maior volume a partir da década de 1990. No plano institucional as mudanças passavam a ser mais sentidas (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2014, p. 518), gerando maior reação de alguns militares da reserva.

Em 1995, no primeiro ano da presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), pela primeira vez não foi publicada a ordem do dia conjunta dos ministros militares referente ao aniversário do “31 de março”. Segundo Santos, citando uma notícia publicada à época pelo jornal *O Globo*:

[...] os militares não fizeram o tradicional ritual em atenção ao presidente Fernando Henrique. De acordo com a reportagem do jornal carioca, oficiais de alto escalão que preferiram não se identificar afirmaram que era lógico não comemorar o 31 de março uma vez que o presidente era da esquerda. Disse um oficial de alta patente da Marinha: “É óbvio que não vamos comemorar uma revolução quando os nossos dirigentes máximos de hoje, na época, eram todos da esquerda”, enquanto que outro, da Aeronáutica,

afirmava que não havia “motivos para comemorar num governo em que todos eram do outro time” (SANTOS, 2012, p. 10).

No que diz respeito à justiça de transição, Fernando Henrique sancionou, em 1995, a Lei 9.140, a qual passou a ser conhecida como Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Essa lei reconhecia como mortos, de imediato, 136 desaparecidos. Além disso, criava uma Comissão Especial vinculada ao Ministério da Justiça para avaliar denúncias relativas a outros casos e emitir parecer sobre os pedidos de indenização pecuniária. Frente a moderação do então presidente no que toca aos assuntos voltados ao passado recente, Martins Filho (2000, p. 2-3) destaca que a lei foi fruto da “imensa pressão moral colocada sobre o presidente recém-eleito, principalmente pelas comissões de familiares de mortos e desaparecidos, para quem, na condição de antigo opositor punido pela ditadura militar, o presidente deveria ficar à altura de seu passado”. Já em 2001 foi criada, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a qual passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação da lei 10.559 – a chamada Lei dos Perseguidos Políticos. A referida comissão, ainda em atividade, tem como objetivo reconhecer as perseguições políticas sofridas na ditadura e, quando comprovado o prejuízo econômico decorrente, proceder para a realização do pagamento de indenização.

Uma outra medida relevante no âmbito das Forças Armadas também havia sido tomada em 1999: trata-se da extinção dos três ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) e sua substituição pelo Ministério da Defesa, chefiado por um civil. Segundo Martins Filho (2000, p. 4), em pouco tempo os militares da ativa passaram da “recusa doutrinária à aceitação pragmática do novo ministério”, ficando as manifestações de resistência à medida circunscritas principalmente aos militares da reserva.

Um dos últimos atos do ministro do Exército, general Gleuber Vieira, foi, no entanto, simbólico. Em 1999 Vieira criou o Programa de História Oral do Exército, pelo qual deveria ser desenvolvido o projeto

“1964, 31 de Março”. Por meio desse, foram entrevistados 247 pessoas, entre civis e militares, em sua maioria defensores de uma história positiva do período. O projeto, coordenado pelo general Aricildes de Moraes Motta, resultou em 15 tomos publicados entre 2003 e 2004 pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX)

O projeto teve como objetivo apresentar uma versão favorável ao golpe e glorificar a atuação dos membros das Forças Armadas, utilizando-se da velha retórica de que a intervenção na política ocorreu devido ao chamado da sociedade brasileira. A publicação desses 15 livros inseria-se, assim, como mais um capítulo da batalha da memória em curso (CHAVES, 2011 p. 68), dessa vez conduzida de forma institucional pelo Exército.

Entretanto, sem desconsiderar o significado político existente no fato do Exército lançar um projeto pelo qual, quase 15 anos após o fim da ditadura, exaltava esse período histórico, convém destacar que ele certamente não teve o mesmo peso simbólico e repercussão que possivelmente teria o *Orvil* se publicado em 1987, quando os termos da redemocratização ainda eram discutidos. O extenso volume de material (15 tomos) também praticamente o inviabilizava como um meio de propaganda política externa, ficando a utilização do mesmo mais adequada a um instrumento doutrinário interno da corporação. Tal fato talvez não escapasse aos objetivos buscados pelo Programa de História Oral do Exército que, conforme Chaves (p. 18, grifo meu), “tinha como finalidade a construção de um acervo para consulta e pesquisa por todos os interessados e, de *forma especial*, pelos integrantes das Forças Armadas”.

Voltemos, no entanto, às memórias em primeira pessoa dos militares da reserva. Em 1998 o general Raymundo Negrão Torres lançou o livro *Nos “porões” da ditadura: fatos que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo brasileiro*, publicado pela editora Expressão e Cultura. Torres não teve uma atuação tão destacada quanto a de Ustra na repressão política, no entanto, serviu na 2ª Seção (informações) da 5ª Região Militar, com sede na cidade de Curitiba, e, segundo relato próprio, contribuiu para a desarticulação do primeiro grupo guerrilheiro conhecido pelo nome de Movimento Revolucionário

8 de Outubro (MR-8). Após passar para a reserva, no final da década de 1980, o general se radicou em Curitiba, dedicando-se então à vida literária. Foi vice-presidente do Centro de Letras do Paraná, diretor cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e sócio-correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS). Publicou diversos livros e foi colaborador do jornal *Gazeta do Povo* de 1990 até o seu falecimento no ano de 2006, além de um dos articulistas do *site* anticomunista *Mídia Sem Máscaras*.

A justificativa fornecida pelo autor para a escrita do livro seguia a retórica reativa comum aos diversos relatos de ex-agentes da repressão, inserindo a publicação na “batalha de esclarecimento e de defesa das Forças Armadas e da atuação dos militares na história do Brasil” (TORRES, 1998, p. 18). Apesar de fazer algumas críticas ao que considerava terem sido erros cometidos e objetivos não cumpridos pela “Revolução”, afirmava ser seu livro uma “defesa do movimento de 1964 e dos governos que se sucederam” (TORRES, 1998, p. 18).

Para sua escrita, Torres serviu-se de episódios já narrados por Ustra em seu “corajoso” *Rompendo o Silêncio*. Entretanto, trazia elementos próprios do contexto em que fora lançado, como considerações em torno das atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – movimento social que estava em plena ascensão à época –, do PT e do Foro de São Paulo. Dessa forma, o autor apresentava uma narrativa que cada vez se tornaria mais comum nesse tipo de literatura militar: a apreensão do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais como uma fachada legal de diversos grupos que, não “renunciado ao utópico sonho da tomada do poder pela força, preferiram continuar na clandestinidade” (TORRES, 1998, p. 146). Dessa forma, estaríamos, segundo a argumentação de Torres, vivendo uma nova tentativa de tomada de poder pelos comunistas que por sua vez não utilizariam mais a luta armada como instrumento, mas sim “a guerra de desgaste e de atritos” (TORRES, 1998, p. 180). Nota-se, assim, a permanência de uma linha de argumentação no discursos desse militares utilizada para criticar e criminalizar os movimentos sociais.

Torres também tecia críticas ao longo de todo seu livro à então recente Lei dos Desaparecidos e, por consequência, a Fernando Henrique Cardoso que, embora “penitente confesso e arrependido de seu marxismo juvenil”, teria trazido para o seu governo alguns “revanchistas notórios” (TORRES, 1998, p. 15)

Entretanto, a artilharia de Torres não se voltava apenas aos organismos de direitos humanos e à esquerda de maneira ampla, mas também a alguns militares e civis que atuaram no alto escalão do regime e que, quando entrevistados em projetos como da equipe do CPDOC da FGV em meados da década de 1990, faziam críticas ao aparato repressivo da ditadura.

Em livro publicado em 2002 e intitulado *1964: uma revolução perdida*, Torres retomava essa mesma argumentação e afirmava que esses “desmemoriados participantes” (TORRES, 2002, p. 8) contribuíam para que a versão dos “esquerdistas” ganhassem maior respaldo. Nesse seu livro, publicado pela editora Torre de Papel, o autor retomava alguns assuntos relacionados à ditadura, como o Ato Institucional nº 5 e a tortura, mas dedicava maior espaço a assuntos contemporâneos como a criação do Ministério da Defesa, o governo de Fernando Henrique, a reforma agrária e o MST – esse último abordado em uma perspectiva já mencionada, a qual por sua vez buscava criminalizar o movimento, inserindo-o como uma fachada legal utilizada pela esquerda para tomar poder de assalto.

Em 2001 o general Agnaldo Del Nero Augusto, que na década de 1980 havia sido coordenador da equipe do CIE que elaborou o *Orvil*, lançou o seu livro intitulado *A grande mentira*. Conforme descreveu o jornalista Lucas Figueiredo (2009, p. 75), “Del Nero nunca colocou a mão na massa na repressão – mas esteve na antessala”. Durante sua carreira militar atuou em diversos órgãos de informação no período da ditadura, destacando-se 2ª Seção do II Exército, a Agência Central do SNI e o CIE. O livro fora publicado pela BIBLIEX e vendido com descontos para militares (FIGUEIREDO, p. 128). De maneira ampla, o objetivo do autor era desconstruir a imagem de que a esquerda armada havia lutado pela democracia e mostrar como isso era, na verdade, uma “grande mentira”.

Por ter sido parte do círculo militar que produziu o *Orvil*, Del Nero possivelmente tinha acesso aos seus manuscritos, embora tenha afirmado em entrevista à historiadora francesa Maud Chirio que não ficou com o material após a recusa da publicação do livro (AUGUSTO, 2008). Tal possibilidade, no entanto, pode ser cogitada tanto pelos fragmentos repetidos, quanto pela semelhança na estruturação de ambos os livros, os quais dividiam suas seções de acordo com as “tentativas de tomada de poder” pelos comunistas. Assim, a primeira tentativa teria começado na década de 1920 e teria sido derrotada em 1935, no episódio que ficou conhecido pejorativamente como “Intentona Comunista”; a segunda teria seu auge durante o governo de João Goulart, sendo derrotada em 1964; a terceira teria sido a experiência guerrilheira das décadas de 1960 e 1970, derrotada pelo aparato repressivo do regime.

Diferente de grande parte dos livros de ex-agentes da ditadura que contém passagens autobiográficas, o livro de Del Nero, tal qual o *Orvil*, apresenta a maior parte de seu conteúdo de maneira menos pessoal e de forma mais enciclopédica, citando constantemente diversos autores da literatura anticomunista nacional e internacional. O livro também tem uma preocupação em apresentar uma narrativa global sobre as Forças Armadas e sua atuação no período, voltada, sobretudo, aos jovens militares que “não poderiam ter uma sólida formação democrática se tivessem dúvidas sobre os objetivos buscados por seus antecessores” (AUGUSTO, 2001, s/p).

Em 2003 subia a rampa do Palácio do Planalto o presidente Luiz Inácio Lula Siva (PT). Ex-metalúrgico e uma das figuras mais conhecidas das greves do ABC paulista no final da década de 1970, Lula iniciava seu mandato na companhia de ministros que haviam sido presos e torturados durante a ditadura, como Dilma Roussef, na pasta de Minas e Energia, e José Dirceu, como ministro-chefe da Casa Civil.

No ano seguinte, o jornal *Correio Braziliense* publicou três fotos de um homem nu no cárcere que supostamente seriam do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em 1975 no DOI-CODI de São Paulo. No entanto, uma análise da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) acabou comprovando que as fotos não eram de Herzog, mas sim frutos

de uma investigação ilegal feita pelo SNI em 1974. O caso, contudo, reacendeu o tema da abertura dos arquivos da ditadura (TELES, 2012, p. 294). A questão, polêmica nos meios castrense, sobretudo entre os militares da reserva, gerou grande debate no interior do governo e acabou com o pedido de demissão por parte do presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, João Luiz Duboc Pinaud, e do ministro da Defesa, José Viegas.

Após a efervescência envolvendo a polêmica da abertura dos arquivos da ditadura, Ustra lançou em 2006 *A Verdade Sufocada*, publicado pela editora Ser. Declarando ser o seu segundo livro uma espécie de divulgação dos seus arquivos, o coronel afirmava de maneira irônica:

Já que estavam tão interessados nos documentos guardados por civis e militares, em 2004, e antes que viessem procurá-los em minha casa, resolvi abrir os meus, alguns arquivados na memória, outros na memória de companheiros de luta, outros pesquisados em jornais, livros, revistas e na Internet, onde, também, pouca coisa existe sobre as atrocidades cometidas pelos terroristas (USTRA, 2006, p. 24).

Logo no início, o militar prestava uma “homenagem aos companheiros do Projeto Orvil”, afirmando ter recebido uma cópia desse livro no final de 1995, a qual serviu como um “farol” que iluminou a redação de inúmeras partes de seu novo livro (USTRA, 2006, s/p). Comparada com sua primeira produção, *A verdade sufocada* era mais extensa e analisava com maior detalhe a atuação das esquerdas, a qual, por sua vez, era inserida em uma longa duração que remontava à “Intentona Comunista” de 1935.

O livro foi publicado um ano após a entrada na justiça da ação declaratória movida pela família Teles¹⁴ requerendo o reconhecimento

14 Em 2005 Janaina Almeida Teles, Edson Almeida Teles, Maria Amélia Teles, Cesar Augusto Teles e Crimeia de Almeida Teles moveram uma ação declaratória contra Ustra, acusando o coronel de chefiar as seções de tortura

de Carlos Alberto Brillhante Ustra como torturador. A ação foi vitoriosa em todas as instâncias em que o processo tramitou até 2014, quando foi lançada a 10ª edição do livro em comemoração aos 50 anos da “Contrarrevolução de 31 de Março de 1964” (A VERDADE, 2014). Em 2016 foi lançada uma nova edição ampliada do livro contendo as homenagens prestadas ao autor em seu velório, sendo que na metade deste mesmo ano Ustra alcançou a posição de sexto autor de não ficção mais vendido do Brasil (MEIRELES; GENESTRETI, 2016).

A publicação inseria-se também no contexto do final do primeiro mandato de Lula e no ano em que seriam realizadas novas eleições presidenciais. Assim, Ustra afirmava que mais uma vez “oportunistas” seriam “eleitos aproveitando-se do passado de 'presos políticos torturados' e 'exilados' pela 'ditadura’” (USTRA, 2006, p. 516). Além disso, mostrava a atuação do PT, do MST e do Foro de São Paulo como uma prova de que o Brasil estava no caminho do socialismo.

Ainda em 2006, no mesmo ano em que Ustra publicava sua segunda obra, um ex-aluno seu da Escola Nacional de Informações (ESNI) lançou o livro intitulado *Desfazendo mitos da luta armada: documentário*. O autor era o coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza, o qual durante a ditadura atuou DOI-CODI da 6ª Região Militar (Salvador) e da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada (Brasília), no SNI e no CIE. Além disso, fez parte do contingente militar que se deslocou ao norte do país para combater à Guerrilha do Araguaia, na operação de

no DOI-CODI. Os cinco membros da família Almeida Teles foram, na década de 1970, sequestrados e presos no referido órgão, onde sofreram torturas físicas e psicológicas. Na época, Janaina e Edson, filhos de Maria Amélia e Cesar Augusto, tinham respectivamente cinco e quatro anos. Crimeia, irmã de Maria Amélia, estava grávida de oito meses e teve seu filho na prisão. A ação exigiu a declaração de responsabilidade de Ustra enquanto agente de Estado, sem pedir indenização financeira. A decisão em primeira instância, no 23ª Vara Civil do Fórum de João Mendes, foi favorável aos requerentes em 2008. O coronel chegou a recorrer ao Tribunal de Justiça de São Paulo e, por último, ao Superior Tribunal de Justiça, onde foi novamente confirmada as decisões anteriores. A ação foi a primeira a reconhecer a responsabilidade de um agente de Estado por suas ações durante a ditadura.

inteligência que ficou conhecida como Sucuri. Episódios do combate aos guerrilheiros rurais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) já haviam sido narrados com maior detalhe em seu livro anterior, *Guerrilha do Araguaia: a grande verdade* (2002).

O autor, assim como os outros militares já citados, repetia a propaganda política do regime e de seus apologistas que caracterizavam o golpe como uma intervenção salvadora por parte do Exército. Sua obra, no entanto, iniciava fazendo reflexões sobre o contexto atual do Brasil, o qual era apresentado como um cenário caótico, envolto a omissão, descaso e “roubalheira” do poder público, o que impediria o progresso e o desenvolvimento (SOUZA, 2006, p. 19). A partir dessa linha de raciocínio, o autor convidava o leitor a buscar no passado “caminhos, pistas e, talvez, até respostas” para a situação vivida atualmente. Portanto, é articulando passado e presente que o autor apresentava sua narrativa sobre as organizações de esquerda armada e as suas ações nas décadas de 1960 e 1970.

Apresentando uma carga fortemente antipetista comum a esse tipo de literatura, o autor concluía fazendo um “alerta ao eleitor” que votaria nas eleições presidenciais de 2006: “você que é eleitor, antes de votar nas eleições previstas para o mês de outubro do presente ano, pense em tudo que você tomou conhecimento e vote de acordo com a sua consciência” (SOUZA, 2006, p. 489).

Conforme o que foi visto até aqui, as memórias em primeira pessoa dos ex-agentes de repressão surgiram, sobretudo, como resposta aos relatos da esquerda e às denúncias que seus autores e os órgãos nos quais serviram foram alvos, embora seus significados sejam muito mais amplos do que apenas uma reação. Foram se avolumando e aumentando a agressividade da retórica com a implementação das ainda tímidas políticas de memória e reparação e com a chegada ao Governo daqueles que consideram seus inimigos políticos de outros tempos. A ascensão dessas memórias parece seguir o caminho inverso das Forças Armadas, que preferiu abrandar o seu discurso sobre o passado, apesar de alguns

escândalos pontuais, mas significativos, envolvendo uma postura de defesa do atuado na ditadura por parte da corporação.¹⁵

Conforme aponta Valentina Salvi (2012, p. 84), em livro dedicado à memória castrense sobre a ditadura argentina, “na vida militar, as práticas comemorativas têm a função de investir com uma aura simbólica as obras que constituem o passado da instituição”. Assim, o paulatino recolhimento das comemorações de 1964 para dentro dos muros dos quartéis também é sentida com pesar e insatisfação por parte desses autores:

[...] como que com vergonha da vitória sobre a ameaça totalitária, as comemorações da Revolução de março de 1964, que livrou mais uma vez a nação brasileira dos horrores do regime comunista, inicialmente eram realizadas em praça pública, com a participação da sociedade. Depois ficaram confinadas aos quartéis, restritas ao público interno. Finalmente, foram relegadas ao esquecimento. Por quê? Em respeito a quê? (AUGUSTO, 2001, p. 22-23).

Esses militares da reserva também não deixam de apontar o que são, para eles, as consequências do citado recuo da defesa institucional de 1964. Assim, segundo Souza (2006, p. 67), a postura do Exército “vem proporcionando a livre exploração dos referidos episódios pela

15 Exemplo de uma polêmica envolvendo as Forças Armadas e o Governo PT ocorreu em 2004, quando o jornal *Correio Braziliense* publicou as já mencionadas fotos que, supostamente, seriam de Vladimir Herzog na prisão, e outros documentos da ditadura. Na ocasião, o Comando do Exército divulgou uma nota em que justificava os atos de violência praticados no período como uma reação legítima aos “movimentos subversivos”. Após grande polêmica, o Exército fez uma outra nota, dessa vez mais amena e lamentando a morte de pessoas nas dependências do Estado durante a ditadura. A crise terminou com o pedido de demissão do ministro da Defesa, José Viegas, após o presidente Lula não ter afastado o general Francisco Albuquerque do cargo de comandante do Exército (D’ARAÚJO, 2012, p. 587-590).

esquerda, radical ou não, e pelos seus defensores atuantes na mídia, onde se abrigaram para melhor 'mascarar' seus objetivos de caráter revolucionário no período”.

A não publicação do *Orvil*, a resposta militar ao *Brasil: Nunca Mais*, é também apontada como responsável pelo ganho de espaço das denúncias ao regime, o que demonstra certa inconformidade desses militares em relação ao fato do Exército não ter feito uma defesa pública dos ex-agentes da repressão logo após a abertura política: "Assim, a instituição permaneceu muda e a farsa dos revanchistas continuou livre e solta, a inundar o país" (USTRA, 2006, s/p). Contudo, conforme aponta Ustra (2006, s/p), "vários grupos, inconformados de ouvir somente um lado dessa história, resolveram se organizar e lutar para o restabelecimento da verdade".

É dessa forma que esses militares tomam para si a função de defender a memória positiva do golpe e da ditadura. Segundo eles, se antes combateram no campo da luta armada, agora estariam travando a batalha política pela qual disputam reconhecimento frente aos grupos tidos como rivais: as esquerdas com suas memórias, os organismos de direitos humanos, parte da historiografia e da mídia. Ocupam, assim, um espaço que consideram ter sido deixado vazio pelo Exército e fazem questão de ressaltar com orgulho a atuação que tiveram na repressão:

Nós que combatemos os terroristas, assaltantes de bancos sequestradores de autoridades estrangeiras não temos vergonha do nosso passado nem dos atos praticados na defesa da garantia da lei e da ordem contra os defensores de ideologias exóticas a nossa nacionalidade” (SOUZA, 2006, p. 68).

Assim como no passado, esses militares se colocam como companheiros nessa luta em um novo *front*. Entre eles há fortes laços de solidariedade, como pode ser visto nas páginas de seus livros: Aluísio Madruga de Moura e Souza cita Ustra, "companheiro de muitas lutas e amigo leal há mais de 30 anos", em seus agradecimentos (SOUZA, 2006, p. IX); Ustra tem seu segundo livro prefaciado por Raymundo

Torres, o qual agradece como "um incentivador de todos os momentos", juntamente com Agnaldo del Nero Augusto e Aluísio Madruga de Moura e Souza, "companheiro de luta", que o auxiliou digitando textos (USTRA, 2006, s/p). Além disso, convém ressaltar que Raymundo Negrão Torres foi ainda arrolado como testemunha de defesa de Ustra na ação movida pela família do jornalista Luiz Eduardo Merlino (TOGNOLLI, 2011).¹⁶

Nessa "luta", alguns grupos são utilizadas como *locus* privilegiado para a difusão de suas ideias, tal qual o Clube Militar, entidade sem vínculos formais com o Exército e que reúne, sobretudo, militares da reserva; e o Ternuma, organização criada em 1998 que, segundo informações de sua página virtual, é formada por um "punhado de democratas civis e militares, inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas" e cujo nome é claramente uma alusão ao grupo Tortura Nunca Mais, entre outros como os grupos Inconfidência e Guararapes.¹⁷

Celso Castro (2008, p. 140-141) classifica as lembranças militares de 1964 e da ditadura em três gerações: a primeira seria composta pelos "remanescentes do golpe", sendo constituída por militares que estiveram no auge de suas carreiras na época e que defendem veementemente a atuação das Forças Armadas no período; a segunda seria formada pelos chefes militares que chegaram ao apogeu de suas carreiras após a transição e que não costumam manter uma posição de defesa pública do golpe; a última, por fim, seria constituída

16 Em junho de 2012 Ustra foi condenado a indenizar por danos morais a esposa e a irmã de Luiz Eduardo Merlino, morto sob torturas na sede do DOI-CODI em São Paulo em julho de 1971. A versão oficial da morte do jornalista apresentada à época foi suicídio por atropelamento enquanto estava sendo transportado para o Rio Grande do Sul.

17 Sobre os grupos formados por civis e militares da reserva de direita, ver: SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema Direita, volver!* – Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e a reserva militar. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

pelos militares mais jovens, ainda na ativa, que possuiriam um maior distanciamento emocional e corporativo do período.

De acordo com essa divisão, os militares estudados nesta dissertação pertenceriam a primeira geração. Ainda segundo Castro (2008, p. 140), “a idade vai, rapidamente, fazendo desaparecer essa geração”. Dessa forma, dos autores dos livros aqui citados, apenas Aluísio Madruga de Moura Souza ainda se encontra vivo. Raymundo Negrão Torres morreu em 2006; Agnaldo del Nero Augusto em 2009; Carlos Alberto Brilhante Ustra em 2015, durante a escrita desta dissertação. Todos sem terem ido ao banco dos réus.

Talvez, foi sabendo do peso da idade daqueles que atuaram na repressão, que Ustra clamava nas páginas finais de seu segundo livro:

[...] concito a todos os que conhecem essa história e que trabalharam para pacificar o País, para que escrevam, relatando a nossa saga. Sem ódio, sem rancor, sem revanchismo.

[...]

Chega de silêncio!

Escrevam. Façamos como eles, mesmo não sendo escritores, como eu não sou, escrevam (USTRA, 2006, p. 535-536).

1.3. “SOMENTE ELES TÊM VOZ E VEZ”: RESSENTIMENTO E BUSCA DE RECONHECIMENTO

Após seu falecimento, Ustra recebeu mensagens de homenagem póstuma e de condolências a sua família divulgadas em alguns *sites* anticomunistas. O teor geral dessas mensagens foi de exaltação aos serviços prestados pelo militar durante sua atuação na repressão política e de repúdio às várias acusações que pesaram sobre ele. De acordo com seus defensores, Ustra teria servido como “bode expiatório” dos derrotados na luta armada, enfrentando, “com galhardia, a ira revanchista” (CHAGAS, 2015). Na página *A Verdade Sufocada*, administrada por Joseíta, viúva de Ustra, foi publicada uma mensagem que afirmava que o coronel “certamente teve seus dias abreviados pelo

desgosto e pela ingratidão por parte de brasileiros que deveriam honrá-lo e prestigiá-lo” (IGNACCHITTI, 2015). Uma outra mensagem, por sua vez, mencionava como Ustra e outros militares que combateram a guerrilha foram abandonados inclusive pelo próprio Exército (MIGLORANCIA, 2015).

Essa retórica ressentida é facilmente encontrada nos relatos dos militares que durante a ditadura atuaram nos órgãos de informação e repressão. Como já mencionado, esses consideram que, não obstante tenham ganho no campo da luta armada, foram derrotados na luta pela memória histórica do período (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994; MARTINS FILHO, 2004). Assim, queixam-se do fato de suas versões não terem o mesmo espaço de divulgação fornecido àquelas tidas como críticas ao regime e cujos autores, conforme aponta Ustra (2006 p 25) , teriam "recursos, platéias e oportunidades para difundir, com uma visão ideológica e ressentida, o que ocorreu no Brasil em passado recente". Como consequência, os críticos da ditadura estariam há anos "deturpando a história e falseando os fatos", pois "somente eles têm voz e vez" (USTRA, 2006, p. 25).

A derrota na batalha da memória é comumente atribuída à imprensa que, por sua vez, diferentemente da conjuntura pré-1964 estaria hoje fortemente "infiltrada" pelas esquerdas:

É sempre bom insistir no fato de que pequena parte da mídia de hoje, grandemente infiltrada pelas esquerdas, quer seja ela representada por adeptos da luta armada para a tomada do poder ou não, vive falseando a verdade, mentindo e criando fatos inexistentes. Outrora, por estar livre dessa infiltração, a mídia apoiou a Contra-Revolução por muito tempo (SOUZA, 2006, p. 50)

“Infiltração” foi um termo comumente utilizado durante a ditadura pelos grupos anticomunistas e notadamente pelos órgãos de informações para explicar a forma como as ideias socialistas se mostravam presentes em diversos setores sociais. Assim, segundo essa concepção, por meio de formas sofisticadas os comunistas estariam

ocupando espaços em sindicatos, movimento estudantil e diversas outras entidades. A ideia da "infiltração na mídia" parece se enquadrar nessa chave interpretativa e é mostrada, muitas vezes, como um dos mecanismos pelos quais os comunistas estariam, uma vez mais, tentando tomar o poder de assalto.

De maneira irônica, os militares também apresentam a mudança de posicionamento da mídia como fruto de uma conveniente amnésia: "hoje, esquecida, chama de 'golpe' a reação dos militares atendendo o chamamento que ela, impulsionada pela sociedade, fez" (USTRA, 2006, p. 75). O general Raymundo Negrão Torres, por sua vez, denuncia os vínculos das organizações Globo com o regime e atribui sua mudança de posição a interesses econômicos. Assim,

[...] tendo [a Globo] enriquecido à sombra do autoritarismo e dos desmandos que agora denuncia, passa a usar, em lugar dos dólares do grupo Time-Life,¹⁸ o dinheiro amealhado no apoio à ditadura, como moeda de troca na conquista dos grandes índices dos ibopes (TORRES, 1998, p. 16).

Conforme aponta Carla Luciana Silva (2014, p. 195), entre aqueles que mais lucraram com a ditadura no Brasil estão as grandes empreiteiras, os setores agroexportadores e os meios de comunicação. Os últimos, segundo a mesma autora, embora tenham tido um importante papel na consolidação do golpe, buscaram, após a redemocratização, construir uma memória que apaga ou ameniza a ditadura, e que os coloca como defensores incontestes da democracia.

18 Empresa estadunidense com a qual as organizações Globo fizeram um acordo em 1962: a Globo receberia 6 milhões de dólares e, em troca, a Time-Life teria 30% de todos os lucros da TV Globo, que foi fundada em 1965. O acordo foi denunciado pois feria o artigo 160 da então Constituição brasileira, que proibia a participação de capital estrangeiro na gestão ou propriedade de empresas de comunicação. O caso acabou em uma CPI na qual a Globo foi, por fim, inocentada em 1967 (LEAL; MONTALVÃO, 2010).

Não raro o fato de muitos de seus jornalistas terem sofrido censura durante a ditadura tem sido também utilizado pelos grandes jornais como forma de criar uma imagem de vítima em torno de sua história (SILVA, 2005). Além disso, o posicionamento auto crítico que algumas vezes a imprensa apresentou ao assumir os "erros" e as vinculações com o regime só foi possível por meio da criação de uma ruptura entre passado e presente e entre "autoritarismo" e "democracia" (BIROLI, 2009). A ditadura, nessa chave explicativa, seria um passado já superado pela democracia liberal que se quer consensual e da qual a mídia se reivindica como defensora. Não podendo executar o mesmo movimento da imprensa, os militares que atuaram no aparato repressivo sentem-se, assim, traídos por seus antigos aliados.

Embora de maneira distinta, esses militares também denunciam o "abandono" por parte dos atuais chefes das Forças Armadas que, segundo eles, ignoram o papel desempenhado por aqueles que combateram a guerrilha – os "heróis esquecidos da Contra-Revolução de 1964" (SOUZA, 2006, p. 127). Nesse sentido, o coronel Aluísio Madruga de Moura Souza afirma em seu livro que:

Já fazem muitos anos e por esta razão os atuais chefes militares não estão lembrados do que deixou escrito o então General do Exército Wálter Pires – Ministro do Exército "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia (SOUZA, 2006, p. 129).

O simbolismo para esses militares da frase atribuída ao ministro do exército do governo de João Figueiredo pode ser constatada pelo fato de dois dos seis livros trabalhados na dissertação a citarem como epígrafe (SOUZA, 2006; USTRA, 2006).

Nesse sentido, convém ainda citar como exemplo que no ano de 2008, quando Brilhante Ustra foi declarado torturador pela ação cível impetrada pela família Teles, já abordada anteriormente, o grupo

TERNUMA publicou em seu *site* uma nota em que classificava o comando do Exército como “covarde” e “omisso” por não ter defendido o coronel na ocasião (ROCHA, 2008).

Esses militares, no entanto, ao mesmo tempo em que clamam por reconhecimento, justificam que o melhor para a “pacificação nacional” seria não voltar ao passado, conforme pregaria a Lei de Anistia que, sob essa ótica, significaria esquecimento. Tal pressuposto, todavia, teria sido respeitado apenas pelos “vencedores da luta armada”:

As mãos foram estendidas em sinal de paz, por um dos lados – as mãos dos vencedores da luta armada –, porém, para os vencidos, o combate continuou. Os derrotados apenas trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que eles mantêm abertas até hoje (USTRA, 2006, p. 480).

Dessa forma, a retórica reativa é um componente constantemente presente nesses relatos e que possibilita aos militares se inserirem no debate sobre o passado. Os autores, quando justificam o porquê da publicação de suas obras, afirmam que o fizeram frente a história que vem sendo construída pelas esquerdas, a qual consideram falsa e ideologicamente orientada. Conforme Pierre Ansart (2001, p. 21), “os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de solidariedade no interior de um grupo”. Sendo assim, já que não teria sido permitido a esses militares deixar o passado para trás, apresentam os seus relatos como parte da luta travada por um grupo militante contra o esquecimento e ocultamento do outro lado da história.

No entanto, com vistas a tentar lograr legitimidade perante a opinião pública, esses autores lançam mão de algumas estratégias de reconhecimento. Sendo assim, algumas delas serão abordadas nos dois próximos tópicos.

1.3.1. “Para as Forças Armadas não restou alternativa”: o discurso do apoio civil ao golpe

Segundo a visão desses militares, as Forças Armadas teriam sido convocadas pelos civis para intervirem no processo político, mas, não obstante os esforços nesse sentido, teriam sido injustamente chamadas de golpistas. Dessa forma, uma das estratégias que parece ser utilizada para a busca de reconhecimento social é o destaque no papel dos civis na derrubada de João Goulart.

Dentro disso, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade são citadas como o evento máximo que desencadeou a "Contra-Revolução", pois:

Milhões de brasileiros, de todas as idades, sexos e condições sociais encheram as ruas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e outras, proclamando a sua determinação de permanecerem livres. Então, para as Forças Armadas não restou alternativa, a não ser a de atender, mais uma vez, ao chamamento da nação brasileira, como sempre fizera em todos os episódios de nossa história.

E, assim, sobreveio a Contra-Revolução de 31 de março de 1964 (SOUZA, 2006, p. 47).

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram manifestações organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas conservadoras. A primeira foi realizada na cidade de São Paulo, em 19 de março de 1964, sendo que a partir daí manifestações dessa natureza pulularam por várias regiões do Brasil. Segundo Aline Alves Presot (2004, p. 71), no levantamento feito para a sua dissertação de mestrado, entre os meses de março e junho de 1964 ocorreram 69 marchas. Trataram-se, assim, de eventos de grande repercussão, bem como de fundamental importância para trama golpista, que não deixaram de ser explorados pela propaganda do regime na época e, como se vê, pelos militares que defendem a memória positiva do período.

O número significativo de participantes, incentivados a comparecerem muitas vezes pelas próprias entidades patronais que fechavam as portas de suas fábricas e comércios, fez com que na retórica apologética ao regime as Marchas fossem resinificadas como manifestações populares, quase espontâneas. O planejamento e financiamento desses eventos, como se pode prever, escapam à argumentação desses militares.

Assim, a retórica do apoio civil se faz via a homogeneização da sociedade, tratada como algo coeso e cuja única divisão se daria entre "civis" por um lado e "militares" por outro. Nesse processo, interesses privados expressos em editoriais e manchetes de jornais, por exemplo, são mostrados como coincidentes à "vontade nacional":

Em verdade, revoltada com a situação política e principalmente econômica do País, a sociedade brasileira passou a se mobilizar no sentido de impedir que um caos maior do que o já existente se instalasse no Brasil. E este fato fica bastante evidente ao tomarmos conhecimento de editoriais e manchetes dos principais jornais da época, em particular, os dos dias 31 de março e do dia 01 de abril de 1964 (SOUZA, 2006, p. 43).

Dessa forma, a "sociedade" e a imprensa estariam, à época, "alinhadas e irmanadas", clamando por uma intervenção que impedisse a "derrocada o País" (USTRA, 2006, p. 75)

Por outro lado, quando se trata de adjetivar o componente "civil" inserido junto ao "militar" para designar tanto o golpe quanto a ditadura, a retórica militar retrocede. Exemplo é a questão do comprovado apoio dos Estados Unidos ao golpe que, embora amplamente estudado pela historiografia, é veementemente negado como "pura especulação" e "opiniões esparsas e sem nenhum dado comprobatório" (SOUZA, 2006, p. 50). Assim, as denúncias de participação da potência norte-americana durante a campanha de desestabilização do governo Goulart e na própria ação golpista por meio

da Operação Brother Sam¹⁹ soariam "ridículas" pois, afinal, e conforme explicam, foram "os próprios sentimentos de autodefesa da sociedade que desencadearam os mecanismos de rejeição e que, por circunstâncias da conjuntura internacional, também coincidiram com os interesses americanos em sua estratégia global da Guerra Fria" (TORRES, 1998, p. 37).

No mesmo sentido, o apoio do empresariado é enfaticamente negado:

Existem também insinuações, que às vezes lemos na imprensa, dizendo que os nossos vencimentos eram enriquecidos com polpudas somas de dinheiro, fornecidas por industriais paulistas. Isso jamais aconteceu. Nunca vivemos com qualquer recurso que não fosse o recebido dos órgãos aos quais pertencíamos. Essas insinuações, além de maldosas, procuram nos atingir moralmente. Nunca lutamos por dinheiro. Não éramos mercenários, pagos por entidades civis. Éramos militares que, com muita honra, pertencíamos ao Exército de Caxias, e, eram os policiais civis e militares que, também, com muita honra, serviam ao Governo do Estado. Lutávamos por um ideal, o de extirpar o terrorismo que queria subjugar o Brasil (USTRA, 1987, p. 138).

Essa reação dos militares frente ao apoio dos Estados Unidos e do empresariado é compreensível. Primeiro porque admitir a influência

19 Força tarefa naval responsável em apoiar o golpe caso houvesse alguma resistência interna de grande vulto ou a intervenção de algum país estrangeiro, como a União Soviética ou Cuba. Fruto de estudo minucioso elaborado pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, a operação foi desmantelada a pedido do general Castelo Branco no dia 1º de abril, por não ser mais considerado necessário o apoio logístico. Para mais informações, ver: FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

de uma potência externa em processo político interno iria contra a retórica nacionalista de cunho anticomunista que denunciava o internacionalismo da esquerda e a acusava de ser apoiada por potências estrangeiras e de professar ideias "alienígenas", que iriam contra a "natureza" do povo brasileiro. Ademais, admitir o apoio de grupos econômicos à repressão política não só seria confessar os interesses privados que motivaram essa faceta da ditadura como também seria, para esses militares, rebaixar a "missão" que realizaram como se fossem apenas "mercenários": algo muito distante do tom heróico que esses autores buscam exprimir em suas atuações.

1.3.2. “E eu, também não tenho os meus Direitos Humanos?”: memória, verdade e justiça no discurso militar

Desde 1974, familiares de mortos e desaparecidos têm protagonizado as tentativas de acerto de contas com o passado, em que pese as dificuldades que, diga-se de passagem, não deixaram de existir com o advento dos governos civis (TELES, 2010). Como foi abordado no início do capítulo, a luta desses familiares impulsionou a redemocratização e passou a contar com considerável legitimidade social.

Valentina Salvi (2012), ao discutir a questão da memória militar na Argentina, afirma que a legitimidade alcançada pela figura da vítima do terrorismo de Estado não apenas marcou um limite sobre o que alguns militares podiam sustentar publicamente, como também se constituiu em um modelo reconhecido socialmente para imitar e resinificar. Assim, não alcançando muito espaço na opinião pública, esses autores reapropriam os lemas de "memória, verdade e justiça" expressos nas bandeiras dos organismos de direitos humanos.

Segundo esses militares, os direitos humanos estariam sendo utilizados de forma unilateral, apenas beneficiando as vítimas da esquerda e seus familiares "Direitos Humanos! Para a esquerda tudo, para as vítimas da esquerda a indiferença" (USTRA, 2006, p. 192).

A Igreja, por sua vez, é fortemente criticada pelo fato de parte de seus integrantes ter tido proximidade aos ideais de esquerda e ter,

posteriormente, tomado a vanguarda na luta dos familiares de mortos e desaparecidos:

Nunca tomei conhecimento de que os setores progressistas da Igreja, os mesmos que defendem com tanto ardor os subversivos e os terroristas, tenham, como Pastores da Igreja, subido aos púlpitos para condenar, veementemente, as organizações terroristas que fizeram muitas vítimas, na sua quase totalidade católicos praticantes. (USTRA, 1987, p. 183).

Assim, esses militares apresentam uma nova figura para se contrapor às vítimas do terrorismo de Estado: as vítimas da guerrilha. Para rebater os números de mortos e desaparecidos apresentados pelo *Brasil: Nunca Mais*, por organismos de direitos humanos e por entidades diversas, alguns desses livros exibem listas de “mortos pela subversão”. Aluísio Madruga de Moura e Souza (2006, p. 162-192) cita 141 pessoas, entre civis e militares, que, segundo ele, foram “mortos por esses desajustados”. Já Ustra (1987, p.183-193), em seu primeiro livro, publicou uma lista menor, contendo 105 mortos, a qual vinha precedida com pela seguinte frase: “vocês que nunca serão esquecidos porque morreram pela pátria”. Em seu segundo livro, entretanto, Ustra (2006, p. 505-514) apresenta outra lista com 120 nomes de pessoas imoladas “por terem atravessado o caminho de terroristas, que não tinham escrúpulos em matar pela 'causa'”.

Os “mortos pela subversão”, segundo esses militares, não apenas teriam sido esquecidos pela sociedade civil que não se preocupou em saber o que de fato ocorreu (USTRA, 2006, p. 504), como pelas próprias “instituições que os designaram para a missão onde perderam a vida” (USTRA, 2006, p. 516).

Conforme aponta Salvi (2012, p. 84, tradução minha) “na vida militar, em suas práticas e representações coletivas, o ‘fazer história’ da instituição, de seus homens, de suas batalhas e de seus mortos é uma prática estimulada e valorizada pelos oficiais”. As Forças Armadas, convém ressaltar, são uma instituição que tem recursos e meios para

construir sua própria história por intermédio de especialistas, instituições de memória e de ensino. Ao longo de sua existência, utilizou a sua estrutura e peso político para criar um passado glorioso, comemorado por meio de datas, símbolos e monumentos.

O que esses militares exigem é que a memória dos "mortos pela subversão" e da luta contra as organizações de esquerda seja comemorada nesses mesmos marcos memorativos. No entanto, como consideram que isso não foi feito pela instituição militar, tomam para si a função de "continuar a reverenciá-los e a lutar para que seus nomes continuem sendo respeitados" (USTRA, 2006, p. 517).

Dentro disso, seus livros cumpriram assim uma função não apenas de "desmentir" a esquerda, como de "homenagem aos homens e às mulheres da lei e da ordem que lutaram, sacrificaram-se e morreram para defender a democracia e liberdade" (TORRES, 1998, p. 18). Além disso, tentam esvaziar as pautas de verdade e justiça dos organismos de direitos humanos afirmando que as mesmas seriam parciais.

Apesar do caráter ressentido e, de certa forma, reativo dessas memórias, cabe salientar que as mesmas apresentam uma forma de se apreender o passado e também o presente. Dessa forma, a maneira como esses militares abordam a atuação das esquerdas durante a ditadura, bem como debatem questões sensíveis como os desaparecimentos, assassinatos e a tortura, serão o tema do próximo capítulo.

2. ALGUMAS LETRAS SOBRE O “INIMIGO”: A ATUAÇÃO DA ESQUERDA ARMADA E A REPRESSÃO VISTA PELA DIREITA MILITAR

[...] se tratava de uma guerra onde os militantes eram terroristas e não apenas “jovens universitários idealistas que apanhavam da polícia porque discordavam da ditadura”. Uma guerra onde os militantes eram enquadrados por organizações muito bem-estruturadas que recebiam do exterior treinamento, armas, munições e dinheiro. Uma guerra suja e sem quartel.

(Raymundo Negrão Torres, 1998)

Carlos Alberto Brilhante Ustra, Raymundo Negrão Torres, Agnaldo Del Nero Augusto e Aluísio Madruga de Moura e Souza – todos militares que, como vimos, resolveram publicar livros narrando as suas versões sobre o golpe e sobre a ditadura. Segundo eles, a decisão de virem a público responde a uma necessidade imposta frente ao avanço das esquerdas na chamada “guerra da memória” e devido à urgência em se reestabelecer a verdade. As suas memórias, conforme eles mesmos colocam em evidência, têm um componente reativo que, de fato, não pode ser negligenciado. Entretanto, seria por demais simplista acharmos que elas se encerram apenas nele. Muito mais do que isso, essas memórias se constituem em instrumentos utilizados por esses militares para defenderem a ditadura e, sobretudo, a atuação que tiveram enquanto membros do aparato repressivo do Estado, ao passo que buscam apagar determinada parte história. A forma como caracterizam o “inimigo” que combateram, a maneira como descrevem os métodos que seriam empregados por este, os elementos anticomunistas que lançam mão e a forma como se inserem nessa “guerra suja”, tal qual descreve Torres na epígrafe acima, é, pois, o tema abordado nesta parte do trabalho.

2.1. O ANTICOMUNISMO COMO COMPONENTE DAS MEMÓRIAS MILITARES

O anticomunismo tem sido, em maior ou menor grau, um componente presente nas lutas políticas no Brasil, aparecendo, durante o século XX, como discurso mobilizador de golpes de Estado e como argumento para ampliação da repressão política. Seu apelo justificatório, criado em torno da difusão da visão do comunismo como algo essencialmente danoso à sociedade, elaborado por meio de imagens diversas, também é amplamente utilizado nas memórias militares em questão como forma de justificar as ações dos autores durante o período da ditadura, de maneira específica, e das Forças Armadas, de maneira ampla.

Dessa forma, não é possível abordar como os autores dos livros selecionados para a pesquisa se referem à atuação da esquerda armada da década de 1960 e 1970, bem como analisam a política atual do período em que lançaram as obras, sem antes tecer algumas considerações sobre o anticomunismo e a criação da ideia de um “inimigo interno” que deveria ser combatido. Longe de significar apenas um elemento entre tantos, o anticomunismo é o que unifica esses relatos, imprimindo aos mesmos uma narrativa comum.

Conforme apontou Rodrigo Patto Sá Motta (2002), o sentimento anticomunista, posteriormente transformado em um movimento mais organizado, nasceu devido ao medo e à necessidade de se conter a escalada revolucionária. No Brasil, devemos remeter esse momento ao impulso que movimentos populares, manifestações e greves tiveram a partir do início do século XX. Dessa forma, é importante destacar que o surgimento do anticomunismo no Brasil esteve vinculado à necessidade de antecipar uma resposta à chamada “questão social”,²⁰ a qual já se impunha ao Governo e às classes

20 O termo “questão social” surgiu inicialmente na Europa no século XIX, em um contexto de industrialização e urbanização, para designar o empobrecimento do proletariado e a tomada de consciência por parte do mesmo quanto a sua condição de exploração. Tal fato despertou o temor da burguesia que recorreu a criação de leis trabalhistas e políticas sociais como

dominantes europeias. Assim, “muito mais do que a um partido ou a uma tendência, se temia a organização de enormes camadas da população que não estavam tendo seus interesses e necessidades representadas na nova ordem política e social” (SILVA, 2000, p. 212).

Destaca-se então que o anticomunismo se desenvolveu não somente como oposição a partidos ou organizações declaradamente comunistas, mas também como uma reação à ampliação da participação política das classes populares. Como pontuou Silva (2000, p. 208), para além das colorações partidárias, eram os movimentos sociais que se constituíam em “perigo comunista”. Não obstante, o impacto que teve a formação de um partido propriamente comunista no Brasil não deve ser negligenciado. A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB),²¹ em 1922, fortemente influenciada pela Revolução Russa ocorrida apenas cinco anos antes, despertou o temor das classes dominantes, zelosas quanto à manutenção de seus privilégios. Não por acaso, o partido foi colocado na ilegalidade pela primeira vez já em junho do ano de 1922, somente três meses após a sua fundação.

O evento, no entanto, que seria utilizado como forma de tentar difundir e agregar novos elementos à mensagem anticomunista no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sobretudo pela forte propaganda política conservadora feita em torno do mesmo, foi o levante armado comunista de 1935, o qual ficaria conhecido pejorativamente como

forma de atacar e esvaziar o sindicalismo independente e conter a ameaça revolucionária contida no avanço crescente das ideias socialistas e anarquistas. No Brasil, tal fenômeno tem origem sobretudo com a vida de imigrantes europeus no início do século XX, o que desencadeou a reação das classes dominantes temerosas que um processo semelhante ao europeu pudesse se reproduzir aqui.

- 21 Inicialmente nomeado de Partido Comunista do Brasil, o PCB mudou o seu nome na década de 1960 com vistas a tentar obter o registro legal, já que o significado da sigla foi a principal alegação utilizada para o cancelamento do registro eleitoral do partido em 1947. Dizia-se que o PCB era um partido estrangeiro, já que a denominação “do Brasil” significaria que o mesmo era apenas uma seção brasileira do PC soviético e não um partido nacional. Em 1962 o antigo nome foi restaurado pela sigla PCdoB, o primeiro racha do PCB a dar origem a um novo partido.

Intentona Comunista.²² Desencadeada dentro dos quartéis, em nome da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e com apoio do Comintern,²³ a revolta, derrotada poucos dias após sua eclosão em Natal no dia 23 de novembro, foi fortemente utilizada nas mensagens anticomunistas como prova de que havia um inimigo concreto a ser combatido e que o mesmo agiria não apenas em terras distantes, mas também no próprio Brasil. Criavam-se assim as bases para o surgimento de um verdadeiro imaginário anticomunista (MOTTA, 2002a, p. 190), cujos símbolos, palavras e referências a ele associados voltariam a ser mobilizados em outras conjunturas políticas.

As mensagens vinculadas à “Intentona”, contudo, tiveram um impacto ainda maior para consolidar o anticomunismo dentro das Forças Armadas, sobretudo entre os oficiais, sendo determinante o fato da revolta ter eclodido dentro dos quartéis e à revelia dos princípios hierárquicos propalados pela instituição. As solenidades em torno do 27 de novembro, data escolhida como o marco memorativo da “Intentona”, auxiliaram como forma de propaganda anticomunista militar, tanto no sentido de reforçar o suposto papel das Forças Armadas como elemento presente na luta contra o “inimigo vermelho”, defensora de uma ordem constantemente ameaçada, tal como uma mensagem interna de que dentro da corporação não seriam admitidos membros que expressassem simpatias às ideias de esquerda. Iniciadas já no ano seguinte ao evento e ganhando o caráter oficial do Estado em 1937, na conjuntura da implementação do Estado Novo varguista (1937-1945), as comemorações da vitória das Forças Armadas sobre os sublevados foram reforçadas posteriormente pela ditadura empresarial-militar, sendo que a partir daí, como observou Castro (2008, p. 127), a

22 Como destaca Motta (2002, p. 193), a adoção do termo “intentona” na memória oficial sobre o evento se consolidou apenas anos depois do ocorrido, tendo como objetivo claro a desqualificação da tentativa revolucionária de 1935, já que intentona significa “intento louco” e “motim insensato”.

23 Nome que designa a Terceira Internacional, organização criada em 1919 por Vladimir Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética para reunir os partidos comunistas de diversos países.

associação entre 1935 e 1964 passou a ser obrigatória. As fontes desta pesquisa reforçam esse vínculo presente na memória oficial do Exército, já que não obstante os autores dos livros selecionados alegarem ter como objetivo a apresentação de uma segunda versão sobre os eventos ocorridos durante o período da luta armada nas décadas de 1960 e 1970, muitas deles dedicaram várias páginas sobre a empreitada revolucionária da década de 1930.

Assim é que Ustra (2006, p. 24-25; 535), por exemplo, afirma que para abordar os motivos que levaram à “Contrarrevolução de 1964” e as posteriores ações da esquerda armada era necessário primeiramente voltar ao ano de 1935. Trata-se de uma linha argumentativa comum entre alguns militares, a qual se encontra calcada na visão de que o comunismo está sempre à espreita, utilizando-se, contudo, de estratégias cambiantes em sua tentativa secular de tomar o poder. Ainda de acordo com o mesmo militar, os comunistas após 1935 “mudaram o estilo, a técnica e a forma de atuar, mas não se afastaram, jamais, de seus desígnios de implantar no Brasil um governo marxista leninista” (USTRA, 2006, p. 44).

Nesse âmbito das memórias militares sobre a ditadura, a retórica do perigo iminente do comunismo já estava presente no *Orvil*, livro produzido CIE como a versão militar sobre a repressão às esquerdas, sendo que, conforme já abordado no primeiro capítulo, teve sua estrutura organizada seguindo a cronologia do que seriam as supostas consecutivas “tentativas de tomada do poder”. Iniciando em 1935 e passando por 1964 e pelas décadas de 1960 e início de 1970, o livro finalizava com a conjuntura do ascenso do movimento de massas no período da distensão política que, segundo a obra, configuraria a quarta tentativa de tomada de poder pelos comunistas, ainda em andamento (MACIEL; NASCIMENTO, 2012). Da mesma forma, nas memórias individuais dos militares aqui estudados, é comum não apenas a vinculação entre 1935 e 1964, como também entre esses momentos e a conjuntura política do período em que as obras foram escritas. Trata-se de uma visão que, além de estar permeada por um forte caráter anticomunista impresso na ideia do inimigo oculto, mas presente, busca da mesma forma atribuir importância aos relatos não apenas como uma

versão de direita sobre os eventos ocorridos no passado. mas também como um alerta sobre a situação presente e a necessidade de vigilância e ação constante. É assim, por exemplo, que o coronel Madrugá se refere ao momento em que seu livro foi lançado, no ano de 2006:

Se não persistirmos na ação, logo que possível, a esquerda voltará a agir de forma violenta. É preciso lembrar que pelo menos parte daqueles que um dia traíram a Pátria, desde que existam condições propícias, se não os detivermos, voltarão a agir para feri-la pelas costas, como fizeram outrora, com a maior perfídia e a mais requintada indignidade (MADRUGA, 2006, p. 123).

Segundo Maud Chirio (2012, p. 35, grifo da autora), a “Intentona” também inaugurou nas Forças Armadas um “‘relato nacional maniqueísta’, no qual o Brasil e a sua instituição militar são definidos por oposição à ameaça constante de sua desagregação *pelo próprio Exército*”. Essa argumentação será uma constante, a fomentar conflitos internos e justificar expurgos, sendo claro o seu apelo na conjuntura do golpe em 1964. Para o general Torres (1998, p. 23), o objetivo final dos comunistas seria neutralizar o Exército, “a maior força anticomunista que o país sempre teve”. Para tal, a técnica seria “forjar novas cabeças” por dentro da própria instituição, método que, segundo o militar, foi utilizado por diversas vezes com algumas variações: “em 35 os principais alvos foram os oficiais, em 63 a tentativa visou os graduados e a próxima [começaria] pelos coronéis” (TORRES, 1998, p. 180).

Os componentes da memória oficial sobre a “Intentona” inserem o evento, então, como uma traição duplamente interna: por um lado, os insurretos teriam traído a corporação militar da qual eram membros e, por outro, teriam traído a própria pátria, dado que a insurreição teve apoio de uma “potência estrangeira” (MOTTA, 2002, p. 78), conforme os anticomunistas faziam questão de destacar:

Os conspiradores, todos militares adeptos do comunismo, agiram de maneira vil e covarde em prol de uma outra nação, no caso a Rússia. Traíram seus companheiros de farda e a própria Pátria. Mataram seus camaradas na calada da noite, alguns pelas costas e outros quando dormiam (MADRUGA, 2006, p. 28).

Assim, por meio desse episódio foram mobilizados alguns dos componentes que, a meu ver, passariam a ser intrínsecos ao anticomunismo militar: a ideia do “inimigo interno” que, como mencionado, estaria sempre à espreita; a exaltação do nacionalismo contra o risco de “desagregação” dos valores e instituições da sociedade impostos pelas mobilizações sociais e, sobretudo, o medo da “subversão da hierarquia” dentro das próprias Forças Armadas. Contudo, embora se tenha afirmado que a “Intentona” se constituiu em um episódio que auxiliou na consolidação de um imaginário anticomunista castrense, é importante pontuar que muitos desses elementos não são “nativos”, mas sim expressam marcas de um anticomunismo que ultrapassa as fronteiras nacionais (CHIRIO, 2012, p. 35).

Nos livros dos militares selecionados para pesquisa esses elementos estão fortemente presentes, cruzados muitas vezes com as mensagens de defesa da família, da religião e da democracia, comumente evocadas pela tradição anticomunista. No que diz respeito ao viés nacionalista, a ênfase se dá no discurso claramente ideológico da união dos brasileiros acima de quaisquer diferenças ou interesses. A luta de classes se configuraria assim em uma invenção da esquerda para fomentar o ódio, dividir os concidadãos, fragmentar o país e, é claro, tomar o poder. A defesa do internacionalismo, segundo esse pensamento, seria a prova de que os comunistas tinham como objetivo suplantar o sentimento de pertencimento dos indivíduos com a pátria, sendo também presente nessa argumentação a ideia de que ação da esquerda visaria sobretudo à destruição dos símbolos nacionais. Assim, Ustra, em um capítulo de seu livro em que aborda como adotou o hasteamento matinal da bandeira nacional na sede do DOI-CODI como forma de motivar os seus subordinados naquela instituição, afirma que os comunistas,

Coerentes com o internacionalismo proletário que eles defendem, pretendem anular o sentimento de Pátria e de nacionalismo. Para isso, o primeiro passo é acabar com o culto à Bandeira, símbolo do nosso povo, de nossa terra, do nosso passado, das nossas aspirações (USTRA, 1987, p. 134).

Além disso, o comunismo é comumente posto como uma ideia vinda de fora e que, por isso, em nada teria a ver com o Brasil, seu povo e suas aspirações. Ao abordar as décadas de 1960 e 1970, as memórias militares enfatizam a solidariedade internacional de entidades como a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), movimento criado em 1967 em Cuba e que agregava diversos partidos e movimentos revolucionários do continente, e o treinamento de guerrilheiros no exterior, sobretudo em Cuba, como forma de difamar e criminalizar a esquerda do período. Os comunistas agiriam assim em prol de uma outra nação que não a sua e, portanto, deveriam ser considerados “maus brasileiros”, que lutavam por uma ideologia “enganadora e perversa”, sendo “treinados no exterior e a soldo de patrões alienígenas” (TORRES, 1998, p. 18).

A partir desse eixo argumentativo os autores também colocavam, ainda que de maneira implícita, a necessidade da intervenção das Forças Armadas, já que não se tratava, segundo eles, apenas de um problema interno, mas sim de clara “ingerência externa para transformar o País em uma república comunista” (USTRA, 2006, p. 59). Ademais, o discurso de ameaça externa foi conveniente ao longo da história para justificar a ampliação da repressão e também como fator de unificação e criação de frentes entre os anticomunistas já que, supostamente, não seria uma questão de simplesmente defender os interesses de alguns grupos, mas a pátria como um todo (MOTTA, 2002, p. 35).

O anticomunismo militar também se apresenta frequentemente imbricado a um outro valor caro à corporação: a defesa da hierarquia. O discurso da subversão ou inversão da hierarquia foi um componente

central da propaganda militar direitista do período pré 1964, como aponta Chirio (2012, p. 34), tratando-se não apenas de um argumento entre tantos, mas de um “elemento estruturante da visão de mundo dos militares, inscrita no longo prazo e associada a uma concepção específica da ação e do sistema político aceitáveis”.

O fim do sistema parlamentarista em 1963, manobra política utilizada para impedir que João Goulart assumisse a presidência com plenos poderes, marcou a intensificação das lutas pelas reformas de base.²⁴ Também é visível no período um ascenso na organização do operariado e campesinato, o que já vinha ocorrendo de maneira mais efetiva desde o final Estado Novo em 1945. Dessa forma, foram marcas desses anos as greves de diversas categorias, a politização no campo, a articulação de movimentos progressistas na Igreja Católica e o ascenso da influência do PCB, apesar desse ter o seu registro legal cassado desde 1947. As disputas políticas entre esquerda e direita passaram, então, a ser mais intensas, abrangendo diversos setores da sociedade, incluindo aí as Forças Armadas.

Indo ao encontro das lutas que questionavam a estrutura excludente do sistema político brasileiro e reivindicavam a ampliação de direitos e uma maior participação política por parte dos trabalhadores, muitos militares de baixa patente passaram a contestar a própria hierarquia das Forças Armadas. Os dois eventos que marcaram nacionalmente a mobilização dos subalternos foram a Revolta dos Sargentos, ocorrida em setembro de 1963, em Brasília, devido à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para cargos do poder legislativo, e a Revolta dos Marinheiros, desencadeada em março de 1964 como uma reação de marinheiros e fuzileiros navais que, reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em reunião comemorativa dos dois anos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFNB), entidade considerada

24 Conjunto de reformas em diversas frentes, tais como a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional), que tinham como objetivo ampliar a democracia no país e remover os obstáculos do processo de desenvolvimento (MENANDRO, 2010).

ilegal, rebelaram-se contra a ordem de prisão emitida pelo então Ministro da Marinha, Silva Mota, contra os organizadores do evento.

Os episódios acima evidenciavam uma tomada de consciência por parte dos praças, que passavam a se organizar de maneira mais efetiva para reivindicar melhores condições de trabalho, bem como para questionar os empecilhos impostos pela estrutura militar hierarquizada que, em nome de um pretense “apolitismo”, coibia a participação política dos subalternos. As mobilizações deixavam claro, assim, que “a participação dos militares na política não era exclusividade dos oficiais e nem estava mais sob a sua tutela” (CARLONI, 2007, p. 297).

A participação política dos praças despertou o temor de grande parte do oficialato. A anistia dada por Goulart aos revoltosos foi e ainda é utilizada pela direita militar como prova de que a agitação nos quartéis não somente não era reprimida pelo presidente como deveria, como também era por ele incitada, já que o mesmo “tudo fazia em busca da quebra da hierarquia nas Forças Armadas” (SOUZA, 2006, p. 48). Junto a isso, articula-se também o discurso da “infiltração comunista” dentro da caserna, vista como algo que questionava a obediência aos valores castrenses de disciplina e hierarquia e impunha uma concorrente que a subvertia: a fidelidade ao comunismo internacional. Segundo Ustra,

[...] existia nos quartéis um grande número de militantes comunistas infiltrados, principalmente no meio dos sargentos, que vinham sendo doutrinados havia muito tempo. A mobilização de alguns graduados, ligados ao PCB, visava desestabilizar a disciplina e a hierarquia (USTRA, 2006, p. 80)

Não por acaso, a Revolta dos Marinheiros é apontada praticamente de maneira unânime entre os militares de direita como o estopim que desencadeou a “Contrarrevolução”. O general Del Nero (2001, p. 128), corroborando com essa visão dos eventos, afirma que a rebelião foi “a gota d'água que congregou os militares e os levou à decisão de partirem para a ação”. Complementa afirmando, ainda, que João Goulart “incorrera em erro grave ao acreditar que as Forças

Armadas assistiriam passivamente à escalada da subversão e que a oficialidade seria alijada pelos sargentos e praças, que vinham sendo submetidos sem qualquer reação à doutrinação comunizante” (AUGUSTO, 2001, p. 131). Não se trata, evidentemente, de comprar de forma acrítica as justificativas do golpe fornecidas pelos seus próprios autores, algo que, conforme já abordado, seria temerário, mas sim ressaltar que a recorrência do argumento da quebra de hierarquia nas memórias militares demonstra ao menos em parte a força que esse discurso teve enquanto propaganda direitista no âmbito dos quartéis.

O anticomunismo vinculado à quebra de hierarquia, muito mais que um argumento qualquer, relaciona-se a toda uma visão da sociedade calcada em uma estrutura rígida, vertical, e na qual cada ente deveria desempenhar um papel preestabelecido. A figura do militar, com seu regimento disciplinar rigoroso, seria colocada, assim, como o modelo ideal, de índole inclusive diferenciada do resto dos civis. Por sua vez, o militar comunista deveria significar não somente um inimigo, mas o *antimilitar*, simbolizando a imagem que deveria ser execrada por toda a corporação.

Não por acaso, logo após o golpe houve uma verdadeira “caça às bruxas” dentro das próprias Forças Armadas, acarretando a muitos militares severas punições, tais quais o afastamento do serviço ativo, a expulsão da corporação e prisão. Somente pelo artigo 7 do primeiro ato institucional, que suspendia por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade de funcionários públicos civis e militares, foram atingidos mais de 1.014 oficiais e graduados (CHIRIO, 2012, p. 43). Segundo o *Brasil: Nunca Mais* (2009, p. 117), o êxito em grande medida alcançado pelo regime em sua busca por eliminar qualquer foco de oposição dentro do meio militar pode ser evidenciado no fato significativo de que dos 38 processos envolvendo militares das três Forças que foram estudados pela equipe que desenvolveu o projeto, apenas quatro foram instaurados após o ano de 1964. Como bem afirma João Quartim de Moraes (2005, p. 42-43), o fato dos militares de esquerda terem praticamente se tornado uma “espécie em via de extinção” após o golpe deve-se aos mesmos terem sofrido “um expurgo político-ideológico sem precedentes nas instituições armadas do Estado

brasileiro”. Cabe ainda destacar que, para além da repressão política propriamente dita, houve a tentativa, em grande medida bem-sucedida, de calar os “vencidos” apagando em partes da memória social sua própria existência e a sua história de luta como uma força de esquerda organizada dentro da corporação.

Assim, apesar do notório florescimento de uma esquerda militar nos momentos políticos em que a própria esquerda, de maneira ampla, encontrava-se mais articulada e as lutas sociais ganhavam um novo impulso, vê-se que a mesma sempre emergiu às margens da hierarquia militar, questionando em muitos casos a própria existência deste princípio. Tal constatação é ainda reforçada quando se nota que poucos oficiais de esquerda chegaram a ascender ao generalato, sendo mais um fato a evidenciar que suas opiniões políticas, além de não terem sido isentas de riscos pessoais, também acarretaram sérias consequências para suas carreiras profissionais (CUNHA, 2007, p. 12). O grosso da alta hierarquia castrense, ou seja, justamente aquela parte da corporação com maior poder de pautar politicamente a instituição e a formação dos graduados e oficiais, permaneceu historicamente em oposição clara à esquerda e aos movimentos sociais e trabalhistas. Tal constatação nos leva a refletir, ainda que de maneira superficial, sobre as razões das Forças Armadas terem se constituído majoritariamente como uma instituição conservadora, antipopular e de defesa do *status quo*.

Embora o campo da sociologia militar seja relativamente amplo,²⁵ não são muitos os trabalhos que se dedicam exclusivamente ao estudo da recepção e da capilaridade do anticomunismo dentro das Forças Armadas. A maior parte dos autores quando aborda o tema o faz de maneira tangencial, dado que o eixo de suas pesquisas perpassa por

25 Para um breve estado-da-arte dos modelos analíticos dedicados ao estudo da presença das Forças Armadas na política, pautando-se na apresentação dos paradigmas liberal e marxista e na expressão dessas matrizes na historiografia brasileira, ver: LEMOS, Renato. Militares e política: uma discussão de paradigmas. In: CHAGAS, Fabíola Maria da Silva; LOUREIRO, Marcello José Gomes; PAULA, Luiz Carlos Carneiro de; RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos. *A guerra e a formação dos Estados nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

outras temáticas. O historiador Roberto Martins Ferreira é um dos poucos estudiosos que teve acesso que se dedicou a estudar de maneira específica o discurso anticomunista no Exército brasileiro. A tese do autor, apresentada em seu livro intitulado *Organização e Poder* (2005), é de que o grupo então dominante no Exército na década de 1930 enxergou no anticomunismo uma forma de manter o controle organizacional interno e de, externamente, influenciar na política. Cabe destacar que para Ferreira o anticomunismo seria escolhido para cumprir esse papel não porque os comunistas seriam “inimigos por atavismo” das Forças Armadas, mas sim por ter se mostrado como uma das “várias opções disponíveis no mercado de ideias” no período, sobretudo após a “Intentona”. Citando o próprio autor:

Assim, acreditamos que a compreensão do real significado da mensagem anticomunista para a organização militar deve ser vista primeiramente como um escolha estratégica, uma dentre as várias disponíveis no mercado de ideias. Um mercado cujo leque de opções deve incluir até o apoliticismo como uma alternativa possível. Além disso, deve ser vista como um elemento que possibilita ao mesmo tempo uma prática simbólica e de poder intra-organizacional e extra-organizacional (FERREIRA, 2005, p. 88).

Ainda que Ferreira apresente em seu livro apontamentos relevantes ao abordar como alguns elementos do anticomunismo foram utilizados pela corporação como forma de exaltar seus valores e normas, assim como meio de socialização entre seus membros, discordo da visão de que o mesmo teria sido apenas uma entre tantas outras ideias ou discursos disponíveis e que fora simplesmente escolhido de forma racional para garantir o “controle organizacional”. Primeiramente, tal premissa parece não levar em conta que as Forças Armadas tem se mostrado historicamente receptivas ao anticomunismo em diversos países, sendo claro, principalmente no que toca a este trabalho, o papel

que as mesmas tiveram na repressão à esquerda latino-americana, notadamente durante as ditaduras implementadas no contexto da Guerra Fria. Assim, se fossemos ao encontro do raciocínio do autor teríamos ainda que nos perguntar o porquê do Exército ter optado pelo anticomunismo e não por outras ideias disponíveis no “mercado” não apenas no Brasil, mas em tantos outros países que, acrescente-se, não tiveram “Intentonas Comunistas”. Teria sido apenas por uma coincidência? Tal questão nos leva a segunda objeção, a de que essa concepção parece ignorar que as Forças Armadas, embora tenham interesses particulares e que devem ser levados em conta, não são uma instituição à parte, mas estão inseridas dentro de uma sociedade de classes permeada por conflitos sociais e lutas político-ideológicas e na qual cumprem um papel de aparato repressivo do Estado. Ademais, embora o autor analise o Exército dentro da especificidade de uma organização que se relaciona como um ator político na cena pública, acaba por deixar de lado particularidades próprias das instituições militares que a colocam em oposição ao comunismo, como o princípio de hierarquia, o qual já abordamos.

Motta, em seu livro *Em guarda contra o perigo vermelho* (2002), embora aborde o anticomunismo no Brasil de maneira mais ampla, não se atendo a setores sociais específicos, acabou por trazer algumas contribuições ao tema consideradas relevantes a este trabalho. Dividindo para fins analíticos o anticomunismo brasileiro do século XX em três matrizes – catolicismo, liberalismo e nacionalismo – o autor destaca o apelo que a última matriz teve para os militares, atribuindo este fato tanto às características peculiares da instituição quanto ao papel desempenhado pelas Forças Armadas no âmbito do Estado, enquanto “garantidores da ordem”. Assim:

Nos meios militares havia já uma tendência natural a respeitar o *status quo* e refutar os projetos revolucionários, fruto de seu papel constitucional de garantidores da ordem. Eles eram preparados para defender as instituições constituídas contra tentativas de ruptura revolucionária e daí era natural que encarassem o

comunismo como ameaça. Na qualidade de defensores da ordem também consideravam seu papel de preservar a integridade nacional, e, neste sentido, a proposta comunista soava ofensiva por enfatizar e estimular o antagonismo entre os grupos sociais. Outro aspecto significativo é que os militares tinham um profundo respeito pela noção de hierarquia e um forte “espírito de corpo”, o que os levava a temer as consequências de uma revolução para a estrutura das Forças Armadas (MOTTA, 2002, p. 37).

Convém ressaltar, contudo, que embora o discurso anticomunista seja um componente recorrente dentro das Forças Armadas, justificando inclusive intervenções políticas, o mesmo não se manteve com a mesma intensidade ao longo da história, tendendo a ser mais acentuado ou mais brando a depender da conjuntura histórica. Se durante a ditadura, com influência notável do clima político da Guerra Fria, o anticomunismo se manifestou de maneira exacerbada nos discursos oficiais da instituição militar e em suas doutrinas políticas, após a abertura política tal retórica tendeu a esfriar. Assim é, por exemplo, que em 1999 a ordem do dia do então comandante do Exército, general Gleuber Vieira, referente ao aniversário da “Intentona Comunista”, apresentava uma linguagem mais branda e conciliatória:

Tempo e história são essenciais para a humanidade construir a civilização. Ninguém pode prescindir do passado. Mas olhar para trás exige entender os fatos pretéritos como oportunidade de preservar a memória e evoluir as ideias – forma eficaz de se enfrentar as imprecisas, difíceis e novas conjunturas. É fundamental, pois, compreender que tudo flui, nada persiste, nem permanece o mesmo. É com essa predisposição que o Exército recorda à Intentona Comunista de 1935. [...] Não nos prendemos ao passado, voltamos para o futuro

– afinal, cada vez que entramos no rio histórico do tempo, outras são as águas que tocamos. E, assim, em que pese o fato de sermos os vencedores, não desmerecemos os vencidos. [...] Quando erguemos monumentos, só o fazemos para pensar profundamente a História, nunca para menosprezar oponentes ou para atizar discórdia. Sabemos que edificar o amanhã significa semear terras férteis, jamais despertar fantasmas. É isso que nos mantém acima das ideologias, das desavenças e dos ressentimentos (VIEIRA, 1999, apud CASTRO, 2008, p. 130).

Claro está que esse tipo de mensagem coadunava com o esforço institucional de silenciar a memória dos crimes do passado, evitando a todo custo a possibilidade de investigações e julgamentos, mas, de igual modo, o abrandamento da retórica anticomunista como justificadora das ações da repressão política é ainda assim notável. Contudo, e como bem demonstram os livros que constituem as fontes desta pesquisa, essa tendência das Forças Armadas enquanto instituição não se aplicou aos militares da reserva que vieram a público defender suas posições após a abertura, sobretudo aqueles que atuaram nos órgãos de repressão. Em seus discursos, esses militares seguem se apoiando nos símbolos mais caricatos do anticomunismo, seja para legitimar os papéis que desempenharam no aparato repressivo da ditadura, seja para denunciar uma suposta revolução ainda silenciosa que estaria em curso. Pelas armas ou pelas letras, defendem sua persistência na luta contra o eterno “inimigo vermelho”. A forma como se referem à luta armada e defendem a repressão será vista adiante.

2.2. “FIZERAM-LHES A CABEÇA E PUSERAM-LHES UMA ARMA NA MÃO”: O DISCURSO DO USO DOS JOVENS PELOS COMUNISTAS

Ao lançar seu primeiro livro, em 1987, Ustra afirmava na primeira página que o mesmo era dedicado aos jovens, partindo então para explicar suas razões para tal:

Dedico-os aos jovens, porque eles são puros de espírito e de intenções. E os vejo, muitas vezes, explorados em sua pureza. No negro período da Guerrilha Revolucionária que sofremos em nosso País, eles foram *usados, manipulados* em seus sentimentos. *Fizeram-lhes a cabeça e puseram-lhes uma arma mão*. E os jogaram numa violência inútil (USTRA, 1987, s/p, grifos meus).

Segundo a argumentação do mesmo militar, os jovens não apenas teriam sido manipulados e conduzidos à luta armada nas décadas de 1960 e 1970, como continuavam a serem as vítimas no contexto em que o livro foi lançado, já que sobre a história da guerrilha recebiam “apenas as chamadas ‘meias verdades’ que, no seu reverso, são ‘meias mentiras’” (USTRA, 1987, s/p). Apesar disso, Ustra afirmava confiar na juventude que, no final, saberia “encontrar a verdade” e não mais permitiria que burlassem novamente os seus sentimentos ao oferecer “a violência no lugar da paz; a mentira no lugar da verdade; a discórdia no lugar da solidariedade para construir o país” (USTRA, 1987, s/p).

Tal retórica seria seguida também pelos outros autores, sempre inserindo os jovens como aqueles que, no passado, foram usados por experientes líderes comunistas, entrando em uma guerra que lhes custou a própria vida e que, atualmente, sofreriam com a “campanha de difamação” ao regime. Trata-se da clássica ideia de continuidade da guerra por outros meios, tão comum nesses relatos militares.

A insistência desses militares em se referir aos jovens pode ser explicada pelos mesmos motivos que levaram o regime a se preocupar tanto com esse segmento, qual seja, a constatação da força social que os

estudantes passaram a representar no início da década de 1960, bem como a posterior inserção das organizações de luta armada nesses meios.

Antes mesmo do golpe, as campanhas anticomunistas já vinham fazendo constantes denúncias de “infiltração” no movimento estudantil. Nesse sentido, dizia-se que “os ‘vermelhos’ estariam encastelados nas entidades estudantis, de onde comandavam a participação juvenil nas agitações políticas” (MOTTA, 2002, p. 255). Ademais, também faziam-se acusações de que o Ministério da Educação desviava verbas para patrocinar atividades “subversivas” levadas a cabo pelo movimento estudantil (MOTTA, 2002, p. 256). Não por acaso, após a derrubada de Goulart a repressão voltou-se de maneira direta contra as entidades estudantis, sendo simbólico o fato da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), localizada na cidade do Rio de Janeiro, ter sido invadida e incendiada por tropas militares logo no dia 1º de abril.

Após o golpe, o ápice da mobilização estudantil de massas se daria no ano de 1968, sob o influxo da conjuntura internacional, passando posteriormente por um período de decréscimo resultante da repressão policial, da desarticulação das entidades e da prisão e perseguição de algumas lideranças. Ao mesmo tempo, a luta armada passava a se consolidar como a opção política preferencial de parte significativa da esquerda organizada enquanto a clandestinidade se impunha aos seus membros.

Conforme aponta o *Brasil: Nunca Mais*, a maior parte das organizações que se lançaram ao enfrentamento armado com o regime tinha seus militantes oriundos sobretudo dos meios universitários (ARQUIDIOCESE, 2009, p. 133). Fazendo um mapeamento dos dados contidos no referido projeto, Marcelo Ridenti (1993, p. 114-119) destaca que dos 1897 denunciados por vinculação com a guerrilha urbana, cuja ocupação era conhecida, 583 eram estudantes, ou seja, 30,7%. Ademais, dos militantes cuja idade era informada nos autos, 73,5% tinham entre 19 e 30 anos.²⁶ Como conclui o autor, a destacada militância de jovens

26 É importante ressaltar que os dados apresentados pelo autor não se baseiam na totalidade daqueles que pegaram em armas contra o regime, mas sim em estatística baseada no conjunto dos militantes que foram julgados e cujo processo chegou ao STM.

nos partidos e organizações de esquerda após 1964 deve ser entendida em direta relação com o ascenso da participação estudantil nos movimentos sociais do período, consequente do clima político e cultural dos anos 1960 (RIDENTI, 1993, p. 119).

A inserção da esquerda entre os jovens e estudantes era, assim, notável. A forma como as memórias militares se referem a esse fenômeno segue a linha já adotada à época pelo regime: não sendo possível negar a capilaridade das organizações armadas entre a juventude, tratava-se de atribuir o fato à obra de lideranças que manipulariam os jovens com ilusões, conduzindo os mesmos ao caminho da violência. Esse tipo de abordagem também servia para despolitizar a atuação política desses indivíduos, já que inseria a mesma como o resultado da ação de “comunistas experientes” que iludiam os jovens com mentiras e não do engajamento sincero aos ideais defendidos pelas organizações de esquerda por parte dos militantes. Assim, segundo o general Del Nero Augusto, entre os maiores crimes da esquerda estaria a “cooptação” dos jovens:

Ao enveredarem por esse tipo de guerra, fanatizados pela ideologia, nossos revolucionários agitaram, assaltaram, sequestraram, justiçaaram e assassinaram, fria e premeditadamente. Em sua ação mais ignóbil – ou, como disse o Ministro do Interior da França, Raymond Marcellin, *no tráfico mais indecoroso e maquiavélico*, cooptaram jovens inocentes e idealistas, iludindo-os com a lenda dourada do comunismo e com sua Grande Mentira (AUGUSTO, 2001, p. 453, grifo do autor).

O mesmo autor afirmava, contudo, que com o avanço dos órgãos de segurança sobre os militantes, muitos jovens passaram a perceber que haviam sido iludidos com as promessas do comunismo, crescendo o número de “desbundamentos” (2001, p. 412). É interessante notar o uso por esse militar de um termo originalmente utilizado pela esquerda da época para se referir àqueles que abandonavam a militância

armada, buscando com isso atacar a esquerda como ideologicamente frágil e muitos de seus militantes como meros jovens rebeldes que, enfim, teriam percebido que foram enganados devido a sua inocência e idealismo. Segundo o autor:

Seja buscando atenuar as suas penas, seja por arrependimento sincero, diversos terroristas começavam a repudiar a militância até mesmo pela televisão. Essa renúncia era um triste espetáculo. A declaração pública do engodo a que todos tinham sido levados representava, de qualquer modo, o término de um sonho. Era patético. Um momento de muito sofrimento, após um processo prolongado de reflexão, até porque trazia consigo o risco de um *justicamento*. Todavia, nos primeiros anos da década de 1970, esses casos ultrapassaram a casa de meia centena. Apesar de tudo, era de pena o sentimento da maioria em relação aos jovens que, por idealismo ou por inocência, haviam sido iludidos pela *lenda dourada do comunismo* e pelos seus mentores (AUGUSTO, 2001, p. 412, grifos do autor).

Alessandra Gasparotto (2009), ao abordar esses processos de retração pública protagonizados por militantes de esquerda na década de 1970, referenciados acima por Del Nero Augusto, demonstra como os mesmos foram empregados pelo regime como parte da estratégia de repressão e propaganda. Assim, a exibição pública dos “arrepentidos” buscava, ao mesmo tempo, desmoralizar as organizações de esquerda, dissuadir a entrada de novos integrantes na luta armada e responder as críticas e pressões que o Governo vinha sofrendo no exterior por frentes diversas por conta da violação aos direitos humanos. Como afirma a autora, tais eventos demonstraram na época eficiência como um método de “enfrentamento com os grupos armados utilizando como ‘arma’ seus próprios militantes e uma estratégia de comunicação capaz de mobilizar e sensibilizar a opinião pública, aumentando os índices de audiência”

(GASPAROTTO, 2009, p. 15). Em uma outra frente, buscava-se também passar a ideia de que o regime estava aberto ao diálogo e interessado na “recuperação” dos jovens que se entregavam. Dessa forma, deixava-se margem para justificar que àqueles que não optassem pelo caminho da “reconciliação” só restaria o uso da repressão.

Essas retratações públicas eram apresentadas de diversas formas, como entrevistas coletivas, divulgação de manifestos e programas de televisão que muitas vezes se constituíam em um verdadeiro espetáculo midiático. Gasparotto (2009, p. 28) afirma não ter sido possível em sua pesquisa esclarecer definitivamente quais os órgãos governamentais que estiveram por trás da organização desses eventos, contudo, indica algumas instituições em que funcionários foram citados pelos protagonistas desses episódios em depoimentos e entrevistas concedidas *a posteriori*, tais quais a Operação Bandeirante (Oban),²⁷ o CIE, o CENIMAR, o DOPS, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP).²⁸ A autora ainda acrescenta que em uma matéria publicada pela *IstoÉ* em 1979, o general Alberto Canavarro, então comandante do II Exército (São Paulo), também é citado como um dos articulistas.

A presença do II Exército na organização de eventos públicos envolvendo presos políticos ou seus familiares é mencionada por Ustra em seus dois livros ao narrar um episódio do qual participou enquanto chefe do DOI-CODI de São Paulo. Como conta o militar, logo que

27 Órgão criado em São Paulo em 1969 e dedicado exclusivamente ao combate às organizações de esquerda. Embora tenha sido comandada pelo Exército, reuniu elementos provenientes também da Marinha e Aeronáutica, para além do DOPS, SNI, Departamento de Polícia Federal e da Secretaria de Segurança Pública. Em 1970 a Oban tornou-se sistema DOI-CODI, sendo que seu modelo pioneiro passou então a ser aplicado em diversos outros lugares do país. Para mais informações sobre a Oban, bem como o DOI-CODI, ver: JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

28 Serviço de relações públicas e propaganda política criado durante o governo de Costa e Silva em 1968.

assumiu o cargo havia na carceragem do órgão um grupo de jovens da VAR-Palmares²⁹ recém-presos, estando entre eles Bete Mendes, então com 21 anos, a qual anos depois o denunciaria publicamente como seu torturador, conforme já abordado no primeiro capítulo. Ustra (1987, p. 272-273; 2006, p. 420) afirma que mesmo sabendo que os jovens estavam implicados com a “subversão”, “sentia que eles ali estavam porque foram aliciados, principalmente onde estudavam” e que, em vez de serem encaminhados para o Presídio Tiradentes onde entrariam em contato com “terroristas de alta periculosidade”, seria muito melhor que passassem por um processo de “recuperação”. Segundo consta nos livros de Ustra, o grupo foi então mantido incomunicável por algumas semanas e, no dia 16 de outubro de 1970, reencontraram novamente seus pais em uma cerimônia simples realizada no DOI. Três dias após o episódio, os pais dos jovens também compareceram, a convite do II Exército, em um programa especial transmitido pela TV Tupi que tinha como objetivo “esclarecer as famílias a respeito dos métodos usados pela subversão para recrutar os jovens” (USTRÁ, 2006, p. 422).

Ainda que se coloque a questão delicada do que teria levado esses presos políticos ou seus familiares irem a público repudiar sua atuação e organização política – enfatizando a denúncia por parte de alguns presos de que sofreram ameaças, sevícias ou promessas de redução de pena enquanto estavam encarcerados – está claro o aspecto espetacular desses eventos e a intenção do regime, notadamente de seus órgão de repressão, em construir narrativas sobre a atuação da esquerda, buscando com isso pautar a opinião pública.

De acordo com o argumento utilizado nas memórias militares, os jovens seriam um “alvo” fácil para a doutrinação comunista devido a características próprias à idade – espírito de contestação, inconformismo frente aos problemas sociais e rebeldia. Segundo Ustra, o método de

29 Sigla para Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, a VAR-Palmares foi uma organização guerrilheira que se formou por meio da fusão em 1969 do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sua ação de maior destaque foi o roubo no dia 18 de julho de 1969 do cofre ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, na casa de sua secretária e amante, Anna Gimel Benchimol Capriglione.

recrutamento dos comunistas consistia, então, na inserção de “ideias subversivas” logo que os jovens sentiam os problemas sociais do ambiente em que viviam (USTRA, 2006, p. 174), manipulando assim “criminosamente o idealismo da juventude” (USTRA, 2006, p. 176). Nesse sentido, chamava-se a atenção de pais de adolescentes para que orientassem melhor os seus filhos de maneira que suas aspirações não fossem canalizadas à esquerda por “propagandistas e aliciadores” (AUGUSTO, 2001, p. 159).

Imagens vinculadas à moralidade cristã, tão presentes historicamente no discurso anticomunista, não deixaram de ser utilizadas pelos relatos militares como forma de denunciar o perigo que esses “aliciadores” representavam para a juventude da época e para a estrutura familiar como um todo. Segundo essa narrativa, para que os jovens fossem direcionados para a luta armada seria necessário destruir todo o sistema de moralidade tradicional, bem como os vínculos com a família, pátria e religião, substituindo-os por novas convicções que os corromperiam totalmente, transformando os mesmos, assim, em “fanáticos comunistas” prontos para enfrentamento com os órgãos de segurança em nome de sua ideologia. Segundo Ustra:

A lavagem cerebral e o comprometimento com as organizações subversivas os tornavam reféns do terror e verdadeiros autômatos. Família, pátria, religião passavam a ser 'alienações da burguesia'. Em suas mentes só havia espaço para as convicções que lhes impregnaram e que, em muitos casos, levaram-nos à morte em enfrentamentos com os órgãos de segurança (USTRA, 2006, p. 176).

Essa argumentação de que o comunismo representaria um ataque às famílias brasileiras, bem como também à pátria e à religião, não é novidade no discurso anticomunista, bastando lembrar das Marchas da Família com Deus pela Liberdade realizadas em 1964 em diversas cidades antes e depois do golpe. De acordo com Maria José Rezende (2001, p. 39), a instituição familiar tradicional foi também

frequentemente utilizada durante o período da ditadura por representar uma série de princípios morais pelos quais o regime buscava a sua legitimidade frente a população, assim, “a exaltação dos valores de integração, harmonia, ordem e disciplina tinha, na família, segundo o regime, seu interlocutor fundamental”.

Nas memórias militares em questão, tal apelo parece ter o sentido de mostrar que os autores supostamente estariam preocupados em dialogar com os familiares dos jovens mortos e desaparecidos – alguns, por eles mesmos –, ao passo que alertavam as famílias das novas gerações para os perigos do comunismo. Para isso, faziam questão de enfatizar o lugar dos jovens militantes que perderam suas vidas como *vítimas*. No entanto, seus algozes não teriam sido os aparatos repressivos do Estado, mas sim os líderes comunistas que os teriam lançado impiedosamente à luta armada. É nesse sentido que o coronel Aluísio de Madrugada de Moura e Souza chega a afirmar em seu livro que as lideranças do PCdoB, ao não terem o discernimento para interpretar os sinais dados pelas Forças Armadas de que estavam chegando na região onde a Guerrilha do Araguaia se encontrava, acabaram por sacrificar jovens inexperientes. Na sequência, segue afirmando a necessidade da responsabilização não do Estado e de suas Forças Armadas pelas mortes ocorridas nessa experiência de guerrilha rural, mas sim da direção do PCdoB:

Idealistas e sem qualquer experiência de selva, jovens brasileiros foram lançados em uma aventura suicida pela direção do PC do B. Então, nada mais justo que a direção do PC do B ser responsabilizada pelos familiares dos jovens mortos, induzidos que foram a participar de uma louca empreitada e não a União Federal, por intermédio de suas Forças Armadas (SOUZA, 2006, p. 138).

Assim, a argumentação desses militares para deslegitimar a esquerda das décadas de 1960 e 1970 apresentava uma perspectiva maniqueísta pela qual estariam, de um lado, as lideranças dos partidos e

organizações, todos “comunistas experientes”, e, de outro, os jovens iludidos e manipulados pela “lenda dourada do comunismo” ou, então, pela ideia de que as organizações armadas lutavam pelo retorno à democracia, apontada nesses livros como uma “grande mentira”.

2.3. “NUNCA FORAM DEMOCRATAS”: A CULPABILIZAÇÃO DAS ESQUERDAS PELA ESCALADA DA VIOLÊNCIA

Um dos argumentos que também é repetido à exaustão nos relatos militares é o que prega que, diferente do que queria se fazer crer, as esquerdas nunca teriam sido democráticas. Ao contrário disso, afirmam que quem teria salvo a democracia supostamente ameaçada por grupos que articulavam uma revolução comunista em 1964 e, depois, feito a “limpeza” necessária para restaurar a ordem institucional, adiada tantas vezes devido às ações armadas da esquerda em sua nova investida, teriam sido os militares que agiram atendendo o “chamado geral da Nação”. Para entender por onde perpassa o tipo de argumentação que justifica rupturas constitucionais e a implementação de ditaduras como forma de salvar e reconstruir a democracia, é necessário primeiramente compreender a lógica peculiar que a palavra ganhou naquele contexto pelos golpistas, bem como entender o tipo de “democracia” defendida por esses autores.

Convém destacar que na década de 1960 o tema da democracia inserira-se dentro do contexto da Guerra Fria. Nesse confronto, os Estados Unidos assumiam para si o papel de pretensos defensores dos “valores democráticos” e investiam-se da função de guardiões do “mundo livre ocidental” – fórmula essa que justificou seu apoio a golpes militares na América Latina, tirando governos eleitos tidos como indesejáveis e substituindo-os por seus aliados políticos. Prevalencia assim a utilização de uma retórica dualística que colocava a democracia e o comunismo em lados diametralmente opostos. Acrescenta-se ainda que em um mundo recém-saído da Segunda Guerra Mundial, cuja vitória dos aliados sob campo nazi fascista foi canalizada pelos Estados Unidos para reforçar sua teórica vocação democrática, afirmar claramente que o golpe em 1964 rompia com a legalidade e

implementava uma ditadura não servia bem à necessidade de legitimação do regime, diferentemente, por exemplo, da situação apresentada em 1937 pelo golpe que instaurou o Estado Novo, em uma conjuntura internacional marcada pelo descrédito com o liberalismo político e econômico decorrente da crise de 1929.

A tentativa de atribuir legitimidade à derrubada do presidente Goulart também se manifestou no nome pelo qual os golpistas batizaram o episódio. Assim, tratava-se, segundo eles, não de um golpe, mas de uma “revolução”. Palavra tão significativa para a esquerda, a ideia de uma “revolução brasileira” parecia eminente e possível após a experiência bem-sucedida dos guerrilheiros de *Sierra Maestra* em Cuba, em 1959. No clima político e social da época, o termo passou a se fazer cada vez mais presente na cultura, no movimento estudantil e nas demais lutas sociais, começando a apresentar um enraizamento mais forte no seio da sociedade. Como pontua Roberto Schwarz (1999, p. 174), em um ensaio publicado na *Folha de São Paulo* em 1994, no início dos anos 1960 às palavras “democracia” e “socialismo” haviam se associado um sopro de renovação e justiça social cuja dimensão seria até mesmo difícil de explicar às gerações que não viveram aqueles momentos. O golpe em 1964 obstou esse avanço, apropriando-se ainda do termo “revolução” com vistas a se outorgar legitimidade (RIDENTI, 2004, p. 63). Tratava-se, contudo, de uma “revolução às avessas” (RIDENTI, 1993, p. 21) que realizou uma “modernização conservadora” e agravou a níveis catastróficos a desigualdade na distribuição de renda.

Outras fórmulas, como “contrarrevolução”, também foram amplamente utilizadas pelo discurso conservador. Conforme esse argumento, o que estava em curso em 1964 era uma revolução comunista incentivada por um presidente que, embora não fosse de esquerda, tinha intenções de se perpetuar no poder e que fora obstada devido à ação enérgica das Forças Armadas. Em seus livros, os militares desta pesquisa se valem dos dois termos – “revolução” e “contrarrevolução” – sendo mais recorrente, no entanto, o uso do segundo. Dessa forma, Ustra (2006, p. 102) afirmava que era “desconhecimento, memória fraca ou conveniência classificar de golpe o que na realidade foi apenas a interrupção de um processo

revolucionário de tomada de poder pelos comunistas”, concluindo que o que ocorreu realmente em 1964 foi uma “Contrarrevolução” (USTRÁ, 2006, p. 105).

Cabe pontuar que a defesa da natureza preventiva do golpe frente a articulação das esquerdas não foi uma explicação defendida apenas por setores direitistas, sendo também encontrada nas análises do historiador marxista Jacob Gorender, ex integrante do PCB e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).³⁰ Sendo assim, segundo o autor, “nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo” (GORENDER, 1987, p. 67). O que Gorender – que inclusive é citado por Ustra (2006, p. 102) de maneira descontextualizada para corroborar com seu posicionamento – destaca é o sentido reacionário da articulação direitista, desencadeada para frear a crescente mobilização popular que, de acordo com o mesmo autor, marcou o auge da luta de classes no Brasil, colocando em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa (GORENDER, 1987, p. 66). Assim, considerando ou não o contexto favorável a uma possível vitória das esquerdas dentro da política brasileira, o fato é que o golpe foi consolidado e quem rompeu inclusive com a limitada democracia representativa não foi a esquerda, mas sim os militares e seus aliados civis. Assim, para os golpistas:

[...] “democracia” não passava de um rótulo vazio de conteúdo, ou melhor, era apenas um designativo para demarcar o campo anticomunista. No discurso e na concepção dos setores conservadores a palavra tinha um sentido genérico, significando simplesmente o contrário de comunismo (MOTTA, 2002, p. 248).

30 Partido político formado em 1968 por Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, todos egressos do PCB. Diferentemente de seu partido de origem, o PCBR participou da resistência armada à ditadura, tendo sido desarticulado entre 1970 e 1972 devido à prisão de seus principais dirigentes e militantes.

Nesse sentido, Rezende (2001, p. 66-67) aponta como o IPES e o IBAD, institutos que agregaram empresários e militares e que foram peças centrais na articulação que derrubou Jango, buscaram em sua atuação pré golpe sedimentar a ideia de uma “democracia responsável” que, por seu turno, não aceitaria reivindicações apontadas como “subversivas”, tais quais as reformas de base, bem como organizações sindicais e trabalhistas de esquerda que, para eles, serviriam para desacreditar a iniciativa privada, sempre posta nesse tipo de argumentação como um dos pilares da democracia.

Assim é que essa pretensa defesa da democracia buscaria não apenas justificar a necessidade de uma ruptura constitucional em 1964, como também todas as medidas repressivas que decorreram a partir daí: demissões, cassações de mandatos, prisões, banimentos, etc. Dessa forma,

Nessas condições, esta suposta democracia não excluía a repressão, uma vez que elas se colocavam, para a ditadura, em dimensões diferentes. Aqueles que não aderiam ao regime militar eram considerados fora dos parâmetros democráticos, portanto, expostos a todos os males que isto acarretava. A repressão e a violência contra o movimento operário, a desestruturação dos sindicatos, a limitação da lei de greve, etc., eram garantidos pelos atos institucionais; os quais eram apresentados como uma exigência da democracia que a ditadura estaria criando (REZENDE, 2001, p. 83).

Já no primeiro ato institucional, decretado no dia 9 de abril de 1964 pela junta militar que assumiu interinamente o poder,³¹ previa-se cassações de mandatos, investigações sumárias de servidores públicos

31 Após a deposição de João Goulart foi formada uma junta militar composta por Arthur Costa e Silva (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Correia de Mello (Aeronáutica), a qual assumiu o poder até a posse de Castelo Branco à presidência da República.

que passavam a ter o seu direito de estabilidade suspenso e inquéritos de apuração de responsabilidade com a justificativa de que tais medidas eram necessárias para a volta à normalidade democrática e para “drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” (BRASIL, 1964, p. 1). Dessa forma, a mensagem que o regime que se iniciava passava era clara: enquanto houvesse “comunistas” – termo que, na prática, incluía um amplo espectro de opositores da ditadura e de seu projeto político-econômico – não haveria retorno democrático.

Autoproclamados como tutores do que eles mesmos definiam como democracia, os militares afirmavam então a necessidade de se fazer um “saneamento” no país antes de entregá-lo novamente aos civis. Ao encontro dessa visão, o general Del Nero Augusto afirmava que embora muitos dos dirigentes mais comprometidos com o processo de “tomada de poder”, que supostamente estaria em curso e que fora obstado pelas Forças Armadas, tivessem saído do país após abril de 1964, a ideologia marxista-leninista ainda estava “impregnada” em parte da população devido a um longo trabalho de “agitação, de propaganda, de infiltração e de organização” e que, por isso, o maior desafio do comando da “contra-revolução” seria “conciliar a manutenção das garantias democráticas, direito de todos os cidadãos, com as medidas de prevenção contra os abusos, de modo a resguardar a democracia brasileira de novas ameaças” (AUGUSTO, 2001, p. 142).

Esse tipo de argumentação apresentada acima, qual seja, a necessidade de “medidas de prevenção contra abusos”, seria fartamente utilizada durante todo o período ditatorial como forma de justificar a ampliação da repressão, a retirada de direitos individuais e também o constante adiamento do retorno democrático que, por sua vez, seria apresentado nas memórias militares como o objetivo final de todos os generais presidentes, constantemente obstado, no entanto, pela ação da esquerda. Assim,

Os governos do período da Contra-Revolução não pretendiam, mas foram obrigados a permanecer no Poder, por tempo superior a àquele que

desejavam, consequência da violência revolucionária empregada pela esquerda brasileira pós 1964 (SOUZA, 2006, p. 119).

Dessa forma, a presença por 21 anos dos militares no Governo, bem como todas as medidas de fechamento do Estado, não tiveram outro responsável que não a esquerda armada que, com suas ações, teria impedido todas as tentativas de abertura política do regime, pois:

Foi necessária uma repressão forte e organizada para acabar com a subversão e o terrorismo implantados no País. Muito se deve a esses atos terroristas o adiamento da normalidade institucional, das eleições diretas para presidente e governadores. Urgia pacificar o País para entregá-lo a novos governantes não comprometidos com a subversão (USTRA, 2006, p. 236).

Trata-se de uma operação de deslocamento de responsabilidades, na qual medidas que posteriormente acabaram por pesar negativamente na memória do regime passam a ser atribuídas a própria esquerda. As mais de duas décadas de eleições indiretas, a censura, os atos institucionais e as diversas modalidades de repressão, passando por crimes nunca reconhecidos pelas Forças Armadas como prática institucional de Estado, como a tortura, os desaparecimentos e assassinatos, teriam sido consequência direta da ação da esquerda, sobretudo a armada. Assim, nessa lógica, se a sociedade sentia que havia sido lesada em suas liberdades por algumas políticas implementadas pelo regime, deveria cobrar isso não da instituição militar, mas sim dos grupos que teriam tornado essas medidas necessárias.

Em seus livros, os militares ainda denunciam que, com vistas a tentar angariar apoio da população, a partir do período de abertura política a esquerda começou a difundir a ideia de que lutou pela democracia e contra ditadura, escondendo então seu verdadeiro objetivo de implementar no Brasil um regime comunista. Tratava-se, conforme apontam, de uma das formas de “guerra psicológica”, cuja criação de

uma memória crítica aos militares e supostamente favorável aos militantes de esquerda seria agora uma das principais frentes.

Conceito que já havia sido fartamente utilizado durante o período da Guerra Fria, a “guerra psicológica” seria um dos mecanismos da “guerra revolucionária” que, de acordo com a teoria militar que propunha sintetizá-la, configuraria um tipo de conflito não convencional, cujo inimigo a ser combatido era o agente comunista infiltrado. Sobre essa concepção, explica Alves:

[...] a guerra revolucionária assume formas psicológicas e indiretas, de maneira a evitar o confronto armado, tentando conquistar “as mentes do povo” e lentamente disseminar as sementes da rebelião até encontrar-se em posição de incitar a população contra as autoridades constituídas (ALVES, 2005, p. 45).

Nos livros, os autores frequentemente atribuem aos brasileiros a imagem de um povo alegre, ordeiro, cristão e democrático e que, portanto, “não suportaria viver sob um regime totalitário” (AUGUSTO, 2001, p. 463). Del Nero Augusto (2001, p. 455) argumenta então que como a população brasileira por suas próprias características rejeitava o comunismo, teria sido necessário à guerra psicológica da esquerda lançar mão da técnica do “falso ideal”, levado a cabo mediante a adoção do *slogan* de defesa dos princípios democráticos e da difusão da ideia de que as ações armadas haviam sido o único caminho deixado pelo regime ditatorial para a concretização do retorno à democracia.

Toda essa orquestração, segundo esses militares, ganharia impulso devido a nova estratégia de tomada de poder adotada pela esquerda que, influenciada pela entrada das obras do marxista italiano Antônio Gramsci no Brasil no início dos anos 1980, teria passado a preconizar a infiltração nos meios culturais e midiáticos (AUGUSTO, 2001, p. 462). Assim, como denunciava o coronel Souza:

Os nossos ex-terroristas, com apoio de parte da mídia infiltrada, têm por todos os meios procurado

difundir que, no período compreendido entre 1966 e 1974, lutavam contra a “ditadura militar” o que é um grande engodo. A luta armada e a violência revolucionária que empregava tinha como escopo, isto sim, derrubar o governo constituído e implantar uma ditadura de esquerda do país (SOUZA, 2006, p. 34).

Citando sem indicação de data um estatuto provisório que alguns membros do agrupamento armado nomeado MR-8 teriam feito no Chile, Del Nero Augusto (2001, p. 433) faz questão de destacar a parte que aborda ser objetivo da organização a “construção da sociedade socialista como transição para a abolição da sociedade de classes” para, a partir daí, concluir que “a colocação, explícita, mostra claramente que o MR-8, como de resto as demais organizações de corte comunista atuantes no País, nunca defenderam democracia nenhuma”.

O corolário dessa “grande mentira” seria, segundo os militares, a difusão da crença de que a adoção da luta armada por parte das esquerdas ocorreu por consequência de uma das medidas mais impopulares e até hoje mais lembradas como o ápice do fechamento político durante a ditadura, o Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968.³²

32 O AI-5, conhecido por ser o ato institucional mais duro do regime e o primeiro sem data prevista de término, suspendia o direito de *habeas corpus* e autorizava o presidente a decretar recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares e suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão. Foi decretado logo após a recusa da Câmara dos Deputados em cassar os mandatos dos deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves que em setembro de 1968 haviam feito várias críticas públicas aos militares. No entanto, conforme aponta Carlos Fico (2001, p. 57-66), o AI-5 correspondeu o atendimento das pressões de um setor mais radicalizado das Forças Armadas, comumente chamado de “linha dura”, tal qual a decisão do presidente Costa e Silva em completar a “operação limpeza”, interrompida no governo de Castelo Branco.

Os militantes intelectuais tinham uma missão a cumprir: plantar a ideia de que o desencadeamento da luta armada seria uma resposta do AI-5; vender a ideia de que alguns setores da oposição empunhariam armas 'por não haver outra maneira de combater o Leviatã' e orquestrá-la permanentemente até que ela ganhasse foros de verdade, isto é, negar todas as formas o estado de guerra antes do AI-5 (AUGUSTO, 2001, p. 289).

Aqui é importante pontuar que há uma intersecção entre os argumentos dos militares e de parte de uma historiografia que se pretende desmistificadora da atuação das esquerdas armadas, ainda que devamos salientar que as mesmas partem de objetivos diferentes. Embora a crítica à historiografia seja algo que escape a proposta deste trabalho, convém destacar alguns pontos-chave dessa discussão para, inclusive, entender sob que lógica está fundamentada essa crítica de que a esquerda pré-1964 e a guerrilha não eram democráticas, a qual permeia tanto as memórias militares, como visto, como as pesquisas de alguns estudiosos sobre o tema.

Assim, uma parte da historiografia tem questionado a relação da esquerda com a democracia, bem como a luta armada como parte da resistência à ditadura, pautando-se tanto na radicalidade de suas propostas e atuação pré golpe, como no fato de que a opção pelas armas já fazia parte de um projeto maior que animava as esquerdas anterior ao AI-5 e ao próprio golpe e que tinha como objetivo não a restauração da democracia, mas sim a revolução.

Dentro desse campo, talvez um dos autores que mais radicalize a tese de que as esquerdas pré-1964 não tinham apego à democracia seja o historiador Jorge Ferreira, que inclusive procede uma equiparação dessas com a direita em termos de “antidemocratismo”. Assim, ao abordar o contexto do governo Goulart, afirma que a questão central que rivalizava os dois polos políticos era a “tomada de poder e imposição de projetos”. Dessa forma, como prossegue o autor, a democracia não estaria nem na agenda da direita e nem da esquerda: “a primeira sempre

esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses econômicos. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia”, já que era provável, segundo o autor, que as reformas não fossem aprovadas por um Congresso Nacional fortemente conservador (FERREIRA, 2008, p. 400).

Por sua vez, Daniel Aarão Reis afirma que de uma posição legalista em 1961, as esquerdas passaram para a ofensiva política, desafiando abertamente a legalidade existente no contexto de luta pelas reformas. Por outro lado, o autor coloca a direita da época em uma posição de “defesa da legalidade e da ordem democrática”, embora ressalte que, apesar disso, muitas de suas forças organizadas manifestavam “um superior desprezo pelos valores democráticos e conspirassem cada vez mais abertamente no sentido do golpe” (REIS FILHO, 2004, p. 39). No que diz respeito à luta armada, o que toca mais precisamente ao tema desse capítulo, o autor nega que a mesma tenha tido um caráter de resistência democrática à ditadura, afirmando que essa caracterização, tão presente na memória do período, fez parte de uma operação de “deslocamento de sentido”. Trata-se, segundo o autor, de um procedimento realizado no contexto de abertura política, quando a guerrilha já estava derrotada e muitos de ex-membros “descobriam os valores, e a importância, da democracia” e da participação nas lutas institucionais (REIS FILHO, 2004, p. 45; 48), ao passo que a sociedade buscava construir em torno de si uma imagem de “resistente”. De acordo com Reis Filho, tal deslocamento, que apagou o sentido revolucionário daquela luta, seria consolidado no contexto da campanha pela anistia:

Um primeiro deslocamento de sentido, promovido pelos partidários da Anistia, apresentou as esquerdas como parte integrante da resistência democrática, uma espécie de braço armado dessa resistência. Apagou-se, assim, a perspectiva ofensiva, revolucionária, que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia,

francamente desprezada em seus textos (REIS FILHO, 2000, p. 70).

Por fim, Denise Rollemberg, que vai ao encontro do que diz Aarão Reis sobre a luta armada, afirma que as esquerdas construíram a imagem de que, diante do arbítrio, a sociedade teria resistido e que o fim do regime foi fruto da luta de movimentos sociais desejosos em restaurar a democracia. No entanto, segundo a autora, as tradições e a cultura política da sociedade brasileira não estavam ancoradas em valores e referências democráticas, o que reverberava tanto na direita, quanto na esquerda. Assim, Rollemberg diz que em 1964 a ameaça golpista pairava no ar e vinha de diferentes partes, incluindo aí desde a articulação civil-militar quanto as tentativas de organização da luta armada. Por último, afirma então que “as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como de resto a sociedade, inseridas nestas referências e tradições, não tinham a democracia como um valor supremo. A democracia era *burguesa*, liberal, parte de um sistema que se queria derrubar” (ROLLEMBERG, 2003, p. 47-48, grifo da autora).

Em que pese o objetivo de “desmistificar” a atuação da esquerda armada de uma determinada construção memorialística que apaga o sentido revolucionário implícito à opção guerrilheira (presente em Rollemberg e Aarão Reis), a conclusão de que, por isso, as esquerdas não eram “democráticas” ou, mais ainda, estavam equidistantes deste princípio em relação a direita (presente nos três historiadores citados, sobretudo quando se referem ao pré golpe), acaba por se encontrar com o argumento daqueles setores que querem isentar seu apoio à ditadura ou, então, justificá-la, como o caso dos militares deste trabalho cuja estratégia central de legitimação do golpe e da repressão, bem como de deslegitimação da esquerda, perpassa justamente pela questão da democracia.

O eixo de convergência entre os argumentos dos militares e dos acadêmicos citados está justamente no fato de que ambos colocam a democracia liberal como o centro e, a partir da crítica das esquerdas em relação aos seus limites, concluem que as mesmas não eram, portanto,

democráticas. Como afirma Caio Navarro de Toledo (2006, p. 45), “a direita golpista não pode senão aplaudir esta ‘revisão’ historiográfica”.

Desferido o golpe em 1964, as medidas repressivas iniciais do regime que se seguiu atingiram diretamente os movimentos sociais e sindicais que, por meio de sua atuação, questionavam o caráter limitado da liberal democracia e o fato da mesma ser pouco permeável à vontade da maioria e pouco aberta à ampliação da participação política das classes sociais que sempre estiveram alijadas dos processos de decisão. As esquerdas lutavam à época para tensionar um sistema político claramente excludente e hegemônico pela burguesia. A própria campanha pelas reformas de base iam nesse sentido, bastando lembrar que uma de suas tantas bandeiras era a extensão do direito ao voto aos analfabetos que, no Brasil da década de 1960, representavam nada menos que 39,7% da população do país (IBGE, 2000).

Frente ao ganho de terreno por parte da esquerda no início da década de 1960, o discurso dos militares e dos demais atores que compuseram o campo do golpismo era que tal fato constituía uma ameaça à democracia. Na argumentação desses, a democracia não estaria funcionando corretamente devido à ação de “grupos radicais” e de um presidente complacente com eles.³³ Dessa forma, seria necessário fazer uma “limpeza” para reestabelecê-la, o que, por sua vez, durou mais de duas décadas e justificou todas as ações repressivas do regime, agravadas justamente nos momentos em que havia um maior tensionamento por parte da esquerda e da oposição política. Dessa forma, entre outros fatores e motivações que unificaram os golpistas, estava o seu anticomunismo visceral e o caráter antipopular e anti reformista de suas convicções, contrárias a uma democracia com participação popular mais ampla e ativa (TOLEDO, 2004, p. 43). Esses atores preferiram, portanto, romper inclusive com a legalidade

33 O primeiro ato institucional é ilustrativo nesse sentido. Para justificar a necessidade do golpe, tratado como uma “revolução”, alegava-se em seu texto introdutório que “os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País” (BRASIL, 1964, p. 1).

institucional da liberal democracia do que correr o risco de perder alguns de seus privilégios.

Processo presente ao longo de todo século XX, a retirada de governos inclusive moderados, mas que contavam com bases populares e questionavam interesses dominantes, fez com que parte da esquerda tirasse suas lições históricas de que a liberal democracia não era garantia para ampliação de seus direitos. A própria adoção do foco revolucionário como forma de “libertação da América Latina” adotado e conceituado por Ernesto “Che” Guevara, que tanto influenciou várias das organizações armadas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970, partia da experiência de “Che” na Guatemala, onde o governo eleito de Jacobo Arbenz sofreu um golpe em 1954 por propor reformas moderadas, mas que atingiam os interesses da multinacional United Fruit Company (ROWLANDS, 2014). Assim, deslocar a democracia de seu eixo liberal talvez seja a melhor forma para desnudarmos o discurso de defesa das “liberdades democráticas” por parte dos militares estudados e para entendermos a luta armada e seu projeto revolucionário.

Dito dessa forma, esse pressuposto nos auxilia inclusive a fazer outra crítica necessária que, ressalta-se, Aarão Reis e Rollemberg também fizeram, embora por outro caminho. Trata-se de pontuar a existência de uma determinada memorialística em torno da luta armada que a interpreta apenas no sentido defensivo, o único recurso para aqueles que ficaram privados de espaços de atuação política após o golpe ou após o AI-5. Tal visão tende a colocar a democracia tal qual se configurou com a abertura política como o objetivo da luta armada, apagando a sua ofensividade revolucionária. Nesse sentido, Marcelo Ridenti apresenta uma crítica pertinente a essas explicações que partem de uma perspectiva institucional para entender a guerrilha. Segundo o autor, essas criariam uma mistificação ao considerar que em uma sociedade democrática não haveria nem espaço e nem a necessidade da violência revolucionária, já que existiriam os canais tradicionais apropriados para a expressão da oposição política e para a solução dos conflitos sociais. A implicação desse tipo de análise seria a concepção da luta classes como exceção e nunca como fundamento das sociedades

capitalistas, bem como uma supervalorização da ordem legal, mais ou menos aberta, e de suas instituições. Dessa forma,

A visão institucionalizante pouco avança na compreensão das lutas de classes na sociedade brasileira da época. Seria limitado pensar golpes de Estado, as revoltas ou as revoluções como falhas dos mecanismos reguladores das instituições sociais. Ou seja, de fato o estreitamento dos canais legais de atuação oposicionista depois de 1964, e principalmente após o ato de 5 de dezembro de 1968 [sic], teve grande importância na dinâmica política das lutas de classes, criando condições para que muitos aderissem às organizações armadas [...] As lutas de classes, de que as organizações de esquerda foram uma das expressões, não podem ser explicadas pela ação repressiva do regime civil-militar, nem pelas falhas das instituições desse regime, ou das anteriores ao golpe de 64, se não teríamos subjacente a ideia de que, se não houvesse falhas nas instituições, não haveria lutas de classes (RIDENTI, 1993, p. 62).

Ridenti propõe ainda a valorização do termo “resistência” para caracterizar a atuação da esquerda armada, o qual teria sido empregado inclusive em documentos dos grupos armados da época, como demonstra o autor (RIDENTI, 2004, p. 56-57). Entretanto, sugere que a resistência não seja entendida em sua acepção apenas institucional, cujo o fim seria meramente a restauração da ordem democrática tal qual antes do golpe, mas em seu sentido libertário. Dessa forma, embora o projeto guerrilheiro fosse anterior a 1964, com a efetividade do golpe a ação dos grupos armados tomou a forma de uma resistência à ditadura e suas medidas político-econômicas, constituindo-se, no entanto, em “uma resistência armada que não implicava necessariamente a ideia de redemocratização, mas, sobretudo, a de revolução” (RIDENTI, 1993, p. 64-65), e que deve ser apreendida pela busca do entendimento do

“espírito da época” que motivou os seus atores (RIDENTI, 1993, p. 287).

Por fim, é importante concluir afirmando que, no que toca às memórias militares, caracterizar a esquerda armada como antidemocrática e negar a seu caráter de resistência tem o sentido explícito de justificar a repressão e colocar algumas das medidas impopulares do regime na conta da atuação política dessa. Para fundamentar sua argumentação, os militares utilizam-se tanto de elementos do anticomunismo, tal qual, por exemplo, a concepção de que a esquerda é dissimulada, atua por meios escusos e engana a população com falsas ideias para tomar o poder, como de uma visão formalista da democracia liberal, que é pouco permeável a movimentos que a questionam e que buscam ampliá-la e subvertê-la. Democracia essa da qual se apresentam como guardiões e exigem reconhecimento por tê-la salvo: “a esses heróis o reconhecimento da Democracia”, diz o coronel Moura e Souza (2006, p. 259). Uma defesa da democracia tão frágil que o mesmo autor, ao afirmar como eles, ex-membros da repressão política, foram e continuam sendo os garantidores da “lei e da ordem”, não deixa de fazer uma ameaçada velada:

Como democratas, vinculados aos princípios do Estado Democrático de Direito, regime pluripartidário, reino do consenso e respeito ao dissenso das minorias eventuais, apoiamos as iniciativas da leal e digna convivência dos contrários, cujo limite se situa nos marcos indelévels da Constituição e de suas cláusulas pétreas. Porém, sempre que este limite começa a ser ultrapassado como ocorre na atualidade, estaremos nos insurgindo em defesa da Constituição e esclarecendo as reais razões pelas quais determinado período da história do Brasil ficou conhecido “Anos de Chumbo” (SOUZA, 2006, p. 68).

2.4. A REPRESSÃO POLÍTICA PELOS REPRESSORES

Como foi visto ao longo do presente capítulo, uma série de argumentos que visava deslegitimar as esquerdas que pegaram em armas nas décadas de 1960 e 1970 foram mobilizados pelos militares em seus livros. Para esses oficiais, a narrativa sobre o “inimigo”, baseada em um forte anticomunismo que deitou raízes em diversas gerações das Forças Armadas, constituía o ponto a partir do qual buscavam justificar a repressão política e, sobretudo, as suas próprias esferas de atuação durante esse período. Ainda mais do que isso, a defesa do papel desempenhado pelo aparato repressivo constitui, para essas memórias, o *locus* específico de legitimação do regime, ocupando um espaço bem maior do que outros argumentos comuns entre os defensores da ditadura, inclusive militares, tal qual o “milagre econômico”, por exemplo. Dessa forma, como pontuou Moreira (2013, p. 188) ao traçar uma comparação entre as memórias de Jarbas Passarinho, militar que ocupou diversos cargos ministeriais durante os governos militares, e de Carlos Alberto Brilhante Ustra, o entendimento da esfera por onde perpassa a defesa do regime é fundamental para escapar de uma construção homogeneizadora, pela qual apagam-se as diferenças entre as diversas versões da direita, sobretudo as militares. Trata-se aqui de pontuar uma vez mais que essas memórias constituem não apenas uma versão da direita militar, mas sobretudo da “comunidade de informações”.

A chamada “comunidade de informações”, designação preferencial utilizada nas memórias dos militares que atuaram no combate às esquerdas para se referir ao aparato repressivo, englobava tanto os órgãos dedicados à coleta de informações quanto aqueles voltados para a repressão política propriamente dita. Sua montagem se deu de maneira gradativa ao longo do regime, envolvendo tanto a reestruturação de órgãos já existentes, como os DOPS e as polícias militares, quanto a criação de novos. Em 13 de junho de 1964, ou seja, apenas dois meses e meio após o golpe, foi criado o SNI, órgão de grande relevância durante todo o regime e cujo chefe tinha o *status* de ministro, assessorando diretamente o presidente. A função do SNI

consistia na coordenação das atividades de informação executadas em todo território nacional, sendo que os órgãos vinculados ao mesmo espalhavam-se por diversas áreas da administração pública. Contudo, convém destacar que os órgãos subordinados aos ministérios militares possuíam autonomia em relação ao SNI, o qual não pode ser considerado, assim, uma instituição central coordenadora de todas as atividades de informação e repressão (FICO, 2001 p. 81). Quanto às Forças Armadas, apenas a Marinha já possuía seu próprio centro de informações antes da ditadura, o CENIMAR, criado 1957. O CIE, vinculado ao Exército, e o CISA, à Aeronáutica, foram criados respectivamente em 1967 e 1968. Por fim, destaca-se que em 1970 foi criado o sistema DOI-CODI, fruto da experiência pioneira da Oban em São Paulo (1969-1970), cuja função consistia exclusivamente no combate ao crime político.

No início da década de 1970 já se tinha estruturado, assim, um complexo e sofisticado sistema, o que não pode ser entendido apenas como algo circunstancial e meramente reativo, como querem fazer parecer muitos de seus membros, mas sim parte de um “bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada mas também controlar e direcionar a própria sociedade” (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 18). Mariana Joffily aponta para ênfase que ganhou o crime político no contexto da ditadura, tido especificamente como aquele que atentaria não somente contra a ordem pública, mas contra a segurança nacional. Tal formulação, segundo a mesma autora, era em grande parte embasada na Doutrina de Segurança Nacional, pela qual o “inimigo interno” se constituía no principal adversário da nação, ameaçada em seus valores pelo comunismo (JOFFILY, 2013, p. 30). Dessa forma, nessa concepção os aparelhos de informação e repressão estariam não apenas combatendo os perigos representados pelas esquerdas, como também defendendo os “valores ocidentais” que supostamente estariam ameaçados, alcançando assim o papel de peça-chave dentro do projeto econômico e também político-ideológico que a ditadura buscava impôr.

Devido à importância do papel que desempenhou para a ditadura, a “comunidade de informações” e, por consequência, os seus

membros, logrou à época grande prestígio e legitimidade, sobretudo dentro da corporação, onde, apesar do rodízio de cargos, adquiriu para muitos militares o *status* simbólico de uma arma (CHIRIO, 2012, p. 176). Segundo Chirio (2012, p. 177), durante a ditadura os responsáveis pela repressão policial passaram a ser vistos como “homens à parte, de perfis e costumes distintos dos oficiais de tropa”. A própria descaracterização, o uso de codinomes e as atividades e informações de caráter sigiloso com a qual costumavam lidar auxiliavam na construção de uma diferenciação entre esses militares e os outros membros da caserna. E não faltam nas memórias dos militares que atuaram em algum órgão de repressão tons elogiosos em relação aos seus membros:

Os integrantes da OBAN e, posteriormente, dos DOI não eram apenas policiais e militares meros cumpridores de uma obrigação funcional. Muito mais do que isso, eram homens e mulheres fortemente unidos por arraigado espírito de cumprimento de missão, para a qual se empenhavam a fundo, mesmo em detrimento das suas vidas pessoais e de seus familiares. Além disso, impregnaram-se de verdadeiro ardor patriótico e de grande firmeza ideológica, o que lhes dava suporte para o elevado moral frente ao fanatismo terrorista (USTRA, 2006, p. 225).

É interessante notar que no relato do coronel Ustra acima, ainda que se trate de uma instituição como a corporação militar, com alto grau de hierarquia e exigência de obediência, o comportamento socialmente esperado dos funcionários do DOI não é atribuído meramente as suas obrigações funcionais, mas sim à vontade pessoal de cada um de seus membros. Salvi (2012, p. 177, tradução minha), ao abordar as memórias de oficiais da reserva que atuaram na repressão durante a última ditadura Argentina (1976-1983), já havia notado que, “em termos gerais, os militares definem a si mesmos como uma comunidade afetiva que escolhe cumprir com suas obrigações por amor à profissão e à pátria”.

O general Del Nero Augusto, em entrevista concedida à Maud Chirio, aborda que no início da década de 1970 a área de informações tinha grande prestígio dentro da corporação, “porque estava na guerra e estava ganhando a guerra” (AUGUSTO, 2008). O próprio militar se refere a sua entrada nessa área como uma espécie de “promoção”. Recém-saído da ECEME, em 1970, teve seu trabalho de estágio sobre o clero progressista reconhecido pelo comandante do II Exército que o transformou em um “relatório especial de informações”, com circulação por todo Exército. Tal episódio, assim como a sua juventude na época, consistiriam os prováveis motivos que, segundo Del Nero Augusto, fizeram com que fosse indicado para a 2ª Seção do II Exército (AUGUSTO, 2008).

O desmantelamento do aparato repressivo ocorreu de maneira “lenta, gradual e segura”, tal qual o fim da ditadura. O DOI-CODI foi desativado no final do governo de Figueredo, em 1985, e o SNI foi extinto somente após o fim do regime pelo então presidente Fernando Collor de Mello, em 1990. Ademais, é importante lembrar que uma série de legislações da época da ditadura permaneceu em vigor e foi incorporada pela Nova República,³⁴ constituindo-se no chamado “entulho autoritário”. Apesar de lento, o desmonte da “comunidade de informações” não deixou de contar com a oposição de seus membros mais radicalizados, os quais lançaram mão de estratégias diversas para resistir ao projeto de distensão, indo desde a distribuição de panfletos anônimos dentro da caserna até a execução de atentados terroristas, tal qual o já mencionado caso Riocentro. Esses atos representavam não apenas uma reação desencadeada devido ao temor frente a possibilidade de punições futuras por parte dos integrantes do aparato repressivo envolvidos em graves violações de direitos humanos, como também uma defesa, por parte desses militares, da importância dos seus campos de atuação e do *status* que seus órgãos alcançaram durante o regime. Conforme apontou Chirio (2012, p. 204), o regime concedeu aos oficiais que integraram a repressão política “um sistema a ser defendido, bem como uma nova identidade política: eles são ‘combatentes da

34 Dentre elas, podemos destacar o Código Penal Militar, criado em 1969, e a Lei de Segurança Nacional de 1983.

revolução’, que exigem a eterna perpetuação dos anos de chumbo sob o argumento de que a ameaça subversiva é imortal”.

Se com o projeto de distensão política o espaço de atuação dos aparatos repressivos começou a ser reduzido e os mesmos foram paulatinamente perdendo o prestígio existente no “auge da guerra”, com a redemocratização as atividades desses órgãos passaram a ser, aos olhos de seus ex-membros, estigmatizadas tanto pela sociedade, quanto pelos seus colegas de farda. Assim, quando em suas memórias os militares selecionados para esse trabalho abordam a repressão, o fazem no sentido conjunto de apresentar uma resposta às denúncias que pesaram sobre eles ou sobre os órgãos no qual trabalharam e de valorizar o papel que tiveram como “combatentes” das Forças Armadas frente a ameaça comunista que, por sua vez, e como se verá adiante, ainda estaria à espreita sob outras formas. Em seus relatos, não há nenhum indício de arrependimento e expiação de culpas. Pelo contrário, fazem questão de demonstrar que não se sentem constrangidos pelo seu passado:

Nós que combatemos os terroristas, assaltantes de bancos sequestradores de autoridades estrangeiras não temos vergonha do nosso passado nem dos atos praticados na defesa da garantia da lei e da ordem contra os defensores de ideologias exóticas a nossa nacionalidade (SOUZA, 2006, p. 68).

No entanto, ao abordar os crimes cometidos pelo aparato repressivo da ditadura, sobretudo os assassinatos, desaparecimentos e a tortura, nenhum desses militares tem coragem de assumi-los ou defendê-los explicitamente, adotando estratégias diversas para tratar do tema.

Como destaca Moreira (2013, p. 108-109), a partir da segunda metade da década de 1980, frente a ampliação das denúncias e até mesmo das confissões sutis que começaram a emergir no espaço público, tornou-se cada vez mais difícil para os ex-agentes da repressão a pura e simples negação da violência de Estado ocorrida durante os anos de ditadura. Ainda de acordo com a autora, a noção de “guerra suja” passaria, assim, a ser utilizada pelos defensores da ditadura como

uma maneira de diferenciar os “excessos” da repressão dos atos cometidos pelos “subversivos” (MOREIRA, 2013, p. 108), amenizando por conseguinte os crimes cometidos pelo Estado como mera consequência dos atos da esquerda ou, então, como uma fatalidade inerente a todas as guerras.

Segundo as memórias castrenses, durante as décadas de 1960 e 1970 o país teria assistido a uma “guerra suja” iniciada pela esquerda que, ao afrontar a autoridade constituída, acabou por desencadear a reação legítima do Estado. Tratava-se, segundo os preceitos militares, de um conflito não declarado, cujas regras não eram claras e o “inimigo”, infiltrado no seio da população, não podia ser facilmente identificado: “uma guerra na qual o inimigo não usava uniforme, era traidor, tinha a iniciativa e, quando menos se esperava, matava e mutilava inocentes” (USTRA, 2006, p. 162).

A noção de “guerra suja” defendida por esses militares parece em muito se aproximar da chamada “teoria da guerra revolucionária”, introduzida no Brasil por influência francesa entre 1957 e 1961 e integrada aos estudos da Escola Superior de Guerra em 1959, quando seus elementos também passaram a ser incorporados à Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com Chirio (2012, p. 21), primeiramente a doutrina circulou entre coronéis e tenentes-coronéis, que passaram então a pressionar o comando do Exército para que a mesma fosse incorporada aos programas curriculares das escolas militares. A penetração da doutrina entre a oficialidade subalterna se iniciou em 1961, quando o Estado-Maior das Forças Armadas promulgou uma diretriz sobre o ensino da “guerra revolucionária” nas escolas militares e nas tropas. Fora das escolas militares, a disseminação da teoria se deu sobretudo devido à militância de oficiais superiores e generais influentes em determinada região (CHIRIO, 2012, p. 23-26).

Os preceitos da “teoria da guerra revolucionária” foram elaborados pelo Exército francês após sua derrota na Indochina e baseava-se na ideia de que era necessário a formação dos militares para um novo tipo de conflito, não regular, e no qual se confundiam elementos políticos, ideológicos e operações bélicas. A peça decisiva

para o combate a esse tipo de guerra seria, assim, o controle da informação (MARTINS FILHO, 2009, p. 182).

De acordo com a argumentação dos autores dos livros, os membros das Forças Armadas brasileiras não estariam preparados para esse tipo de conflito cujos métodos, escolhidos pela esquerda, escapavam à noção de guerra regular pela qual teriam sido formados. O fato de já existir dentro do Exército brasileiro uma doutrinação de “contra-insurgência”, de forte caráter anticomunista, antes mesmo das primeiras ações armadas da esquerda passa ao largo da argumentação dos autores, que sempre buscam imprimir ao aparato repressivo uma postura meramente defensiva. Dessa forma, a violência de Estado mesmo quando admitida é sempre justificada, seja como erros de um Exército pego de surpresa pela ação guerrilheira e desaparelhado para esse tipo de enfreamento, seja como “excessos” inevitáveis por conta da necessidade de descentralização ou da falta de preparo para as exigências do combate. A violência, no entanto, nunca teria sido aplicada de maneira desproporcional, mas no máximo de forma equivalente àquela empregada pelos guerrilheiros (TORRES, 1998, p. 20). Ademais, seu uso ainda assim seria altamente justificável, como defende o general Torres ao afirmar que:

Achar, hoje, que tal guerra poderia ter sido conduzida e vencida com “punhos de renda e luvas de pelica” é uma abstração de quem não viveu o dia-a-dia de tais momentos e não sentiu na pele as agruras de ter que ganhá-la em nome do futuro democrático da Nação (TORRES, 1998, p. 20).

É importante ressaltar que a argumentação de que se vivia em um estado de guerra e que, portanto, houve efeitos colaterais comuns a esse tipo de situação – “guerra é guerra”, dizia Ustra (1987, p. 158) em letras garrafais –, valia nesses discursos enquanto elemento justificador apenas para os militares (BRANDÃO; LEITE, 2012, p. 319). O uso da violência revolucionária pela esquerda armada, por outro lado, é muitas vezes desconectado de seu aspecto político, ao passo que a ideologia de

seus militantes, embora reconhecida, é deslegitimada como algo maléfico.

Ainda, segundo os autores, ao não compartilharem os valores das instituições militares e optarem por um tipo de “guerra revolucionária”, irregular, não declarada e sem uniforme, os “subversivos” não possuiriam a “ética do soldado”, não devendo ser tratado sequer como um prisioneiro de guerra (USTRA, 2006, p. 318): “Quando ataca, é um combatente que julga ter o direito de fazer justiça com as próprias mãos. Quando é atacado, exige ser considerado como um combatente, mas nunca age como um soldado” (USTRA, 2006, p. 317). Dessa forma, seriam, assim, outra coisa que não um combatente comum; seriam “marginais” ou, em outras palavras, “terroristas”: aquele que é “excluído da possibilidade mesmo de ser sujeito de direitos” (SAFATLE, 2010, p. 239).

Nessa acepção, o coronel Ustra afirmava que:

Nossos acusadores reclamam com frequência de nossos interrogatórios. Alegam que presos inocentes eram mantidos horas sob tensão, sem dormir, sendo interrogados. Reclamam, também, de nossas “invasões de lares”, sem mandatos judiciais. É necessário explicar, porém, que não se consegue combater o terrorismo amparado em leis normais, eficientes para um cidadão comum. *Os terroristas não eram cidadãos comuns* (USTRA, 1987, p. 157, grifo meu).

Afirmar que os “terroristas” não eram cidadãos comuns abria espaço para esses militares justificarem uma série de medidas da repressão política que não tinham amparo legal nem mesmo dentro da legislação da ditadura. É assim, por exemplo, que o general Torres conta que em uma operação para o desmantelamento do primeiro grupo guerrilheiro denominado MR-8, executada de maneira conjunta pela 2ª Seção da 5ª Região Militar (Paraná) e pelo CENIMAR do Rio de Janeiro, autorizou aos seus subordinados invadirem um apartamento sem mandato judicial. Conforme justificava o próprio militar: “De há

muito firmara-se em mim a convicção de que a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, por ser este o refúgio legítimo do cidadão, não se aplicava àqueles valhacoutos de guerrilheiros” (TORRES, 1998, p. 54).

Outras medidas ilegais empregadas de maneira sistemática pela repressão, como a tortura, os sequestros, os assassinatos e o desaparecimento de presos políticos não são assumidas enquanto práticas de Estado e nem defendidas abertamente nessas memórias militares, que usam de estratégias diversas para inserir esses temas em seus relatos. Os silenciamentos e, inclusive, as mentiras contidas nos relatos de antigos membros da repressão correspondem a motivações diversas, como destacaram Chirio e Joffily (2016, p. 30) ao analisarem o discurso de ex-agentes do Estado na CNV. Dessa forma, entre as motivações encontra-se tanto o medo de futuras represálias, como também o interdito moral de se assumir esses crimes anos depois do final da ditadura.

Em geral, nessas memórias militares é repetida a versão oficial da ditadura acerca da morte de vários militantes de esquerda, mesmo naqueles livros cuja publicação se deu após a elucidação das circunstâncias em que essas mortes ocorreram pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, formada em 1995. Segundo esses militares, diversos membros da luta armada teriam morrido em trocas de tiro com o aparato repressivo ao resistirem à prisão e não nas dependências de órgãos repressivos do Estado. Assim, por exemplo, o conhecido caso do assassinato da maior parte dos militantes do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)³⁵ pela repressão política após o regresso do grupo de Cuba ao Brasil teria se dado, segundo o coronel Souza, em “combates de rua”. De maneira provocativa e fazendo uma vinculação com o tempo presente, o coronel ainda aponta José Dirceu como um dos poucos sobreviventes que, retornando ao

35 A MOLIPO foi uma dissidência formada por militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) que se encontravam em Cuba fazendo treinamento guerrilheiro. Ao retornarem ao Brasil, em 1971, seus militantes sofreram intensa perseguição pelos aparatos repressivos, sendo que a maior parte foi presa e morta.

Brasil, teria ficado “na moita” (SOUZA, 2006, p. 77), não participando de nenhum combate de rua “como fizeram seus companheiros mortos” (SOUZA, 2006, p. 97).

Já os desaparecimentos forçados, a maioria ainda não solucionado, são justificados pelos militares devido ao uso de nomes falsos pelos integrantes da luta armada que se encontravam na clandestinidade e que, ao morrerem, supostamente teriam que ser enterrados com esses nomes, em que pese ao fato de suas verdadeiras identidades serem muitas vezes conhecidas pelos órgãos de repressão. Transferindo a responsabilidade para as próprias vítimas, o general Torres (1998, p. 90) ainda acrescentava que “muitos dos desaparecidos de hoje já haviam voluntariamente optado por essa situação ao aderirem à luta armada que deflagraram”.

A questão da tortura talvez seja o ponto mais delicado nas narrativas desses militares. Apesar de concordarem nos termos pelos quais se referem a ela – “excessos” ou “erros” de alguns membros da repressão ocasionados pela falta de experiência com a “guerra irregular” – o grau de reconhecimento e de admissão desta prática apresenta algumas pequenas variações nas memórias dos autores. Assim, o general Del Nero Augusto é o mais categórico ao afirmar que “a tortura existiu, não há como negar” (AUGUSTO, 2001, p. 339) e que “foi algo lamentável sob todos os aspectos (também os operacionais, pois hoje se sabe que a vitória poderia ser alcançada sem essa prática desumana)” (AUGUSTO, 2001, p. 341). O general Torres, por sua vez, atribui o “mito da tortura institucionalizada” a alguns “guardas da esquina” que agiram por conta própria (TORRES, 1998, p. 96). Já o coronel Souza, embora reconheça que logo após a sua prisão alguns “terroristas altamente perigosos” tenham sido tratados com “razoável grau de violência”, diz que “a tortura, na realidade, em termos significativos nunca existiu” (SOUZA, 2006, p. 129). Por fim, o coronel Ustra é o mais enfático em colocar em dúvida a própria existência dos ditos “excessos”, afirmando que, se é que realmente ocorreram, foram poucos (USTRA, 2006, p. 317).

Ainda que pequenas, essas diferenças na abordagem da questão da tortura durante o regime nos auxiliam a refletir sobre o lugar social

particular de cada um dos autores e, por consequência, a forma como isso influencia os seus relatos. Assim, talvez para o general Del Nero Augusto fosse mais fácil admitir a existência da tortura, ainda que como uma “exceção lamentável”, pelo fato do mesmo não ter atuado diretamente na repressão política propriamente dita, mas sim na área de informações. O general Torres, por sua vez, embora tenha atuado diretamente na repressão, o fez no estado do Paraná, o qual esteve mais afastado do centro nevrálgico da luta armada. Situação diferente foi vivida pelos coronéis Ustra e Souza, ambos ex-membros do sistema DOI-CODI e citados em listas de torturadores. Entretanto, convém ressaltar que nenhum dos autores reconhece a tortura como uma política de Estado, defendendo que a maior parte das denúncias dessa prática se devia à estratégia de advogados de presos políticos visando reduzir a pena de seus clientes, à falta de convicção dos membros da luta armada e à delação de companheiros por partes dos militantes:

Durante os 'anos de chumbo', ao depor na Justiça, os subversivos e terroristas usavam o argumento da tortura para justificar as confissões existentes nos processos e a delação de companheiros, feitas quando interrogados pelos órgãos de segurança. Com isso, além de escapar da condenação ou de uma pena mais severa, também se livravam de uma pena pior, o julgamento “dos tribunais revolucionários” (USTRA, 2006, p. 317).

Ainda, as denúncias de tortura são abordadas como uma campanha difamatória, “instrumento de guerra psicológica” (AUGUSTO. 2001, p. 300), iniciada ainda durante a ditadura e cujo objetivo seria macular o nome do Brasil e, sobretudo, a eficiência dos órgãos de repressão.

Exemplo claro do que falamos está contido em tudo o que jornalistas e escritores de esquerda escrevem, seja em livros ou em artigos em vários jornais, afirmando sempre as Forças Legais

atuavam de maneira extremamente violenta, empregando a tortura como a mais eficiente de suas armas o que não passa de uma grande mentira, para macular a extrema eficiência das mesmas e a sua missão de defender a Pátria até o último sopro de vida (MADRUGA, 2006, p. 77).

É importante pontuar ainda que a defesa do aparato repressivo por parte desses militares não se insere apenas no marco das denúncias levadas a cabo pelas esquerdas, familiares de vítimas ou organismo de direitos humanos, mas também compõe uma resposta às críticas formuladas pelos próprios setores do Estado ditatorial que não atuaram na repressão política. Dessa forma, tratava-se também de se fazer frente a chamada “memória do palácio” (MOREIRA, 2013, p. 169-177).

O general Negrão Torres, embora sem citar nomes, faz a crítica dessa memória tomando como referência o discurso de alguns dos militares entrevistados pelos pesquisadores da FGV no início da década de 1990 pelo projeto *1964 e o regime militar*, que deu origem a três livros com as versões resumidas das entrevistas. Segundo Torres:

Um dos ângulos mais interessantes do livro [*Os anos de chumbo*] é que ele serviu para revelar ou confirmar facetas pessoais de certos entrevistados que, embora personagens bem situados juntos à engrenagem do poder discricionário de que o governo teve de investir-se para enfrentar o desafio, pretendem cobrir-se com a roupagem simpática de liberais, aos quais repugariam os excessos que admitem ter havido, dos quais, na realidade, teriam sido cúmplices – pelo menos indiretos –, posto que, fingindo-se cegos e surdos, não hesitaram em desfrutar as benesses e as vantagens do aulicismo e das posições privilegiadas (TORRES, 1998, p. 117).

Assim, é importante pontuar que as memórias castrenses não se constituem em discursos unânimes, reconhecido de maneira homogênea

por toda a comunidade militar, mas sim configuraram um campo de disputas (SALVI, 2012, p. 16). O fato da maior parte dos livros ter sido lançada quando seus autores já estavam na reserva – o primeiro livro de Ustra, datado de 1987, é a única exceção – permite que esses militares façam críticas aos membros do Estado ditatorial, alguns inclusive hierarquicamente superior a eles, de maneira mais tranquila e aberta, tendo em vista que não estão expostos as mesmas sanções disciplinares que podem recair aos militares da ativa.

Os autores dos livros buscavam ainda se apresentar como vozes autorizadas para tratar dos métodos empregados para combater a esquerda, criticando aqueles que falavam sem nunca terem corrido os riscos envolvidos na luta contra a “subversão”. Nesse sentido, afirmava o coronel Ustra: “Só quem estava frente a frente com os terroristas, dia e noite, de arma na mão, arriscando sua vida, pode nos julgar” (USTRA, 2006, p. 319). Complementando, o mesmo coronel ainda frisava:

É fácil criticar quando, mesmo vivendo na época da luta armada, só se tomou conhecimento da situação em gabinetes atapetados e refrigerados, sem ouvir um tiro e jamais ter visto um terrorista, nem mesmo preso. [...] É fácil criticar quando não se estava sujeito à “justiçamento”, sequestro, sabotagem e atentado. É fácil criticar quando as famílias não corriam riscos. (USTRA, 2006, p. 320)

A descrição dos perigos pelos quais os agentes da repressão passavam ocupam nessas narrativas um lugar central. Diferente do “militar de escritório”, que circulava pelos gabinetes, os militares que atuavam no combate à guerrilha estariam “cara a cara” com o “inimigo”, o que implicaria riscos não apenas para si próprios, como para toda sua família:

O pessoal que trabalhava no DOI vivia, continuamente, sob tensão. Quando estava de serviço, combatia um inimigo cruel e vingativo,

que atacava de surpresa e com violência. Quando estava de folga, procurava viver sobre outra “fachada”, pois o inimigo podia a qualquer momento identificá-lo e, se isso acontecesse, seria “justiçado” ou seus familiares sequestrados (USTRA, 2006, p. 349)

A ideia do perigo constante, expresso na imagem do ataque não previsto às instalações militares ou do justicamento dos membros da repressão – “a qualquer momento poderíamos ser atacados por um comando terrorista que, além de resgatar os presos, nos mataria todos e incendiaria o Destacamento” (USTRA, 1987, p. 131) – também auxiliava na conformação do “inimigo” que se devia combater. Assim, por meio de imagens e rumores que provavelmente circulavam pela caserna, reforçava-se a figura do guerrilheiro como um “terrorista”, cujo objetivo não era outro que não causar dano a pessoas inocentes. Dessa forma, a “cultura do terror”, que durante as ditaduras na América do Sul se constituiu em um importante dispositivo para disciplinar a sociedade, também produziu efeitos nos membros do aparato repressivo, impelindo-os à ação contra o “inimigo subversivo” que estaria sempre à espreita, pronto para o ataque (SALVI; GARAÑO, 2014, p. 185).

É interessante notar ainda que, embora esses militares advoguem que só quem atuou diretamente na repressão pode julgar as atitudes de seus membros frente ao “inimigo”, fazem questão de ressaltar que agiram cumprindo ordens superiores, em respeito aos princípios hierárquicos que fundamentam a instituição militar. Trata-se de utilizar o princípio de obediência devida como uma forma de defesa. Assim, dizia Ustra:

Até já se declarou que: “a ação militar naquele período não foi institucional. Alguns militares participaram, não as Forças Armadas. Foi uma ação paralela”. Não é verdade. Nós fomos designados oficialmente para um órgão oficial, criado para uma diretoria presidencial e estávamos sob as ordens do general comandante da área, o

qual prestava contas de sua ação ao ministro do Exército e até ao presidente da República, que havia assinado a diretriz que criara os DOI (USTRA, 2006, p. 319).

O mesmo militar, ao ser intimado a prestar depoimento na CNV no dia 10 de maio de 2013, fez questão de ressaltar que atuou obedecendo à hierarquia de comando e que ao longo de sua carreira nunca foi punido, recebendo do Exército, inclusive, a mais alta condecoração militar em tempos de paz, a Medalha do Pacificador com Palma. Por fim, afirmou em sua defesa que quem deveria estar ali não era ele, mas sim o Exército brasileiro (USTRA, 2013).

Embora tenhamos que ter em conta que esses militares utilizam esse discurso como uma forma de se defenderem, ao admitir de maneira implícita que os crimes por eles cometidos tiveram o aval do Exército, não deixa de ser importante destacar aqui o papel das Forças Armadas enquanto instituição. Assim, mesmo que consideremos que o Exército não esteve envolvido em todo o seu conjunto na comunidade de informações, o mesmo não só comandou, como também premiou a repressão política (JOFFILY; CHIRIO, 2014, p. 450), conforme atesta a ampla distribuição de medalhas aos seus membros.³⁶ Por outro lado,

36 Em uma pesquisa sobre a atribuição da Medalha do Pacificador a agentes do aparato repressivo, Joffily e Chirio demonstram como a mesma, sobretudo na sua modalidade “com Palma”, criada em 1962 para homenagear “militares brasileiros que em tempos de paz, no cumprimento do dever, hajam-se distinguido por atos pessoais de abnegação e bravura, com risco de vida devidamente comprovado”, tornou-se uma forma privilegiada do Exército homenagear a repressão política. Assim, conforme apontam, dos 717 indivíduos identificados ou denunciados como repressores, 233 receberam a medalha. No que toca precisamente a modalidade “com Palma”, das 541 medalhas atribuídas entre 1964 e 1985, 352 (65%) foram por atos correspondentes à violência política. Convém ainda ressaltar que a medalha também serviu para evocar o imaginário anticomunista dentro da caserna, ficando esse objetivo explícito com a distribuição *post mortem* em 1964 da condecoração a 23 militares que haviam morrido durante a insurreição comunista de 1935, (JOFFILY;

ainda que levemos em consideração a autonomia operacional que órgãos de repressão de fato passaram a ter durante o regime, deve-se destacar que essa foi uma escolha política do regime, que “parece ter optado durante longos anos pelo não controle de seu próprio aparelho repressivo” (CHIRIO, 2012, p. 187).

Ainda que as Forças Armadas durante e após a abertura política tenham tomado algumas medidas que auxiliaram na garantia da impunidade, tais quais a Lei de Anistia de 1979, o não reconhecimento dos crimes cometidos em suas instalações durante a ditadura e a recusa sistemática em abrir seus arquivos com a justificativa de que os documentos teriam sido destruídos, para esses militares seria ainda necessário que a instituição tivesse uma postura mais ativa na defesa da atuação da “comunidade de informações”. Em outras palavras, cobram das Forças Armadas um maior engajamento na “batalha da memória”, a qual consideram que está sendo perdida para a esquerda.

De acordo com esses militares, a decisão das Forças Armadas em não afirmar que se vivia em um “estado de guerra”, sobretudo durante o período das operações de combate à Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974, embora compreensível à época, favoreceu o “revanchismo”, pois o silêncio do Exército foi apresentado como “demonstração de medo e confissão de culpa” (TORRES, 1998, p. 15) e “utilizado pelas esquerdas para tentar escrever nossa história sob os seus pontos de vista ideológicos” (AUGUSTO, 2011, p. 288). Ainda mais grave, o ganho de espaço da “esquerda revanchista” na batalha da memória teria impulsionado, segundos esses militares, políticas de reparação “unilaterais” e levado ao Governo os seus “inimigos” de ontem. Assim, segue-se ao próximo capítulo com vistas a entender como se articulam essas questões e de que maneira se imbricam passado e presente nas memórias militares.

3. OS “INIMIGOS” DE ONTEM E DE HOJE: DAS MEMÓRIAS DA DITADURA À ANÁLISE DO PRESENTE

Realmente é incrível como aqueles que foram perdedores ontem, hoje se transformaram com o apoio da mídia em vitoriosos. Enganam-se os que pensam que o comunismo morreu. Ele continua mais vivo do que nunca, continua internacionalista e está às nossas portas.

(Aluísio Madrugada de Moura e Souza, 2006)

Como pode ser visto ao longo deste trabalho, as narrativas dos militares da reserva são permeadas pela visão de que, não obstante tenham ganho a “guerra” nas décadas de 1960 e 1970, foram derrotados na “batalha da memória”. Tratam-se, como de resto o é toda operação memorialística, de construções atravessadas pelo presente no qual estão inscritas e que buscam responder as necessidades pautadas pelos grupos que as reivindica.

O terceiro e último capítulo desta dissertação pretende abordar justamente o tempo presente em que as narrativas estavam inseridas no momento de suas publicações, buscando, mais especificamente, analisar os sentidos políticos que esses militares atribuem tanto às políticas de memória e reparação iniciadas nas décadas de 1990, quanto à atuação de movimentos sociais como o MST e à chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República.

A defesa da existência de um “inimigo interno” sempre à espreita é algo caro à linha argumentativa desses militares e pauta-se em conceitos elaborados ainda durante a Guerra Fria. Pode-se notar, assim, uma forte vinculação entre passado e presente expressa nessa ideia da permanência do “inimigo comunista” que, por sua vez, estaria “mais vivo do que nunca” conforme a epígrafe que inicia o capítulo. O objetivo desta parte do trabalho é, assim, entender como esses militares mobilizam antigos estereótipos e discursos anticomunistas para se referir ao presente e como fazem uso do passado ditatorial para se posicionar sobre as questões políticas contemporâneas ao momento de lançamento de seus livros.

3.1. REVANCHISMO: UMA NOVA ESTRATÉGIA DA ESQUERDA

“Comportamento político tendente a anular as desvantagens de uma derrota sofrida”; é dessa forma que Giorgio Bianchi (1998, p. 1116) define o verbete “revanchismo” no Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio. Utilizada pelo menos desde o final do século XIX em referência ao clima político manifestado por algumas nações após sofrerem sanções de guerras, a palavra possui seu significado, por certo, fortemente vinculado ao linguajar militar. Nas memórias dos oficiais da reserva o adjetivo “revanchista” é empregado de maneira ampla para se referir às memórias das esquerdas, à atuação de comissões de familiares e vítimas da repressão e aos organismos vinculados aos direitos humanos. De acordo com essa argumentação, os comunistas não teriam aceitado a sua derrota na década de 1970, passando então a “enxovalhar o regime que firmemente lhes negara o caminho para o poder” (TORRES, 1998, p. 14). Assim, segundo o coronel Souza (2006, p. 259), embora tenham sido vencidas na luta armada, as esquerdas “exibem, na prática, os galardões de uma vitória bastarda, urdidas por um revanchismo odioso”.

É importante ressaltar que no centro do que se classificou como “revanchismo” se encontra a lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como a Lei de Anistia, a qual se configurou como uma espécie “elemento fundador” desse discurso, na medida em que a ela se conferiu “significados específicos” e “um lugar simbólico” (MOREIRA, 2013, p. 94). Segundo a argumentação dos militares, a Lei de Anistia não estaria sendo respeitada pela esquerda, posto que, para eles, além do perdão a mesma deveria incluir o esquecimento:

Com a volta do Brasil à calma, consequência da total desarticulação das esquerdas, foi possível o estabelecimento de uma abertura lenta, gradual e segura, que terminou no Governo do General João Figueiredo, após a decretação da Lei de Anistia em 1979. Lei que, aliás, está sendo aplicada apenas a favor dos comunistas derrotados pelas armas, que estão exercendo um revanchismo a

toda prova contra seus vencedores, que os anistiarão, ignorando que a lei pela qual foram beneficiados pressupõe esquecimento e foi para os dois lados (SOUZA, 2006, p. 120)

Heloisa Amélia Greco (2003) abordou em sua tese como a própria palavra “anistia” contém em si dois significados antagônicos: *anámnese* (reminiscência) e *amnésia* (esquecimento). A disputa entre essas duas concepções opostas e excludentes marcou o contexto da luta pela aprovação da lei, estando ainda hoje presente nos embates sobre as reminiscências da ditadura. Para o regime, tratava-se de reforçar a imposição do discurso da “reconciliação nacional”, pelo qual todos os esforços deveriam ser feitos para “se evitem traumas à sociedade com o conhecimento de eventos que deveriam ser sepultados em nome da paz” (AUGUSTO, 2001, p. 460). Trocando por outras palavras, o que se buscava era garantir a impunidade, em uma transição lenta, gradual e, sobretudo, segura para os agentes repressivos. Em um outro sentido, para as organizações que reivindicavam uma “anistia ampla, geral e irrestrita”, notadamente os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) e os Movimentos Femininos pela Anistia (MFPA), tratava-se de inseri-la dentro da luta pelo “*resgate da memória e direito à verdade*” (GRECO, 2003, p. 359, grifo da autora) e das mobilizações por direitos sociais, então em plena ascensão (DEL PORTO, 2009), já que a própria ideia de anistia significava a possibilidade de incorporação de antigos militantes que estavam presos ou exilados nas novas lutas ensejadas pelo clima político da redemocratização.

Ainda para Greco (2003, p. 403), a dimensão “trágica da luta pela anistia” teria sido a vitória da concepção de uma anistia pautada na lógica do esquecimento, indo na contramão do que preconizavam as mobilizações populares. Diversos pontos defendidos pelos movimentos sociais não foram contemplados pela lei, tais quais a abrangência da anistia a todos os punidos pelo regime, incluindo aí aqueles que participaram da luta armada; a apuração das circunstâncias das mortes, desaparecimentos e tortura e a responsabilização dos envolvidos; a

reintegração automática aos postos de serviço; a não reciprocidade da lei.

Além de negar uma série de reivindicações que visavam ampliar o escopo da anistia, a ditadura ainda buscou apresentar a aprovação da lei sob a chave de uma “dádiva”, um “presente” do Governo ao povo brasileiro – algo que será reforçado nas memórias militares. O objetivo era transmitir ao regime uma imagem de benevolência, já que, em nome da “democratização” do país e da “pacificação nacional”, o mesmo perdoou até mesmo os inimigos políticos de outrora: “Não há o que discutir. A prova maior da magnitude e do espírito democrático da Contra-Revolução está na decretação da Lei de Anistia” (SOUZA, 2006, p. 124). Ademais, tal operação também buscava apagar da memória a existência de grandes mobilizações em torno de um projeto alternativo de anistia e o fato de que foram elas que impulsionaram o Governo colocar a lei na ordem do dia.

Convém ressaltar que as mobilizações pela anistia se deram em uma conjuntura política marcada pela reorganização das esquerdas e da oposição política e pelo influxo dos movimentos sociais e grevistas. Conforme pontuou Fabíola Brigante Del Porto (2009), sobretudo após o ano de 1978 o repúdio à ditadura acentuou-se de tal forma que o Governo não tinha mais como se abster das discussões sobre a anistia, como vinha fazendo até então. Assim, o que se colocava a partir daí era sob quais termos e condições a lei seria aprovada. No entanto, ao proceder reafirmando a concepção de que a anistia teria sido uma “dádiva”, os militares em suas memórias buscavam também, para além do que já foi dito, construir a ideia de que questionar a lei seria uma atitude mesquinha, que só poderia ser levada a cabo por aqueles que fazem “questão de não deixar cicatrizar as feridas” (USTRA, 2006, p. 480). Dessa forma, todas as tentativas de se romper com a imposição forçada da impunidade e do esquecimento, seja pela publicação de memórias sobre o terror e da resistência a ele, seja pelo ativismo de grupos como o Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos ou pela defesa da abertura dos arquivos e da revisão da Lei de Anistia, seriam atacadas como atitudes revanchistas. Assim,

[...] a questão do resgate do passado e da reparação histórica é colocada em conexão direta com o sentimento de vingança ou de ódio pessoal, o qual, além de mesquinho e aviltante, por definição nada tem de político, se processando no registro do particular, do privado e até do foro íntimo. O objetivo é, a partir da desqualificação e da despolitização da própria essência do contradiscurso da *anistia/anamnese*, escamotear as iniquidades da ditadura militar. Processa-se, assim, deslocamento semântico cujo efeito se mostra eficaz e duradouro (GRECO, 2002, p. 372-373).

Embora a reação mais aberta e enfática contra o denominado “revanchismo” parta sobretudo de oficiais da reserva, seja por intermédio da publicação de memórias, como nos casos abordados neste trabalho, seja por meio de entidades como o Clube Militar ou Ternuma, as Forças Armadas enquanto instituição não deixaram de exercer o seu “estável poder de veto” (D’ARAUJO, 2012) sobre as questões envolvendo o passado recente, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de revisão da Lei de Anistia. O caso do escândalo envolvendo a publicação de fotos que supostamente seriam de Vladimir Herzog pela mídia, já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, é ilustrativo neste sentido. O fato desencadeou a reação do então comandante do Exército, Francisco Roberto de Albuquerque, que, por meio do Serviço de Comunicação Social do Exército, publicou uma nota que justificava a ação das Forças Armadas no combate às esquerdas e reiterava a concepção da anistia enquanto esquecimento:

[...] Coerente com seu posicionamento, e cioso de seus deveres constitucionais, o Exército brasileiro, bem como as Forças coirmãs, vão demonstrando total identidade com o espírito da Lei da Anistia, cujo objetivo foi proporcionar ao nosso país um ambiente pacífico e ordeiro, propício para a

consolidação da democracia e ao nosso desenvolvimento, livre de ressentimentos e capaz de inibir a reabertura de feridas que precisam ser, definitivamente, cicatrizadas (ALBUQUERQUE, 2004, apud D'ARAUJO, 2012, p. 587-588).

Apesar da intenção clara das Forças Armadas de resguardar a instituição e seus membros de punições, os militares da reserva parecem exigir desta uma atitude ainda mais contundente em relação ao passado, que passasse pela defesa pública dos ex-agentes da repressão e pela afirmação da memória dos militares e civis mortos pela guerrilha em oposição à memória das vítimas do terrorismo de Estado.

Segundo Ustra (2006, p. 480), a “passividade dos vencedores, o silêncio comprometedor das autoridades, somente fizeram crescer o revanchismo dos vencidos”. Essa suposta complacência das instituições teria feito com que os militares fossem derrotados no campo da memória e que medidas de reparação tidas como unilaterais fossem aprovadas. Ainda de acordo com o que consta nos livros desses autores, as diversas investidas do “revanchismo” não seriam inócuas e muito menos estariam restritas apenas ao terreno da memória e das disputas sobre a interpretação do passado, mas corresponderiam a uma bem articulada estratégia de desmoralização das Forças Armadas perante a opinião pública por parte dos comunistas, com vistas a tentarem tomar o poder por outros meios. Assim, mediante a mobilização dessa ideia, os autores se voltavam para o “argumento de que, assim como 1964, estariam se batendo contra ‘a ameaça comunista’” (MOREIRA, 2013, p. 128).

Por sua vez, os frutos desta estratégia teriam começado a ser colhidos com a eleição de deputados estaduais e prefeitos pelo PT na década de 1980, agravando-se ainda mais com a presença cada vez maior de ex-perseguidos políticos em cargos públicos a partir da segunda metade da década seguinte. Desde então, conforme Ustra (2006, p. 480), o revanchismo tornou-se “palavra de ordem”. Delineava-se, assim, de acordo com o discurso desses militares, os contornos de uma nova “tentativa de tomada de poder”, expressa primeiramente na atuação dos organismos de direitos humanos, nas denúncias públicas de

nomes de torturadores e na reparação de vítimas e familiares, aprofundando-se, em um segundo momento, com a chegada do PT à presidência no ano de 2003. Dessa forma, dá-se prosseguimento ao capítulo com vistas a analisar como esses dois pontos – as políticas de reparação iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso e o governo do PT – são articuladas dentro das memórias militares.

3.2. OS LIVROS DOS MILITARES FRENTE ÀS POLÍTICAS DE MEMÓRIA E REPARAÇÃO

Embora o primeiro livro selecionado como fonte para essa pesquisa, *Rompendo o silêncio*, de Carlos Alberto Brilhante Ustra, datado do ano de 1987, já apresente denúncias ao “revanchismo” por parte de entidades como o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, é somente a partir da década seguinte, com o início das ainda tímidas políticas de memória e reparação, que essas acusações passaram a se dar de forma mais sistemática. Assim, na década 1990 não só mais livros de ex-agentes da repressão foram publicados, como entidades que agrupam militares da reserva de extrema-direita – das quais destaco o Guararapes (1991), Inconfidência (1994) e o Ternuma (1998) – começaram a surgir. Quanto aos livros de militares que atuaram na repressão política, de acordo com o levantamento provisório realizado para essa pesquisa,³⁷ apenas dois foram publicados ainda na década de 1980: o mencionado livro de Ustra e o *Brasil: Sempre*, do tenente-coronel Marco Pollo Giordani, que atuou no DOI-CODI do III Exército, no estado do Rio Grande do Sul. Dentro do que foi selecionado para este trabalho, o livro que sucedeu ao de Ustra, *Nos porões da ditadura*, do general Raymundo Negrão Torres, foi publicado somente em 1998, ou seja, mais de dez anos após o primeiro.

Nesses livros lançados a partir da segunda metade da década 1990, avolumam-se as críticas ao que se convencionou chamar de justiça de transição, passando essa a traduzir, então, o que esses militares entendem por “revanchismo”. Podemos caracterizar como

37 Ver anexo.

justiça de transição uma série de mecanismos e estratégias elaboradas pelo Estado com o objetivo de enfrentar o legado de violência e de violação dos direitos humanos do passado. Embora não exista um padrão estabelecido pelo qual esse processo deva seguir, tendo em vista a autonomia de cada país para lidar com as questões que envolvem seu passado recente, a comunidade internacional e as doutrinas sobre o tema tem mencionado de maneira sistemática alguns pontos básicos que deveriam ser seguidos pelo Estado: a reparação material e simbólica das vítimas; o esclarecimento das circunstâncias em que os crimes contra os direitos humanos ocorreram; a responsabilização dos agentes que praticaram tais crimes; a adoção de medidas razoáveis para prevenir novas violações (SOARES, 2010). Pode-se dizer, assim, que o conceito de justiça de transição sustenta-se em três pilares: reparação, memória e justiça.

No Brasil, a tríade apresentada acima tem se materializado em uma “combinação de reparação, alguma verdade e nenhuma justiça”, conforme descreveu Napolitano (2012, p. 326). As duas leis mais abrangentes que tratam da questão das vítimas da ditadura, a Lei 9.140/1995 e a Lei 10.559/2002, apesar dos inegáveis avanços, reforçam o que foi dito, dado que colocam como foco a reparação – pecuniária ou simbólica – ao passo que desobrigam o Estado de seu dever de justiça e direito à verdade.

Fruto da pressão dos familiares de vítimas da ditadura, a lei 9.140, conhecida com Lei dos Desaparecidos, foi sancionada em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. De imediato, a lei reconhecia como mortas 136 pessoas desaparecidas, dando aos seus familiares o direito de requererem atestado de óbito, bem como solicitar indenização. Para a análise dos casos que ainda não haviam sido contemplados, a lei criava a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada ao Ministério da Justiça, a qual deveria ser formada por sete membros escolhidos pelo presidente da República, sendo um representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, um representante das famílias das vítimas citadas na lei, um membro do Ministério Público Federal e um integrante das Forças Armadas. O fato de uma comissão criada para

apurar mortes e desaparecimentos de presos políticos contar com um representante da própria instituição responsável por parte significativa desses crimes é elucidativo de como a lei buscou evitar o conflito com os militares. Nesse sentido, convém ainda acrescentar que durante o processo de elaboração do projeto de lei o então presidente Fernando Henrique Cardoso e o seu ministro da Justiça, Nelson Jobin, chegaram a se reunir com representantes das Forças Armadas para garantir que a lei não teria “sentido revanchista” (BRASIL, 2007, p. 36-37).

O conteúdo da lei passou por sucessivas alterações que ampliaram a sua data de abrangência de 1979 para 1988, ano da promulgação da nova Constituição, e passaram a incluir como vítimas os casos de suicídio em decorrência da iminência de prisão ou de sequelas de tortura e também de mortes consequentes da repressão policial a manifestações públicas ou ocorridas em conflitos armados com os agentes do poder público. No entanto, a lei continuou sendo criticada, sobretudo pelos familiares das vítimas, por apresentar diversos limites no que toca a uma efetiva política de justiça e memória. Apesar de, por meio dela, o Estado ter reconhecido pela primeira vez a sua responsabilidade pela morte e desaparecimento de diversas pessoas durante a ditadura, não se comprometeu em investigar nem as circunstâncias e nem os responsáveis por tais crimes e, muito menos, encaminhar julgamentos. Ademais, o ônus da prova da responsabilidade do Estado nas mortes e desaparecimentos recaíram inteiramente aos familiares, que ainda tinham que lidar com as dificuldades relativas ao acesso aos documentos da repressão política.³⁸

38 Na época da publicação da lei 9.140 estava em vigor a lei de arquivos 8.159, de 1991. Essa fixava em 30 anos, prorrogáveis por igual período, a restrição ao acesso de “documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado”. No final do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi publicado o decreto 4.553/2002 que restringia ainda mais o acesso à informação, passando o sigilo dos documentos ultrassecretos para 50 anos, renováveis por prazo indeterminado. Atualmente, está em vigor a lei 12.527/2011, que define o prazo de 25 anos de sigilo para os documentos ultrassecretos. Não obstante à legislação, convém ressaltar que tem sido constante a recusa das Forças Armadas em abrir os seus arquivos,

Segundo Bauer (2014, p. 163), ao não criar os instrumentos que possibilitassem investigar e apurar as responsabilidades individuais pelos crimes que o Estado passava então a assumir, a lei perpetuou a impunidade e a imunidade dos agentes repressivos. Reforçava-se, assim, a “ideologia da reconciliação”, já consagrada pela anistia de 1979, a qual se baseava na equiparação da violência entre guerrilheiros e agentes do Estado e no conseqüente incentivo ao esquecimento recíproco (BAUER, 2014, p. 151). Ao mesmo tempo, ao colocar sua ênfase na reparação financeira, algo que, diga-se de passagem, nunca foi o ponto principal da luta dos familiares, a lei deslocava a questão política, que envolve o direito de toda a sociedade à verdade e à justiça, e apresentava o problema como uma questão familiar, que afetava exclusivamente os parentes das vítimas (GRECO, 2003, p. 400). A própria forma como foi conduzida a aprovação da lei e as suas subsequentes modificações e ampliações, sem um esquema abrangente de divulgação governamental para informar e mobilizar as famílias das vítimas (BRASIL, 2007, p. 35) e sem o incentivo a uma ampla discussão social, reforçavam o objetivo em não “politizar” demais as questões relativas ao passado recente. Assim, a lei parece seguir em relação à ditadura o que foi a marca do governo de Fernando Henrique Cardoso no tocante à política militar de maneira mais ampla, na qual “alguns avanços institucionais importantes foram acompanhados por atitudes vacilantes, no contexto de uma atitude mais geral de boa vontade com os militares” (MARTINS FILHO, 2000, p. 14).

Apesar da moderação e dos limites claros da lei, a mesma não deixou de reverberar negativamente em alguns círculos castrenses. Um exemplo dessa reação pode ser vista no livro *Nos porões da ditadura*, de Raymundo Negrão Torres, publicado em 1998, no calor dos trabalhos da Comissão Especial. Para o autor, embora Fernando Henrique tivesse renegado suas antigas ideias, com ele teria entrado no Governo “uma verdadeira *nomenklatura* de esquerda, onde se misturam marxistas arrependidos e revanchistas notórios” (TORRES, 1998, p. 15). A partir daí, teria começado, então, o paulatino incentivo às ações de “antigos

sob a justificativa de que teriam sido destruídos.

terroristas e guerrilheiros” e de diversos ativistas do Congresso que “nunca aceitaram Lei de Anistia”. É nesse contexto, “de claras ofensas às Forças Armadas”, que o autor afirma que se forjou, então, “uma lei para indenizar familiares de pretensos desaparecidos, onerando o contribuinte com o pagamento de prêmios a traidores e desertores” (p. 16). Para além do tom irônico que marca todo o livro de Torres no que toca à questão dos desaparecidos, questionando a própria morte dessas pessoas ou do uso do termo para se referir aos guerrilheiros mortos que, segundo o autor, já teriam optado por essa condição ao entrarem na clandestinidade, convém enfatizar ainda a menção a “traidores e desertores” que estariam sendo premiados pelas reparações recebidas por suas famílias. Ao que tudo indica, o autor está se referindo à indenização recebida por Maria Pavan Lamarca, viúva de Carlos Lamarca.

De fato, a decisão da Comissão Especial em reconhecer a responsabilidade do Estado pela morte do ex-capitão Lamarca, com grande repercussão na imprensa, causou indignação nos meios militares (MARTINS FILHO, 2000, p. 2). Na ocasião, a versão oficial de que Lamarca teria morrido em tiroteio com agentes repressivos foi desmentida pela análise do Relatório Reservado da Operação Pajuçara, que descrevia as circunstâncias da morte, e pela exumação do corpo (BRASIL, 2007, p. 180).

Em 1969, Lamarca, já então na VPR, desertou junto a um grupo de militares do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, município de Osasco (São Paulo), levando consigo 63 fuzis e metralhadoras leves. O episódio representou para o Exército uma enorme desonra e, a partir daí, Lamarca passou a ser considerado “traidor da Pátria” pelos órgãos repressivos e um dos nomes da luta armada mais procurados do Brasil. O fato de posteriormente ter participado, junto a outros companheiros, do episódio da execução do tenente da Polícia Militar, Alberto Mendes Júnior, na ocasião da operação de cerco movida pelas forças repressivas à área de treinamento de guerrilha do Vale do Ribeira, região compreendida entre o estado de São Paulo e do Paraná, foi amplamente utilizada como propaganda contra a luta armada, contribuindo também para “aprofundar o ódio visceral devotado pelos órgãos de segurança a

Carlos Lamarca” (BRASIL, 2007, p. 180). O rancor contra a figura de Lamarca pode ser ilustrado com essa passagem do segundo livro de Ustra, pela qual se afirmava que “além de desertor, Lamarca logo se revelaria um assassino frio”. O autor complementava ainda que “honra, Pátria e família, dignidade e retidão de caráter eram conceitos estranhos a esse terrorista que, como outros, manchou a farda de militar do Exército e traiu a sua gente” (USTRA, 2006, p. 208).

Para esses militares, indenizar a família de Lamarca seria uma afronta às Forças Armadas e uma homenagem indevida, que deveria ser prestada, isso sim, àqueles que tombaram no enfrentamento aos “subversivos”. Referindo-se à memória de Lamarca e a indenização recebida por sua viúva, escreveu Torres:

Hoje [Lamarca] é nome de rua no Rio de Janeiro, personagem de livro e de filme de ficção política, deixou pensão de coronel para seus herdeiros, a quem o povo brasileiro, graças ao eficiente trabalho de um dos “acólitos” do Cardeal Arns – Sr. José Gregori – e ao beneplácito do Sr. Fernando Henrique Cardoso, e do então ministro da Justiça, pagou uma indenização – em valor que um trabalhador de salário-mínimo levaria uma vida inteira para ganhar – como pedido de desculpas por não ter dado a ele o direito de transformar este país em um enorme Vietname (TORRES, 1998, p. 46).

Ainda no que toca à justiça de transição, também a lei 10.559 causaria indignação entre os militares. Sancionada em 2002 a partir de uma Medida Provisória encaminhada anteriormente pelo Governo, a lei, que passaria a ser conhecida como “Lei dos Perseguidos Políticos”, foi precedida pela instalação, no âmbito do Ministério da Justiça, de uma Comissão de Anistia destinada a analisar os pedidos de indenização formulados por aqueles que foram impedidos de exercer atividades econômicas por motivações políticas, bem como promover a reparação moral das vítimas. A partir de 2008 a Comissão passou a realizar sessões

públicas itinerantes de apreciação dos casos, saindo do espaço fechado do Ministério da Justiça e deslocando-se aos locais de onde partiram os diversos pedidos. Tratam-se das Caravanas de Anistia, cujos objetivos pautaram-se na ampliação do sentido da lei para além da reparação econômica e moral, fomentando a memória pública do período, assim como o aumento da transparência no processo de reparação aos perseguidos políticos, buscando desfazer a ideia de que as indenizações se constituíam em uma “bolsa ditadura” (CARDOZO; ABRÃO, 2012).

A questão do pagamento de indenizações será, ainda mais que no caso da Lei dos Desaparecidos, o alvo da crítica desses militares, que a usam para deslegitimar os ex perseguidos políticos. O eixo da argumentação está centrado, sobretudo, na ideia de que as indenizações representariam um gasto indevido do dinheiro público. Assim, conforme Souza (2006, p. 125): “o povo brasileiro está assistindo a uma farra nunca vista com os recursos provindos de seus impostos, para indenizar aqueles que nem mesmo mereciam ter sido anistiados”.

O recebimento de indenizações corresponderia, ainda, a interesses particulares e mesquinhos e à ganância da esquerda por poder e dinheiro. Traçando uma linha que mostrava as diversas “tentativas de tomadas de poder pelos comunistas”, Souza buscava ainda evidenciar como, segundo ele, os comunistas sempre agiram de maneira vil e prejudicial à sociedade, sendo as indenizações apenas mais um fato a comprovar isso:

Em 1935, a primeira geração de assassinos vermelhos deu provas sobejas do desamor pelo Brasil e do fanatismo com o qual exercia a sua opção política. Crueldade, frieza e barbárie foram a tônica de uma ação traiçoeira, pela qual mataram brasileiros fardados no sombrio da noite, para intentar contra o País. Nos anos sessenta e setenta, a segunda geração permaneceu na perfídia, enlutando famílias e promovendo o terror, nos episódios que hoje ostentam como galardão de combate “ditadura dos generais”. Pelos “serviços prestados” são recompensados pelos cofres

públicos. Se ontem imolavam brasileiros de bem, agora sangram os inocentes e impotentes contribuintes, na sanha por dinheiro e poder (SOUZA, 2006, p. 481).

Outro ponto que também permeia o argumento desses militares é a ideia de que essas leis seriam unilaterais, dado que beneficiariam apenas um dos lados envolvidos no conflito. Assim, de acordo com Souza:

Os militares também foram vítimas: haverá justiça (uma vez que os terroristas não entenderam o espírito da lei da anistia) no dia em que se indenizar todos os militares que empunharam armas para que uma ditadura comunista não fosse implantada no Brasil (SOUZA, 2006, p. 105).

Além do fato de não receberem indenizações, os militares alegam ainda que, diferentemente da esquerda, a eles não seria permitido sequer cultuar e fazer justiça aos seus mortos. Após publicar uma lista de 120 nomes das “vítimas do terrorismo no Brasil”, que abrangia tanto mortos em tiroteios, quanto justicamentos de membros da repressão e colaboradores, Ustra escrevia:

Há anos lutamos para que os familiares dessas vítimas sejam indenizados, como aconteceu com os dos subversivos e terroristas. Infelizmente tem sido uma luta inglória, ignorada pela mídia e desconhecida pela sociedade. A comissão especial [de Mortos e Desaparecidos Políticos], instituída pelo governo, decide quem deve ou não ser contemplado com pensões e indenizações, pagas pelos cofres públicos. Essa comissão só reconhece como vítimas, aqueles que lutaram para implantar no Brasil uma ditadura de cunho marxista-leninista. Com isso, demonstra, claramente, a diferença de tratamento entre vencidos e

vencedores, cria ressentimentos e contribui para que o esquecimento e a paz, propostos pela Lei de Anistia, não sejam alcançados (USTRA, 2006, p. 515).

Assim, os militares de direita tentam disputar o espaço público a partir da construção do argumento de que suas memórias também deveriam ser reconhecidas pelo Estado, por meio de legislações e marcos simbólicos semelhantes aos que foram destinados às vítimas de esquerda. À semelhança do que Ludmila da Silva Catela percebeu ao estudar a direita na Argentina, as memórias desses militares são por eles apresentadas enquanto “memórias denegadas”, aquelas que não se concede o que se pede ou se solicita (CATELA, 2008, p. 194).

Por último, convém destacar que além de terem atribuído ao Estado a responsabilidade pela morte e desaparecimento de diversas pessoas e preverem o pagamento de indenizações aos seus familiares, bem como àqueles que foram impedidos de exercer sua profissão por motivações econômicas, as leis 9.140 e 10.559 também marcaram, segundo esses militares, uma nova derrota dos vencedores na “guerra da memória”, dessa vez pela via institucional.

Se, por sua vez, as leis de memória e reparação aprovadas no governo de Fernando Henrique Cardoso corresponderiam para esses militares a uma derrota no campo da memória, convém ressaltar que, de acordo com o que é construído em suas narrativas, tal fato representaria mais uma investida do velho “inimigo comunista”.

De acordo com Torres, as experiências anteriores haviam mostrado aos comunistas que as Forças Armadas eram o seu maior obstáculo. Assim, seria necessário deixá-las à míngua de recursos, desmotivá-las e, sobretudo, desmoralizá-las, o que, por sua vez, estaria sendo executado pela

[...] campanha insidiosa que se montou a respeito de sua atuação no combate à luta armada, atingindo seus chefes do passado e tentando criar a falácia de um novo Exército, descompromissado

com os erros – reais ou inventados – dos “anos de chumbo” (TORRES, 1998, p. 179-180).

Ainda segundo o autor, a matriz que inspirou a Lei dos Desaparecidos em 1995 seria a mesma que agora impulsionava a atuação de movimentos como o MST (p. 183), então em plena ascensão política, e também o Partido dos Trabalhadores, aglutinador de toda a “esquerda revanchista”. Assim, segundo esses militares, tratava-se da articulação de uma “nova tentativa de tomada de poder”.

3.3. E OS COMUNISTAS VIRARAM “ESTRELA”: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTIDO DOS TRABALHADORES E A NOVA “TENTATIVA DE TOMADA DE PODER”

Excetuando o general Del Nero Augusto, os demais autores dedicam várias páginas de seus livros para descrever o que classificam como uma espécie de “quarta tentativa de tomada de poder” pela esquerda, ainda em andamento. No centro de sua argumentação, colocam a atuação do MST e do PT, sendo esse último o partido que teria aglutinado grande parte da esquerda derrotada na década de 1970. Enganavam-se, segundo eles, aqueles que pensavam que o comunismo tinha morrido; muito pelo contrário, “os comunistas, mais cruéis, multiplicaram-se, avolumaram-se e viraram 'estrela””, conforme alertava o coronel Souza (2006, p. 486), em clara referência ao símbolo do Partido dos Trabalhadores.

A última parte deste capítulo pretende fazer uma breve análise dos discursos desses militares em relação ao MST, um dos principais movimentos sociais brasileiros surgidos na abertura política, bem como em relação ao Partido dos Trabalhadores, sobretudo após a conquista do governo federal por Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Buscar-se-á destacar, principalmente, a existência de um componente anticomunista no antipetismo mobilizado na narrativa dos militares.

O MST foi formalmente fundado no ano de 1984, no contexto da luta pela redemocratização em curso no país. Em sua origem encontra-se o trabalho da Comissão Pastoral da Terra, entidade formada

pelo clero progressista, e o trabalho cotidiano das comunidades eclesiais de base junto a posseiros, o que, por sua vez, impulsionou as críticas ao sindicalismo rural tradicional, considerado pouco efetivo na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo. Na história da formação do MST articulou-se, assim, “um particular enlace entre as concepções derivadas da esquerda tradicional e as da Teologia da Libertação” (MEDEIROS, 2007, p. 568). Durante a década de 1990, o MST, inicialmente mais restrito aos três estados do Sul, expandiu-se por todo o país, consolidando-se como o principal movimento social de luta pela terra e pela reforma agrária. Desde sua fundação, o MST atua por meio da ocupação de grandes latifúndios e terras improdutivas, construindo assentamentos e pressionando o Estado para que regularize aquelas terras.

Em seus livros, os militares colocam o MST como “um verdadeiro exército, disciplinado, instruído, organizado, motivado, preparado ideologicamente” que atuaria juntamente ao PT em sua marcha rumo ao socialismo, podendo ser considerado o “braço armado” do partido (USTRA, 2006, p. 531). A luta pela reforma agrária seria apenas uma fachada utilizada para esconder seus reais objetivos e angariar a simpatia da população, assim “como eram na década de 60 as ‘frentes’” (TORRES, 2002, p. 101).

A ideia de que os comunistas atuavam por meio de organizações de aparência legal mas que, na verdade, corresponderiam a propósitos escusos, é algo historicamente presente nos textos anticomunistas. Ainda no ano de 1966, o coronel Ferdinando de Carvalho, que havia sido o responsável pela investigação que recaiu sobre o PCB, publicou o livro *Inquérito Policial Militar nº 709: o comunismo no Brasil*. Lançada em quatro volumes,³⁹ a obra buscou reunir o conjunto das atividades e práticas que, segundo o coronel, traduziam o modo de agir dos comunistas antes de 1964. De acordo com o livro, os comunistas organizavam “frentes” de atuação que eram “formadas através da infiltração e domínio de organizações legais ou pela criação deliberada

39 Os quatro volumes da obra são: Volume 1 (Introdução); Volume 2 (I. A construção. II. A infiltração); Volume 3 (III. Agitação e propaganda. IV. A movimentação das massas); Volume 4 (V. Ação violenta).

de uma entidade ostensivamente não-comunista, mas na realidade, sujeita à orientação e ao controle do Partido” (CARVALHO, 1966, p. 166). No que toca aos livros abordados nesta dissertação, a referência de partido comunista, todavia, não seria mais o PCB, mas sim o PT que, por si só, já seria considerado por eles uma fachada, dado que não revelava seus reais objetivos de implementação do socialismo no Brasil.

Outro ponto importante no que se refere ao MST é o paralelo que os livros traçam entre esse movimento e as Ligas Camponesas – associação de trabalhadores rurais atuante principalmente no contexto de luta pelas reformas de base no governo de Jango. A atuação política das ligas foi utilizada pelo proselitismo conservador da época como prova cabal de que um golpe comunista estava em marcha no Brasil. Embora Goulart tenha sido deposto sem que houvesse qualquer resistência armada por parte das ligas, suas lideranças foram amplamente perseguidas logo após o golpe, tendo o movimento se desarticulado completamente. Se, por um lado, na propaganda anticomunista as ligas simbolizavam a imagem da disseminação do comunismo, que já se espalhava até mesmo pelo campo, o MST representaria um problema ainda mais grave, posto que teria um maior apoio por parte do governo federal: “a diferença fundamental entre as Ligas e o MST é que as Ligas jamais conseguiram que um presidente da República colocasse o seu boné na cabeça. Luiz Inácio Lula da Silva vestiu o boné do MST” (USTRA, 2006, p. 69).

Apesar das diferenças que marcam os dois movimentos, é fato que o MST, em certa medida, é herdeiro das antigas Ligas Camponesas, bem como das lutas anteriores travadas pelos trabalhadores pela posse da terra e contra a violência de grandes fazendeiros. No entanto, o que esses militares buscavam apresentar comparando os dois movimentos era a continuidade de uma suposta ação comunista que visava criar um ambiente de caos no campo, desestabilizar as instituições do Estado e tomar o poder. A mesma linguagem e os mesmos símbolos utilizados no discurso anticomunista mais venal do pré golpe de 1964 eram, assim, transpostos como forma de se analisar o presente. Nota-se por parte desses militares a permanência de uma extrema aversão aos movimentos sociais.

Conforme pontuou Moreira (2013, p. 166), analisar a memória positiva da ditadura é “lidar com um discurso que vai ao passado para deslegitimar o presente e, num mesmo movimento, parte dessa crítica aos acontecimentos atuais para legitimar o que passou”. Dessa forma, ao atacar o MST e traçar uma vinculação deste com as Ligas Camponesas, os autores não apenas apontavam a permanência da “subversão” na atualidade, como também propagandeavam as políticas em relação ao campo adotadas pela ditadura, ainda que aquele período tenha sido marcado por diversos conflitos violentos entre posseiros e fazendeiros. Assim, se a distribuição de terras ainda era um problema no Brasil, era porque o Estatuto da Terra,⁴⁰ criado no governo de Castelo Branco, não fora efetivamente implementado, fazendo com que a bandeira da reforma agrária voltasse para “as mãos dos agitadores do MST que usam a reforma agrária como pretexto para seus intentos socialistas de tomada de poder” (TORRES, 2002, p. 40).

Convém ressaltar que esse tipo de abordagem em relação ao MST não esteve restrita apenas aos militares da reserva. Em 1998, o chefe da Casa Militar do governo de Fernando Henrique Cardoso, o general Alberto Cardoso, afirmou à imprensa que o MST era “um movimento que tem na sua essência a violência” e que “eles já deixaram a bandeira da reforma agrária no meio do caminho a muito tempo” (O ESTADO, 1998, apud MARTINS FILHO, 2000, p. 10). Tal declaração não estava distante da concepção de que as ações de movimentos sociais representavam “conflitos de baixa intensidade”, conforme declarou o próprio ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Benedito

40 Designação dada à lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra foi aprovado com vistas a frear a mobilização camponesa que havia se intensificado durante o governo de Jango. Publicada em plena ditadura, a lei era bem menos avançada do que vários projetos de lei anteriores oriundos do Executivo, sendo que muitos de seus dispositivos sequer chegaram a ser aplicados ou mesmo regulamentados. Apesar disso, o Estatuto da Terra foi, durante a década de 1970, apropriado pelo sindicalismo rural, que encontrou nele uma base legal a partir da qual exigir ao Governo a desapropriações de latifúndios improdutivos, reivindicação que raramente chegou a ser atendida (BORGES; MEDEIROS, 2010).

Leonel, após o episódio conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás (MARTINS FILHO, 2000, 8), pelo qual dezenove sem-terras foram assassinados pela polícia militar em abril de 1996. Ademais, convém ressaltar que as Forças Armadas foram por diversas vezes acionadas para reprimir o MST, o que reforçava a visão de que o Exército se debatia novamente com o velho “inimigo interno”, tão bem expressa nas memórias militares.

No centro, contudo, do que esses militares colocam como uma “nova tentativa de tomada de poder” encontra-se a atuação do Partido dos Trabalhadores, considerado o coordenador de todo o “movimento subversivo” que estaria em curso. Fundado em 1980, o PT foi o primeiro partido político brasileiro oriundo de um amplo movimento de massas, com origem classista e popular. A principal liderança do partido foi construída em torno de Lula, ex-metalúrgico e ex-dirigente sindical, que se tornou nacionalmente conhecido por meio de sua atuação nas greves do ABC paulista do final da década de 1970. Apesar de ter tido uma formação plural e de escapar, de certa forma, das tradições marxistas-leninistas que marcaram os partidos de esquerda fundados até então, o PT conseguiu aglutinar boa parte da esquerda no período da redemocratização. Em sua organização inicial contou com a forte presença de sindicalistas, mas também de quadros vinculados aos setores progressistas da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, e de remanescentes das antigas organizações armadas.

Os dois livros que mais se dedicam a abordar o PT são *A verdade sufocada*, do coronel Ustra, e *Desfazendo os mitos da luta armada*, do coronel Souza. Ambos os livros foram publicados em 2006, no contexto das eleições que levaram Lula ao seu segundo mandato e no calor das denúncias ao esquema de corrupção que ficou conhecido como “Mensalão”. A ascensão do PT ao governo federal em 2003 marcou, para esses militares, a vitória nas urnas dos mesmos inimigos políticos que haviam derrotado na década de 1970 – ressalta-se que nomes conhecidos que fizeram parte do governo Lula, como José Dirceu e a futura presidenta eleita em 2010, Dilma Roussef, haviam atuado na luta armada.

Apesar de Lula ter conseguido governar com um relativo consenso social em seus dois mandatos, devido sobretudo a um pacto de conciliação de classes cujos sentidos políticos escapam ao tema deste trabalho, o seu governo sempre esteve marcado por uma latente oposição de parcela da elite econômica. Exemplo disso foi o movimento “Cansei”, pelo qual setores das classes sociais mais altas foram de preto às ruas dizer que haviam “cansado da corrupção do PT” e pedir a saída de Lula. O movimento, cujo o nome oficial era Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, não chegou a tomar grandes proporções, ficando restrito a um pequeno grupo de empresários, políticos e artistas contrários ao Governo, não sendo levado a sério sequer pelos partidos de oposição e pela imprensa. O cenário de crescimento econômico e os altos índices de aprovação de Lula, que no final de 2008 chegaram a 70%, acabaram por isolar a manifestação da direita na época (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 200).

O que convém ressaltar aqui é que as acusações de corrupção, falta de ética, caos político e mau uso da máquina pública marcaram desde o início o discurso antipetista, ainda que no governo Lula a conjuntura econômica favorável tenha limitado o seu apelo. Fundamentaram também o movimento anti PT por parte da direita a implementação de políticas sociais voltadas às classes mais baixas e a ampliação do acesso ao consumo, o que fomentou o surgimento da chamada “nova classe média”. Assim, pode-se dizer que “o antipetismo está alinhado com nossa cultura política desigual e hierárquica” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 211).

Os militares desta pesquisa reforçam as denúncias de corrupção, somando a isso, ainda, uma retórica notadamente anticomunista. A ideia de que a esquerda agiria por meio de práticas corruptas, algo que é associado no presente diretamente ao PT, não constitui, pois, uma prática nova. Motta aborda como nos discursos anticomunistas de 1964 a corrupção era frequentemente vinculada à “trama comunista”. Dessa forma, “os ‘vermelhos’ seriam responsáveis por estimular a corrupção, pois, por meio deste recurso, aliciariam para o seu lado os políticos ‘menos sensíveis aos fatores moral e cívico’” (MOTTA, 2002, p. 272). A ideia de que os comunistas representavam uma ameaça à moral e eram

“dissolutos, sedutores, corruptos” (MOTTA, 2002, p. 63) é, assim, de longa data.

Segundo os militares, a corrupção fazia parte da própria estratégia do PT, que já havia conquistado o Governo, mas não o poder – algo que só seria possível a partir da dominação também do Legislativo e do Judiciário. Dessa forma, afirmavam que “Mensalão”

Não era apenas um simples recurso político-eleitoral. Tratava-se de um projeto stalinista liderado pelo então Ministro José Dirceu e outros que, em verdade, pretendiam no segundo mandato do Sr. Lula, como todo o aparato de Estado dominado pela infiltração, dar um golpe de estado e se perpetuarem no governo, contando inclusive com o apoio do ditador Fidel Castro e do novel Hugo Chaves (MADRUGA, 2006, p. 306).

Denunciar uma revolução (ou um golpe) comunista em curso também parecia servir, para esses militares, como forma de valorizar o papel que eles, enquanto membros do aparato repressivo do Estado, haviam desempenhado durante a ditadura. Assim, de acordo com essa lógica, teriam sido eles que naquela época infringiram uma derrota ao “inimigo comunista” que agora estava assombrando novamente o Brasil. Por isso Souza, escrevendo com a autoridade de quem exerceu as “funções de analista de inteligência”, alertava ser necessário persistir na ação contra a esquerda e contra as suas versões “distorcidas” do passado antes que a mesma reunisse as condições para agir novamente de forma violenta (SOUZA, 2006, p. 123). Dessa forma, conclamava por uma união de todos aqueles defendiam a liberdade e os valores cristãos:

Se você tem coração para amar Deus, à Pátria, a Família; se você é um pai, um esposo, um irmão, um filho, uma mãe, uma esposa, uma irmã ou uma filha capaz de se comover diante da tempestade de lama que ameaça seu lar, faça alguma coisa, urgente, em benefício da contra-propaganda que

desejamos desenvolver de um modo intensivo (SOUZA, 2006, p. 21).

Assim, estaria na hora do “inimigo vermelho”, travestido de “estrela”, sofrer a sua quarta derrota antes que fosse tarde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

(Walter Benjamin, 1940)

Em 1993, prestes a publicar a sua história do “breve século XX”, o historiador britânico Eric Hobsbawm participou de uma conferência na Universidade de Londres, pela qual trazia importantes considerações sobre as implicações da escrita da história do nosso próprio tempo. Abordando o século que estava prestes a se encerrar, o autor refletia sobre suas utopias frustradas e seus desapontamentos pessoais, colocando-se no lugar de alguém que dedicou parte de sua vida à esperança no comunismo iniciado pela Revolução de Outubro. Terminando sua fala de maneira que, não obstante, buscava apontar para o otimismo, Hobsbawm considerava que “nada como a derrota para aguçar a mente do historiador” (HOBSBAWM, 1998, p. 154), afirmação essa que complementava com uma passagem de Reinhard Kosellek que dizia que, “no curto prazo, a história pode ser feita pelos vencedores. No longo prazo, os ganhos em compreensão histórica têm advindo dos derrotados” (KOSELLK, 1989 apud HOBSBAWM, 1998, p. 255).

Independentemente de posicionamentos políticos, uma análise sincera sobre o que foi feito nas últimas três décadas sobre o golpe de 1964 e a ditadura em termos de produção acadêmica aponta para o fato de que a maioria dos trabalhos oriundos de pesquisas de fôlego, minuciosos quanto ao tratamento dispensado às fontes e reconhecidos por pares é, pelo menos em última instância, crítica ao discurso que se quis dominante durante todo o regime. Assim, destaca-se que a versão dos vencedores de que se tratou de uma “Revolução” e não de um golpe de Estado, reivindicada de maneira pública pelos apologistas do regime, não tem sustento em qualquer pesquisa acadêmica séria.

Por outro lado, as críticas e contraposições à versão oficial do regime não ficaram restritas somente ao espaço acadêmico. Estão presentes na literatura, na filmografia, nas legislações que pautam a justiça de transição, na atuação de organismo de direitos humanos e foram, até mesmo, parcialmente incorporadas por setores da sociedade que outrora apoiaram e se beneficiaram do golpe e da ditadura. Esses últimos, sobretudo pela atuação da grande mídia enquanto produtora de narrativas, auxiliaram na construção do que se considerou ao longo deste trabalho como a memória hegemônica sobre a ditadura. Essa, por sua vez, não reafirmou uma “memória dos vencidos”, pela qual se poderia resgatar os erros, mas também os projetos, as utopias e o sentido da luta que militantes políticos empreenderam não somente pelo fim da ditadura, mas também por uma nova sociedade baseada em outras relações sociais. Pelo contrário, contribuiu para edificar uma memória apaziguada, desconectada das divisões reais da sociedade e separadas das circunstâncias que deram origem aos fatos rememorados; uma “memória apolítica”, conforme designa Traverso (2007), levando em conta o sentido ideológico desse tipo de construção. Ademais, a memória hegemônica procedeu uma operação que colocava as opções à direita e à esquerda durante a ditadura como equidistantes, em conformidade com seu objetivo de construir um espaço político pautado pela conciliação imposta desde cima pelo discurso único da democracia liberal – a mesma democracia que esses setores não tiveram problema algum em abrir mão em 1964, quando acharam que as circunstâncias justificavam.

Dessa forma, a partir da abertura política, em um cenário “pacificado” a custo do silenciamento e desaparecimento forçado das vozes contrárias, setores da elite empresarial puderam fazer sua mea-culpa, criticar os militares com seu autoritarismo e uso desproporcional da violência e, inclusive, ceder espaço na grande mídia para denúncias e produções culturais críticas ao regime. Não eram os seus posicionamentos antidemocráticos que efetivamente mudavam com o alvorecer da Nova República, mas sim a possibilidade de vincular um discurso apaziguado e pretensamente crítico que se abria. Discurso esse

que veio a reboque de uma transição pactuada e sob a garantia da não punição dos crimes da ditadura.

Os discursos públicos da “ameaça comunista”, do “viva 1964”, do “Brasil: ame ou deixe-o”, outrora propagandeados, ficavam, assim, restritos a alguns militares da reserva e aos anticomunistas mais exacerbados. Seus espaços de circulação limitavam-se, sobretudo, ao Clube Militar e a grupos de extrema-direita com pouca capilaridade social. A forma de difusão dessas ideias se dava por meio de *sites* e *blogs* na internet e pela publicação de livros, tais quais os abordados nesta pesquisa, cuja divulgação não se estendia para muito além do “público cativo”. “Derrotados na memória”; essa é autoavaliação dos militares e também a premissa a partir da qual, em 2013, elaborei as primeiras ideias sobre o projeto de pesquisa que daria origem a esta dissertação.

No entanto, afirmar que uma memória perdeu, em um dado momento histórico, o seu respaldo e a sua capilaridade social, passando a circular de maneira subterrânea, não significa concluir que tal fato é inalterável. Se entendemos que as memórias não dizem respeito somente ao passado, mas estão também inseridas nas lutas sociais do presente, devemos ter em conta que seus termos não são imutáveis e, tal qual a história, estão sujeitas a frequentes revisões (NAPOLITANO, 2014, p. 320). Dito em outras palavras: sendo a memória política, não existem nem derrotas e nem vitórias definitivas. Assim, acredito que desde o ascenso da direita após as Jornadas de Junho de 2013 estamos vivendo um momento político que propiciou que as memórias positivas do golpe e da ditadura viessem a superfície. Defesas públicas de 1964, antes raras, agora aparecem de forma mais cotidiana, embora não se deva exagerar em sua generalização. Tal fato incide nas memórias e faz com que haja mudanças no próprio lugar social que outrora ocupavam os militares da reserva e os seus relatos, fazendo com esse tipo de revisionismo histórico ganhe maior espaço.

A velha direita, que defendida o golpe e a ditadura e uma memória positiva do período, continuou existindo com o fim do regime, ainda que a partir da redemocratização e do avançar da Nova República suas opiniões tenham perdido a capacidade de pautar o debate público,

recolhendo-se então a espaços quase privados. Em 2002, a ascensão do PT ao governo federal não significou uma ruptura na forma de se fazer e pensar política no país. De maneira geral, o partido construiu sua governabilidade desde cima por meio de alianças e consensos com o grande empresariado e com os partidos políticos fisiológicos, buscando não mobilizar e politizar a sua própria base social.

Em junho de 2013, os protestos contra o aumento das tarifas do transporte público e pelo acesso à cidade iniciados em São Paulo pelo Movimento Passe Livre tiveram um processo de massificação e se espalharam pelo resto do país em virtude da brutal repressão policial contra os manifestantes e jornalistas que cobriam o evento. Junto ao crescimento das manifestações, pautas difusas começaram a ganhar as ruas, coincidindo também com uma conjuntura internacional em que protestos em outras partes do mundo acusavam um mal-estar com a democracia liberal contemporânea e seus limites representativos.⁴¹ No Brasil, esse discurso de “mal-estar”, no entanto, estava mais propenso a ser canalizado para pautas moralistas contra a corrupção e contra o sistema político como um todo, do que por uma bandeira de radicalização da democracia e ampliação das esferas decisórias por parte da população. Não demorou para que os grandes meios de comunicação comesçassem a pautar os protestos e para que a classe média e alta aderisse em peso.

A partir daí, estavam dadas as condições para desconstruir duramente a legitimidade do PT. Nos anos seguintes, o agravamento da crise econômica impôs uma disputa pelos recursos públicos. Diante disso, o partido optou por não tomar medidas que seriam radicais ao grande capital, como taxar grandes fortunas, decisão que poderia acirrar a luta de classes e abrir um horizonte incerto ao partido (SECCO, 2015). Preferiu, novamente, adotar uma saída conciliada com os de cima, cujo marco foi o ajuste fiscal. A aplicação de algumas políticas ortodoxas na economia implicou a perda de legitimidade com as bases sociais do petismo, tornado o partido ainda mais vulnerável.

41 Refiro-me aqui a movimentos como o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e o Indignados, na Espanha.

Contudo, o elemento que permitiu colocar o PT em xeque perante a opinião pública foi a intensa operação de criminalização do partido conduzida pela grande mídia e pelo Judiciário, que conseguiu construir a ideia de que a corrupção era culpa de um partido e não parte de uma arquitetura maior pela qual o grande empresariado atua pautando seus interesses sobre a política do país. A imagem amplamente difundida de que o PT conduziu um esquema inédito de corrupção que contaminou o regime, demandando uma intervenção para além dos mecanismos democráticos, foi fundamental para que ideias autoritárias antes defendidas por círculos sociais mais restritos ganhassem legitimidade. Passou-se a exigir, assim, que uma “limpeza” no país fosse feita por alguma instituição por fora do “jogo político corrompido” (leia-se, do jogo democrático). Para alguns essa instituição seria o judiciário e, para outros, as Forças Armadas.

Nas manifestações em favor do impeachment de Dilma Rousseff, que iniciaram já no contexto das eleições presidenciais de 2014 e ganharam maior fôlego a partir do ano seguinte, foi comum a presença de faixas, cartazes e até mesmo carros de som que pediam não apenas a derrubada da presidenta eleita, mas também uma intervenção militar no país (PROTESTOS, 2015). Ganhou maior respaldo também os discursos que vinculavam o PT ao comunismo, consistindo-se a mobilização da direita não apenas em um ataque a esse partido em específico, como à esquerda, com suas cores, símbolos e bandeiras, como um todo. Frases como “a nossa bandeira jamais será vermelha” estamparam faixas nas ruas e não devem ser poucos os que realmente acreditam que a derrubada de Dilma significou também o bloqueio de mais uma “tentativa de tomada de poder” por parte dos comunistas, usando aqui a linguagem das memórias militares.



Ilustração 01: faixa pedindo intervenção militar em protesto dia 15 de março de 2015, Belo Horizonte.

Foto tirada por Paulo Peixoto/Folhapress. FONTE: PROTESTOS em ao menos 17 Estados pedem de impeachment a intervenção militar. *Folha de São Paulo*, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603185-protestos-em-17-estados-pedem-de-impeachment-a-intervencao-militar.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2015.



Ilustração 02: cartaz anticomunista em protesto do dia 15 de março de 2015, Rio de Janeiro.

Foto tirada por Ricardo Borges/Folhapress. FONTE: PROTESTOS em ao menos 17 Estados pedem de impeachment a intervenção militar. *Folha de São Paulo*, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603185-protestos-em-17-estados-pedem-de-impeachment-a-intervencao-militar.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Mais recentemente, no dia 16 de novembro de 2016, um grupo com cerca de 50 pessoas invadiu o plenário da Câmara dos Deputados para denunciar a implementação do comunismo pelos parlamentares e defender uma intervenção militar (CARAM; CALGARO, 2016).

Por último, foi simbólico também o fato de Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador de Dilma Rouseff quando presa no DOI-CODI, ter sido homenageado pelo deputado federal Jair Bolsonaro em seu voto a favor do impeachment na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, sem que o fato gerasse alguma consequência para o mandato do parlamentar. Segundo as palavras de Bolsonaro, a votação marcava um dia glória no combate aos comunistas, que haviam perdido em 1964 e eram novamente derrotados em 2016. A partir daí, anunciava seu voto da seguinte forma:

Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é “sim” (BOLSONARO, 2016).

Tendo em vista o que foi escrito até aqui, certamente posso afirmar que este trabalho aponta muito mais para interrogações e reticências do que a qualquer pretensão de conclusão definitiva. De toda forma, não poderia ser diferente para uma pesquisa cujo tema central diz respeito a construções memorialísticas que incidem sobre o presente e são, também, por ele constituídas. Provavelmente, um dos maiores aprendizados que a escrita desta dissertação me possibilitou foi a de que a produção da história está sujeita a movimentos constantes, por vezes não previstos, e que novos fatos podem levar a revisões de antigas análises.

Sem dúvida, os acontecimentos políticos dos últimos anos têm acrescentado novos ingredientes à “guerra da memória”. Tentei abordar

alguns deles nesta conclusão, ainda que de maneira superficial. Outros questionamentos podem e devem ser feitos, o que aponta para desdobramentos futuros sobre o tema. Assim, por exemplo, seria interessante uma pesquisa que buscasse compreender os grupos e indivíduos que pedem abertamente por uma intervenção militar, as suas lógicas argumentativas, os seus sentidos políticos, suas relações com outros grupos de direita, as vinculações que constroem entre o presente e o passado e a forma como reivindicam uma memória positiva sobre a atuação das Forças Armadas no combate às esquerdas durante a ditadura. Complementar a isso, poderia se analisar também a reverberação dessas e de outras manifestações políticas sobre a memória liberal hegemônica do período.

Abordar a apropriação do discurso sobre passado na atualidade e seus usos políticos para a afirmação de projetos não apenas abre possibilidades a serem pesquisadas, como se coloca como algo fundamental dado que a memória é, também, um dos palcos por onde passa a luta de classes e no qual são construídas as legitimidades que sustentam as formas de se transformar ou de conservar o mundo em que vivemos (ROSAS, 2009, p. 84-85).

A luta contra as manipulações do passado, contra a banalização ou o esquecimento forçado das violências impetradas aos opositores da ditadura e contra o silenciamento dos projetos e utopias dos vencidos é um combate não apenas pelo passado, mas também pelo presente e futuro. Supera o espaço acadêmico, encontrando-se também no terreno da construção da cidadania, do direito à memória e à verdade e das disputas políticas. Ao abordar um dos campos da batalha da memória, o conservador e apologista ao golpe, essa pesquisa buscou, de maneira modesta, contribuir neste debate.

FONTES

Livros:

AUGUSTO, Agnaldo del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblex, 2001. 476.p.

SOUZA, Aluisio Madruga de Moura e. *Desfazendo mitos da luta armada*: documentário. Brasília: abc BSD Gráfica e Editora Ltda, 2006. 492p.

TORRES, Raymundo Negrão. *Nos porões da ditadura*: fatos que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998. 214 p.

_____. *1964: Uma Revolução Perdida*. Curitiba: Torre de Papel, 2002. 172 p.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*. Brasília: Editerra Editorial, 1987. 342 p.

_____. *A Verdade Sufocada*: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Ser, 2006. 541 p.

Legislação:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ato Institucional nº 1. 09 abr. 1964.

Fontes orais:

AUGUSTO, Agnaldo del Nero. Março de 2008. Brasília. *Entrevista concedida à Maud Chirio*. Acervo da autora.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. 10 de maio de 2013. Brasília. *Tomada pública de depoimento na Comissão Nacional da Verdade*. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/audi%C3%A4ncias-p%C3%BAblicas.html>

BIBLIOGRAFIA

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)etimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

A VERDADE sufocada – o livro. Disponível em: <<http://www.averdadesufocada.com/index.php/onde-comprar-mainmenu-26>>. Acesso em: 18 out. 2015.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. *Cadeira 10*. Disponível em: <<http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-10>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 2009

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada (UFRJ)*, v. 3, p. 4, 2008.

_____. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, v. 32, 2014, p. 148-169.

BIANCHI, Giorgio. Revanchismo. In.: BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1998.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na

mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 269-291, jan-jun 2009.

BORGES, Tomás Pompeu Acióli; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Estatuto da Terra. In: ABREU, Alzira Alves de (org.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra-1>> Acesso em: 8 nov. 2016.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do projeto ORVIL. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, p. 299-327, jul. 2012.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CARAM, Bernardo; CALGARO, Fernanda. Manifestantes invadem plenário da Câmara e interrompem sessão. *G1*, 16 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/manifestantes-invadem-plenario-da-camara-e-interrompem-sessao.html>. Acesso em 16 nov. 2016.

CARVALHO, Ferdinando de. *Inquérito Policial Militar no 709: o comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. vol. 2.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964'. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.

_____. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-*

1985). Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARDOZO, José Eduardo; ABRÃO, Paulo. Caravanas da Anistia: um legado para a democracia brasileira. In.: COELHO, Maria José H; ROTTA, Vera. *Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão*. Brasília: Ministério da Justiça; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1965-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*. v.2 (Nacionalismo e reformismo radical). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In.: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samanta Viz (orgs.) *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectiva*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CATELA, Ludmila da Silva. Violencia política y dictadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

CHAGAS, Paulo. *CABU: o nosso herói*. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/2785-cabu-o-nosso-heroi-gen-bda-paulo-chagas-presidente-do-grupo-terrorismo-nunca-mais-ternuma>> Acesso em: 18 out. 2015.

CHAVES, Eduardo dos Santos. *"Do outro lado da colina": a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar*. 2011. 196f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. JOFFILY, Mariana. La verdad de los verdugos. Las comparencias de los agentes de la represión ante la Comissão Nacional da Verdade de Brasil. *Rubrica Contemporanea*, v. 5, n. 9, 2016.

CORONEL Ustra não será punido, diz boletim do Exército. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 6, 13 mar. 1987.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um enfoque ousado (prefácio). In.: MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v..28, n. 48, jul/dez 2012.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania. *Revista Perseu*, n. 3, ano 3, mai. 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: ____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Roberto Martins. *Organização e Poder: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GASPAROTTO, Alessandra. “O caminho da reconciliação: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por militantes que combatiam a ditadura no Brasil (1970-1975)”. *Revista Perseu*, n. 3, mai. 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*.

2003. 559f. Tese (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IGNACCHITTI, Dante. *Condolências*. Disponível em: <<http://www.averdadesufocada.com/index.php/foras-armadas-notcias-95/13486-171015-condolencias>> Acesso em: 18 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tendências demográficas no período de 1950/2000*. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_de_mograficas/comentarios.pdf. Acesso em: 21 de set. 2016.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

_____; SALVI, Valentina. A repressão condecorada: a atribuição da Medalha do Pacificador a agentes do aparato de segurança (1964-1985). *História Unisinos*, set/dez 2014.

JELIN, Elisabeth. Las luchas políticas por la memoria. In.: _____. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2002.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. O Globo. In: ABREU, Alzira Alves de (org.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>> Acesso em: 12 out. 2015.

LEMONS, Renato. Militares e política: uma discussão de paradigmas. In: CHAGAS, Fabíola Maria da Silva; LOUREIRO, Marcello José Gomes;

PAULA, Luiz Carlos Carneiro de; RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos. *A guerra e a formação dos Estados nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013

LOFF, Manuel. *Classe e memória(s) de classe nos discursos sobre a resistência antifascista portuguesa*. Palestra proferida no IIº Congresso Internacional Marx em Maio na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes do (org.). *Orvil: tentativas de tomada de poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura, 1964-1969. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995.

_____. O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás. *Olhar* (UFSCar), São Carlos, v. 4, n. 4, p. 104-120, 2001.

_____. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 178-201, jul/dez. 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974). In: Santos, Cecília Macdowell; Teles, Edson; Teles, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura*. Memória e Justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, jan-jun. 2008.

MAUÉS, Flamarion. Os livros de denúncia da tortura após o golpe de

1964. *Cadernos Cedem*, Marília, v. 2, p. 47-59, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – notas sobre a produção de um movimento social. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*. v.3 (Revolução e Democracia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉDICI, Roberto. *Médici: o depoimento*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

MEIRELES, Maurício; GENESTRETI, Guilherme. Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país. *Folha de São Paulo*, 03 de jun. 2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>> Acesso em: 07 jun. 2016.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In.: _____ (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In.: _____ (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENANDRO, Heloísa. Reformas de base. In: ABREU, Alzira Alves de (org.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>> Acesso em: 12 out. 2015.

MIGLORANCIA, Luiz Carlos. *Prezado amigo, querido confrade, Gen. Paulo Chagas*. Disponível em <<http://www.averdadesufocada.com/index.php/luta-armada-especial-100/13480-161015-prezado-amigo-querido-confrade-gen-paulo-chagas>>

Acesso em: 18 out. 2015.

MONTEIRO, Tânia; TOSTA, Wilson. Militares repudiam o relatório da comissão. *O Estado de São Paulo*, 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militares-repudiam-relatorio-da-comissao,1605184>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

MONTEIRO, Tiago Francisco. *A nova república e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura: homens, partidos e idéias (1985-1990)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Diretas Já. In: ABREU, Alzira Alves de (org.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>> Acesso em: 12 out. 2015.

MOREIRA, Fernanda Teixeira. “*Só os vitoriosos esqueceram*”: intelectuais de direita e as disputas pela memória na ditadura civil-militar brasileira. 2013. 237f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 189-207, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. n° 3. 1989/1.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

PROTESTOS em ao menos 17 Estados pedem de impeachment a intervenção militar. *Folha de São Paulo*, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603185-protestos-em-17-estados-pedem-de-impeachment-a-intervencao-militar.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Palestra proferida na Aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV, 22 de março de 2010.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. Resistência e a mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel

Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.

ROCHA, Leonel. ONG critica condenação de Ustra. *Correio Braziliense*, Brasília, out. 2008.

RODRIGUES, Fernando da Silva; VASCONCELOS, Cláudio Beserra. Os oficiais brasileiros da reserva e a defesa da memória institucional do “31 de março de 1964”. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 512-528, setembro/dezembro de 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 43-91.

ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 84-87, jun. 2009.

ROWLANDS, David. Guatemala: The coup that radicalised Che Guevara. *Green Left Weekly*. Disponível em: <https://www.greenleft.org.au/content/guatemala-coup-radicalised-che-guevara>. Acesso em: 21 set. 2016.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: ____; TELES, Edson (org.) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SALVI, Valentina. *De vencedores à vítimas: memórias militares sobre el pasado reciente em la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2012.

____; GARAÑÑO, Santiago. Las fotos y el helicóptero: memórias de oficiales retirados y ex soldados conscriptos que participaron del

Operativo Independencia (Tucumán, 1975-1977). *Estudios Sociales*, 2014.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. *Extrema Direita, volver! – Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e a reserva militar*. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

_____. Das trincheiras à guerra de atrito: a batalha pela memória entre os militantes da esquerda e o militares da reserva de extrema-direita deixou, enfim, de ser silenciosa?. In: *36ª Encontro Nacional da ANPOCS*, 2012, Caxambú. Anais do Evento, 2012.

SCHWARZ, Roberto. Nunca fomos tão engajados. In.: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. *Tempos Históricos*, v. 2, n. 1, p. 195-228, 2000.

_____. Imprensa e Ditadura militar: padrões de qualidade e construção de memória. *Revista História & Luta de Classes*, v. 1, p. 54-65, 2005.

_____. Imprensa e construção social da "Ditabranda". MELO, Demian(org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). 2ª ed. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 245-282.

SOARES, Glauco Ary Dillon. O Golpe. In.: ____; D'ARAUJO, Maria

Celina (org.). *21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, Inês Virginia Prado. Justiça de Transição. In: *Dicionário de Direito Humanos*. 2010. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 29 nov. 2016.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In.: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidades, experiências e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2014

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. *A revanche dos vencedores: história, memória e luta política no Orvil*. Mauro. 2012. 279f Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

TELES, Janaina de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica marxista*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 27-48, 2004.

TOGNOLLI, Claudio Julio. Sarney e Jarbas Passarinho a favor do torturador. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/6380/Sarney-e-Jarbas-Passarinho-a-favor-do-torturador.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

TRAVERSO, Enzo. Historia y Memoria: notas sobre um debate. In.: LEVÍN, Florencia; FRANCO, Marina (org.) *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

_____; LEEGSTRA, Gonzáles; CARNAGUI, Juan Luis; CUETO, Santiago Rúa; KAHAN, Emmanuel. “El historiador tiene que hacer una história crítica, no está al servicio de la memoria”, entrevista a Enzo Traverso. *Sociohistórica*, 2010, n. 27, p. 167-182.

TRUFFI, Renan. O PT ainda não entendeu o "antipetismo"? (entrevista a Loncoln Secco). *Carta Capital*, 10 mar. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-pt-ainda-nao-entendeu-o-antipetismo-7998.html>. Acesso em: 28 out. 2016.

ANEXO

LISTA PROVISÓRIA DE LIVROS SOBRE A DITADURA ESCRITOS POR MILITARES QUE ATUARAM EM ÓRGÃOS DE REPRESSÃO E INFORMAÇÃO, ORDENADA POR ANO DE LANÇAMENTO.

	AUTOR	PATENTE	LOCAL DE ATUAÇÃO	LIVRO	ANO
01	Marco Pollo Giordani	Tenente Coronel	DOI-CODI/III Exército	Brasil: sempre	1986
02	Carlos Alberto Brillhante Ustra	Coronel	DOI-CODI/II Exército	Rompendo o silêncio	1987
03	Pedro Correa Cabral	Coronel	Araguaia	Xambioá: guerrilha no Araguaia	1993
04	Raymundo Negrão Torres	General	2ª Seção da 5ª Região Militar	Nos porões da ditadura: fatos que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo no Brasil	1998
05	Agnaldo Del Nero Augusto	General	2ª Seção do II Exército, SNI, CIE.	A grande mentira	2001
06	Aluísio Madruga de Moura e Souza	Coronel	DOI-CODI/ Salvador, BIM/Brasília SNI, CIE, Araguaia.	Movimento Comunista Brasileiro: Guerrilha do Araguaia – revanchismo	2002
07	Raymundo Negrão Torres	General	2ª Seção da 5ª Região Militar	1964: uma revolução perdida	2002
08	Raymundo Negrão Torres	General	2ª Seção da 5ª Região Militar	O fascínio dos "anos de chumbo": o "golpe" de 31 de março de 1964 e os "porões da ditadura"	2004

				quarenta anos depois	
09	Jayme Henrique A. Lameira	Coronel	2ª Cia de Polícia do Exército/São Paulo	Nas entrelinhas da história: a verdade sobre fatos contados	2005
10	Carlos Alberto Brilhante Ustra	Coronel	DOI-CODI/ II Exército	A verdade sufocada	2006
11	Aluísio Madruga de Moura e Souza	Coronel	DOI-CODI/ Salvador, BIM/Brasília SNI, CIE, Araguaia.	Desfazendo mitos da luta armada: documentário	2006
12	Licio Maciel	Tenente Coronel	CIE, Araguaia.	Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente	2007
13	José Vargas Jimenez	Tenente	Araguaia	Bacaba: memórias de um guerrilheiro de selva da guerrilha do Araguaia	2007
14	José Vargas Jimenez	Tenente	Araguaia	Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964	2011
15	Aginaldo del Nero Augusto	General	2ª Seção do II Exército, SNI, CIE.	Médici: a verdadeira história (<i>post-mortem</i>)	2011